

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

BRASIL-PORTUGAL: 500 ANOS DE RELAÇÕES ECONÔMICAS

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Alice Maria Bliss Bueno Salomão

Nº de matrícula: 0114785-6

Orientadores:

Sandra A. Rios

Luiz Aranha Corrêa do Lago

Junho 2005

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

*Aos dois homens da minha
vida, Daddy e Luis...*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – O COLONIALISMO: O IMPÉRIO PORTUGUÊS E O BRASIL DO SÉCULO XV À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	8
1.1 – Linhas gerais da evolução econômica do Brasil e Portugal, do século XV ao século XVII	8
1.2 – O Império português no século XVIII e a crescente interdependência das economias portuguesa e brasileira, c. 1700 a 1822	18
CAPÍTULO II – DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	29
2.1 – A economia portuguesa, 1822 a 1914	29
2.2 – O Brasil no Império e no início da República, 1822 a 1914	40
2.3 – Relações econômicas entre Brasil e Portugal e a importância da emigração portuguesa para o Brasil, 1822 a 1914	54
CAPÍTULO III – DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL À ENTRADA DE PORTUGAL NA COMUNIDADE EUROPÉIA	63
3.1 – O desenvolvimento português, 1914 a 1985: da Primeira Guerra Mundial às vésperas da entrada para a Comunidade	63
3.2 – Industrialização e crescimento econômico no Brasil: da Primeira Guerra Mundial a meados dos anos 1990	76
3.3 – Dois crescimentos comparados e os movimentos comerciais, de mão-de-obra e de capital entre Portugal e Brasil, 1914 a 1985	91

CAPÍTULO IV – BRASIL E PORTUGAL NO FIM DO SÉCULO XX_____	102
4.1 – A integração da economia portuguesa na Comunidade Económica Europeia e tendências recentes_____	102
4.2 – A economia brasileira no retorno à democracia: do Plano Cruzado a 2002__	109
4.3 – Mudanças e permanências nas relações económicas entre Portugal e Brasil nas últimas décadas do século XX_____	118
CONCLUSÃO_____	128
BIBLIOGRAFIA_____	129

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho é expor, de maneira resumida e numa perspectiva de longo prazo, no período de cerca de 1500 ao final do século XX, os principais aspectos das relações econômicas entre o Brasil e Portugal, com ênfase nas relações comerciais e nos fluxos de mão-de-obra e de capital. O estudo pretende também, na medida do possível, comparar as trajetórias de crescimento dos dois países.

No primeiro capítulo examina-se o período colonial, para o qual não existem estatísticas propriamente ditas, mas apenas informações esparsas, que dão uma idéia da importância relativa de certas atividades ou variáveis econômicas. Fica clara a importância da imigração africana no Brasil, mais importante que a europeia até meados do século XIX. A seção que trata do século XVIII ao início do XIX inclui alguns dados com maior precisão, especialmente para o final do período. Ressalta dessas informações a grande interdependência econômica entre Portugal e Brasil nas vésperas da independência brasileira.

O capítulo II trata do século XIX e prolonga-se até o início da Primeira Guerra Mundial. Existem, para o período, algumas estatísticas mais precisas que permitem a avaliação de certas tendências. Destaca-se a grande perda relativa de importância do comércio com Portugal para o Brasil e a crescente relevância para os dois países da imigração portuguesa para a antiga colônia. Fluxos de capital são mais difíceis de avaliar, mas no final do período as remessas de imigrantes portugueses do Brasil para o seu país de origem tornaram-se fundamentais para o equilíbrio do balanço de pagamentos de Portugal, que enfrentava permanentes déficits da balança comercial. Entre a independência do Brasil e a Primeira Guerra Mundial, tanto Portugal como o Brasil tiveram taxas de crescimento mais baixas do que as dos países mais desenvolvidos, e o seu produto *per capita* distanciou-se consideravelmente daqueles, especialmente no caso do Brasil.

Entre a Primeira Guerra Mundial e meados dos anos 1980, tanto Portugal como o Brasil passaram por importantes mudanças estruturais. As duas primeiras subseções do capítulo III avaliam de forma breve a trajetória de crescimento de cada um dos países separadamente, para servir de pano de fundo para a seção comparativa final, na qual

algumas repetições são inevitáveis. Verifica-se que nos dois países, entre 1914 e 1985, a industrialização implanta-se definitivamente em paralelo à perda relativa de importância da agricultura. Melhoram consideravelmente diversos indicadores sociais, e o Brasil mostra um importante progresso absoluto e relativo em termos de renda *per capita*, partindo de níveis muito baixos. Entre cerca de 1950 e 1973, no caso de Portugal, e de 1950 a 1980, no caso brasileiro, as taxas de crescimento do PIB *per capita* são muito elevadas em termos mundiais. A revolução de 1974 marca uma certa interrupção no crescimento português, com mudanças institucionais conjugadas com o processo de descolonização. O Brasil, por sua vez, decide ignorar o primeiro choque do petróleo e continua crescendo até 1980. Na primeira metade dos anos 1980, com problemas de balanço de pagamentos e de inflação, o Brasil entra em estagnação e Portugal, após um bem sucedido programa com o Fundo Monetário Internacional, prepara-se para a entrada na União Européia, iniciando uma nova fase de crescimento.

O quarto – e último – capítulo trata do período mais recente: de cerca de 1985 a 2000. No Brasil, este é o período de uma sucessão de programas de estabilização, consolidação da democracia e de importantes progressos institucionais e sociais. No entanto, a taxa de crescimento do PIB *per capita* é muito insatisfatória, e aumenta a distância relativa entre a renda de portugueses e brasileiros. A inserção na Comunidade Européia estabelece definitivamente a posição de Portugal como país desenvolvido com um nível de renda *per capita* elevado. O país deixa de ser um exportador de mão-de-obra e torna-se um exportador de capital, inclusive para o Brasil.

Nos dias de hoje, a imigração portuguesa para o Brasil deixou de ter qualquer relevância quantitativa e o comércio internacional entre os dois países é limitado. Os investimentos diretos portugueses no Brasil nos anos 1990 adquiriram certa importância, inclusive no contexto das privatizações. No entanto, embora do ponto de vista cultural a relação entre os dois países continue muito íntima, resultado de quinhentos anos de intercâmbio, somente os aspectos econômicos relevantes serão abordados neste trabalho.

CAPÍTULO I

O COLONIALISMO: O IMPÉRIO PORTUGUÊS E O BRASIL DO SÉCULO XV À INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

1.1 – LINHAS GERAIS DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL E DE PORTUGAL, DO SÉCULO XV AO SÉCULO XVII

Durante o século XV, mais precisamente a partir de 1415, com a tomada de Ceuta, os portugueses viveram sua primeira fase de expansão ultramarina, ao longo da qual fizeram muitas descobertas e conquistaram territórios nos quais estabeleceram seu domínio. As conquistas portuguesas no Marrocos foram seguidas das descobertas do arquipélago dos Açores em 1420, primeiro resultado importante da navegação portuguesa em alto-mar, e de outras ilhas atlânticas, como o arquipélago de Cabo Verde (1450) e as ilhas do Golfo da Guiné (no final da década de 1460 e início da década de 1470). A exploração da costa ocidental da África evoluiu e se intensificou durante o século XV, refletindo as diversas oportunidades de lucro que o comércio oferecia, notadamente contornando-se os intermediários muçulmanos na compra de ouro, marfim e certos produtos alimentares. Já a exploração da costa oriental africana seria o resultado da busca de uma passagem para o Oceano Índico, com o objetivo de alcançar, pelo mar, a Índia, objetivo finalmente atingido em 1498 por Vasco da Gama¹.

O Brasil foi descoberto oficialmente em 1500, pela esquadra de Pedro Álvares Cabral, a caminho da Índia. Como parte do império português, o Brasil foi submetido ao sistema colonial com suas limitações, do ponto de vista político e de organização econômica e social. De início, o Brasil não apresentou grande interesse para Portugal. Economicamente, a nova colônia parecia menos atraente que os territórios na África e no Extremo Oriente, cujos comércios de ouro, marfim, sal e escravos, no caso da África, de especiarias e produtos de luxo, no caso do Extremo Oriente, proporcionavam uma imediata oportunidade

¹ Mata e Valério, 2003, pp. 75-90.

de acumulação de riqueza. Por volta de 1500, a Madeira era o maior produtor de açúcar do mundo, com uma exportação entre 70 mil e 140 mil arrobas².

Durante quase 30 anos de relativo descaso português, as atividades econômicas no Brasil praticamente limitaram-se à extração de madeiras tropicais e matérias para tingimento de tecidos, mais especificamente o pau-brasil. Para isso, sem a necessidade de grandes estabelecimentos permanentes, bastando feitorias, trocavam-se, por meio de escambo com os nativos, produtos como espelhos e tecidos pela mão-de-obra no corte e no transporte da madeira. Embora menos lucrativo que as especiarias orientais, o pau-brasil era uma mercadoria com ampla demanda européia e sua abundância ao longo de toda a costa desde o Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro atraiu os portugueses. Em consequência, o governo português inicialmente instituiu o monopólio estatal sobre a exploração do pau-brasil, permitindo apenas a extração por parte de particulares se estes obtivessem uma autorização concedida pelo Estado, regime que depois sofreria adaptação.

A colonização efetiva do Brasil, iniciada em 1532, foi feita através do sistema de Capitânicas Hereditárias e reforçada pela instalação na Bahia de um Governo Geral em 1549. O sucesso da Capitania de Pernambuco na produção de açúcar nos anos de 1530 a 1540 também indicava oportunidades de receitas adicionais para a Coroa portuguesa. Inserida no contexto mercantilista da época, a colonização teve, entre outras motivações, o objetivo de defender o território da ameaça de potências estrangeiras, notadamente a França, que desde cedo praticavam o contrabando de pau-brasil com os índios.

O “pacto” colonial estabeleceria o estatuto da colônia brasileira, cuja função principal seria a de gerar riqueza para a metrópole. A dependência da colônia com relação à metrópole passava pela exclusividade das relações comerciais, permitindo assim a geração de lucro exclusivamente para esta e sujeitando os colonos a uma série de restrições. Como o pau-brasil não bastava para suprir recursos suficientes para a defesa da colônia, Portugal incentivou a instalação no Brasil de uma empresa açucareira, à imagem do que tinha feito nas ilhas atlânticas, o que seria acompanhado de uma ocupação efetiva do território. O açúcar era uma mercadoria de alta aceitação nos mercados europeus, e tornou-se um produto especialmente rentável no Brasil. As condições climáticas e de solo permitiram o desenvolvimento da atividade principalmente no Nordeste e sua atratividade estimulava a

² Duncan, 1972, pp. 10, 21.

busca de financiamentos tanto portugueses como estrangeiros por parte de agentes econômicos privados³. Paralelamente ao desenvolvimento da atividade açucareira, desenvolveram-se culturas complementares para a subsistência, tais como mandioca, milho, feijão, algodão, etc., às quais juntava-se a pecuária. Todas essas atividades estavam sujeitas ao pagamento do dízimo no Brasil, e o açúcar pagava impostos também na entrada em Portugal⁴.

Com as crescentes dificuldades de escravização de índios brasileiros, dadas certas restrições impostas pela Coroa e pela ação da Igreja, a escassez de mão-de-obra na colônia levou à implantação do trabalho escravo africano. Atividade altamente lucrativa por si só, o tráfico permitia a acumulação de capital pelos portugueses, que utilizavam suas possessões ultramarinas na África para suprir a demanda por escravos não só no Brasil, mas também em áreas colonizadas pelos espanhóis na América.

Ao mesmo tempo, Portugal prosseguia com suas expedições ultramarinas pelo Oceano Índico expandindo suas bases de comércio pelo mundo e proporcionando lucros significativos tanto para o Estado quanto para os comerciantes privados ligados a este comércio. Ao final do século XVI, Portugal mantinha um ativo comércio com o Japão e com a Indonésia de hoje, e estabeleceu bases permanentes na Índia e em Macau, na China. A prosperidade econômica foi o resultado dos lucros obtidos com o desempenho do papel que coube a Portugal de intermediário entre suas colônias ultramarinas e o continente europeu no século XVI. Pode-se admitir que a demasiada atenção dada às explorações portuguesas tenha desviado recursos dos setores das atividades produtivas, principalmente industriais, retardando assim a modernização de Portugal, onde a agricultura permaneceu a principal atividade econômica.

Com um vasto império colonial, no qual estavam incluídos parte da costa do Marrocos, feitorias comerciais e fortalezas nas costas da África, do Oceano Índico e do Oceano Pacífico, além de estabelecimentos no Brasil, Portugal era uma potência mundial ao final do século XVI. O comércio de produtos exóticos foi o maior responsável pela prosperidade econômica de Portugal: “o ouro, o marfim e os escravos da costa ocidental da África, a pimenta e outras especiarias das regiões banhadas pelo Oceano Índico e do

³ Furtado, 2003, capítulo I.

⁴ Johnson, *in* Bethell, 1987, pp. 30-38.

Extremo Oriente e o açúcar da Madeira e do Brasil, juntaram-se aos tradicionais sal, vinho e frutas mediterrânicas como principais exportações portuguesas para o continente europeu”⁵. No que diz respeito às importações, Portugal incluía em sua pauta tecidos sofisticados, prata, objetos de metal e cereais. O comércio interno também crescia, como resultado da prosperidade e crescimento econômicos. Algumas atividades industriais se desenvolveram, embora a construção naval continuasse a ser a principal delas, devido à estreita ligação com as explorações ultramarinas e o comércio de longa distância.

Estima-se que a população cresceu de aproximadamente 1,4 milhões de habitantes, por volta de 1530, para cerca de 2 milhões, em 1640, depois estabilizando-se, e Lisboa era então uma das maiores cidades da Europa. Calcula-se, também, que no século XV, cerca de 50 mil portugueses tenham deixado o país. Entre 1500 e 1580, outros 280 mil indivíduos teriam emigrado, enquanto que entre 1580 e 1640 a emigração pode ter alcançado outros 300 mil. Numa base anual, tal emigração não representou mais do que 1,5 a 3,5 pessoas por mil habitantes, não correspondendo a uma sangria muito elevada. Deve-se lembrar também que, segundo diversas estimativas, em um século e meio, a importação de escravos para Portugal deve ter alcançado entre 200 e 300 mil⁶. Outra estimativa soma 175 mil escravos para Portugal e para as ilhas atlânticas entre 1450 e 1600⁷. O efeito conjunto da emigração e da presença de escravos na economia portuguesa era de que a mão-de-obra livre era relativamente cara no século XVI. Em 1580, a Madeira tinha 26 mil habitantes, os Açores 61 mil e Cabo Verde 10 mil⁸.

A estabilidade monetária foi característica do período, tendo o valor em ouro e prata do real português se desvalorizado insignificadamente. Quanto aos preços, sugere-se que tenha havido uma subida moderada de 2% por ano, devido ao fluxo de ouro vindo da África. A dívida pública observada foi resultado dos empréstimos feitos e dos saldos negativos das contas do Estado, que refletiam os gastos com os empreendimentos ultramarinos e com a defesa das águas portuguesas contra piratas e corsários.

O final do século XVI foi marcado pelos acontecimentos de caráter político que culminaram na unificação das Coroas ibéricas (1580-1640). Portugal passou a ser um país

⁵ Mata e Valério, 2003, p. 97.

⁶ Godinho, 1992, p. 19.

⁷ Maddison, 2001, p. 58.

⁸ Duncan, 1972, pp. 285-286.

unido à Coroa espanhola, com um monarca comum, mas assegurando através do Tratado de Tomar o contínuo domínio, por portugueses, de seu território, de suas possessões ultramarinas e do comércio das suas colônias. Além disso, a unificação contava com certo apoio da burguesia mercantilista, que ansiava por poder participar da exploração econômica das possessões espanholas no Novo Mundo. Ao mesmo tempo em que os portugueses obtiveram a autorização para se estabelecerem nas possessões espanholas, o açúcar brasileiro firmou-se como um dos elementos mais importantes da prosperidade econômica portuguesa no século XVII.

Já por volta de 1580, o Brasil passou a ser o maior produtor de açúcar do mundo, ultrapassando São Tomé e a Madeira, cuja produção já entrara em franco declínio⁹. A colônia passou a suprir os mercados europeus, permitindo que Portugal se mantivesse como intermediário comercial entre ela e o resto do mundo. No Brasil, ao contrário do que era observado nas outras possessões portuguesas no Índico e no Extremo Oriente, onde a presença militar era forte e as atividades econômicas eram muito controladas pela Coroa, ocorreu um crescimento das atividades econômicas privadas e da população estabelecida ao longo da costa. Não existem estatísticas para o período, mas, segundo cronistas, a população “portuguesa” no Brasil teria alcançado cerca de 17 a 20 mil pessoas em 1570, e cerca de 30 mil por volta de 1585. Nesta última data já existiriam cerca de 14 mil escravos africanos na colônia, e, em 1600, talvez 30 a 40 mil portugueses e 20 mil escravos africanos¹⁰.

Em 1581, as Províncias Unidas (correspondendo à Holanda de hoje) sublevaram-se contra o domínio espanhol e alcançaram a independência de fato. Diante da insuficiência da frota mercante portuguesa, diversos navios holandeses já participavam do comércio entre Portugal e Brasil, sob licença portuguesa. A unificação das Coroas Ibéricas trouxe a Portugal e ao Brasil novos inimigos externos, estes originalmente inimigos do Império espanhol. Assim, no final do século XVI, os ataques de holandeses, franceses e ingleses a navios de bandeira portuguesa se intensificaram, prejudicando o comércio entre Portugal e o Brasil e, na virada do século, certas atividades comerciais portuguesas no Oceano Índico e no Extremo Oriente foram seriamente ameaçadas de colapso. Entre 1609 e 1621 vigorou

⁹ Galloway, 1989, p. 51.

¹⁰ Johnson, *in* Bethell, 1987, p. 31.

uma trégua de 12 anos entre a Espanha e as Províncias Unidas, período em que navios holandeses voltaram a freqüentar pacificamente as costas brasileiras.

Cabe observar que, em 1588, o Império respondia por cerca de 50% das receitas da Coroa portuguesa, participação que se manteve em 48% em 1619¹¹. Em 1588, a participação do Brasil na receita total da Coroa portuguesa era de 3%, aumentando para 5% em 1619, mas era ainda bastante inferior à das receitas oriundas do comércio com o Oriente¹². No final do século XVI, as receitas da Índia e do Oriente alcançavam 698 contos e as do Brasil 63 contos, num total de 844 contos de receitas do Império¹³.

Estima-se que entre 1583 e 1612, o número de engenhos de açúcar no Brasil aumentou de 115 para cerca de 192, alcançando 350 em 1629. A produção de açúcar teria alcançado 660 mil arrobas ou 10 mil toneladas por volta de 1610, passando a oscilar entre 1 e 1,5 milhão de arrobas, ou cerca de 15 a 22 mil toneladas, na década de 1620, sendo o Brasil de longe o maior produtor mundial de açúcar¹⁴.

A partir de 1621, com o fim da trégua, os holandeses aumentaram a sua participação no comércio de especiarias na Ásia, em detrimento de Portugal, e passaram a atacar colônias portuguesas no Atlântico. As expedições francesas no Maranhão no início do século XVII foram repelidas, e também o ataque holandês à Bahia em 1624, mas boa parte do Nordeste do Brasil ficou sob controle holandês entre 1630 e 1654, embora a Bahia, segunda maior região produtora de açúcar após Pernambuco, jamais tenha sido dominada. Nas costas da África, os holandeses tomaram o forte de S. Jorge da Mina (1637) e ocuparam Angola temporariamente (1641-1648), ameaçando o fornecimento de escravos para a região não ocupada do Brasil.

Até 1620, a economia portuguesa apresentava certa prosperidade, decorrente tanto do açúcar brasileiro quanto do comércio com o Oriente e da intensificação do tráfico de escravos, aliados às vendas externas de produtos portugueses como o sal, o vinho e frutas. A partir de 1621, as guerras na Europa e as oscilações da produção de prata na América do Sul fizeram com que o rei da Espanha buscasse novas fontes de renda em seus domínios e tentasse diminuir a autonomia portuguesa para se beneficiar dessa prosperidade econômica.

¹¹ Oliveira Marques, 1996, p. 257.

¹² Maddison, 2001, p. 71.

¹³ Duncan, 1972, p. 244.

¹⁴ Schwartz, 1998, p. 215.

Os protestos locais seriam um dos fatores que fariam com que Portugal se separasse do império espanhol anos mais tarde¹⁵.

Mas ainda na década de 1620, diversos fatores contribuíram para um menor dinamismo da economia portuguesa. A um sistema crescentemente fragilizado pelos ataques (somente entre 1626 e 1627 os holandeses capturaram 60 dos 300 navios do comércio brasileiro, com 270 mil arrobas de açúcar) e perdas de territórios na Ásia¹⁶, somou-se a interrupção do crescimento demográfico e econômico em quase toda a Europa, causada pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), o que acarretou uma redução da procura pelos produtos portugueses e pelos de suas possessões. A população portuguesa estagnou em torno dos dois milhões de habitantes, e a cidade do Porto firmou-se como a segunda maior de Portugal, com cerca de 25 mil habitantes. Lisboa, com 100 mil habitantes, ainda era uma das maiores cidades da Europa¹⁷.

Ainda durante a unificação ibérica o valor da moeda permaneceu estável, com flutuações nos preços devidas às entradas de ouro e prata vindas da América do Sul. Durante todo o período filipino, de 1580 a 1640, Lisboa cunhou moedas à taxa fixa de 2.800 réis para um marco de prata¹⁸.

Apesar da perda de parte do Nordeste do Brasil, durante algum tempo as receitas públicas continuaram a crescer, mas os altos gastos militares decorrentes da participação portuguesa nos encargos da política imperial geraram um saldo negativo nas contas públicas. O resultado foi o aumento da dívida pública e a criação de novos impostos. Segundo estimativas, “os rendimentos de Coroa portuguesa oriundos do Brasil teriam aumentado de 26.400 cruzados em 1588 para 84.000 em 1607, 108.800 em 1619 e quase o dobro em 1640. Eram ainda menores que os da Índia”¹⁹, mas cresciam a um ritmo mais acelerado.

Enquanto no Brasil a colonização se expandia através do território, especialmente através das bandeiras e da ocupação de novas áreas do interior com fazendas de gado, em 1640 Portugal separou-se definitivamente da Coroa espanhola com os objetivos principais de escapar ao declínio do Império espanhol e de fazer as pazes com os ingleses e os

¹⁵ Mata e Valério, 2003, pp. 101-105.

¹⁶ Schwartz, 1998, p. 216.

¹⁷ Mata e Valério, 2003, p. 104.

¹⁸ Duncan, 1972, p. 263.

¹⁹ Oliveira Marques, 1996, p. 334.

holandeses, a fim de recuperar suas possessões. Destes três objetivos, apenas a recuperação das possessões perdidas não teve pleno sucesso: as tentativas empreendidas por Portugal para recuperar alguns de seus enclaves no Índico e no Extremo Oriente fracassaram, preservando a metrópole, no entanto, alguns estabelecimentos na costa do Marrocos, Goa, Damão e Diu, na Índia, Macau, as ilhas atlânticas, inclusive São Tomé e Príncipe, e Angola e Moçambique. Em 1668, Portugal cedeu Ceuta, no Marrocos, à Espanha, em troca do reconhecimento de sua independência. No Atlântico, Portugal contara com a resistência dos colonos luso-brasileiros na luta contra o domínio holandês no Brasil, encerrado em 1654.

Na segunda metade do século XVII, Portugal viveu uma fase de decadência do seu império colonial. Duas causas são apontadas: uma interna, e outra externa. Primeiro, pode-se dizer que a sociedade portuguesa não conseguiu tirar pleno partido dos empreendimentos ultramarinos diversificando sua produção interna e acabou por administrar a colônia de forma “voraz e corrupta”²⁰. Em segundo lugar, Portugal realmente não tinha condições de resistir aos rivais mais poderosos. Comparativamente, os ingleses, os holandeses, e até os rivais locais asiáticos eram mais fortes, e somente algumas regiões, como o Brasil, onde a imigração portuguesa tinha criado raízes mais profundas e laços mais sólidos com Portugal, encontravam-se em condições de sobreviver aos ataques: a população luso-brasileira foi capaz de resistir aos holandeses e de contribuir para a recuperação de feitorias em território africano, já que a expedição culminando na definitiva expulsão dos holandeses de Angola, em 1648, veio do Brasil²¹.

No entanto, mesmo no Brasil houve certa estagnação na segunda metade do século XVII, período em que a tributação sobre o açúcar foi sendo aumentada²². A partir dos anos 1650, quando a exportação terá alcançado um pico de 1,4 milhões de arrobas em 1656²³, a capacidade de produção de açúcar manteve-se em torno de 1,2 milhões de arrobas (cerca de 18 mil toneladas), e um contemporâneo estimou que na última década do século havia 528 engenhos no Brasil com uma produção de 1.295 mil arrobas (18,5 mil toneladas)²⁴. O desenvolvimento da cultura do fumo, a extração do pau-brasil e a expansão da criação de gado compensavam apenas em parte o menor dinamismo da economia açucareira. A partir

²⁰ Mata e Valério, 2003, p. 108.

²¹ Oliveira Marques, 1996, p. 350.

²² Schwartz, 1998, p. 218.

²³ Morineau, 1985, p. 149.

²⁴ Schwartz, 1998, pp. 215-218.

de 1649, foi criado um sistema de frotas para o comércio do Brasil, inicialmente para proteger os navios mercantes mas que mais tarde facilitaria a supervisão do comércio pelas autoridades fiscais portuguesas²⁵. O Brasil importava principalmente têxteis e gêneros alimentícios, incluindo vinho, farinha, queijos, azeite, sal e bacalhau, além de utensílios de cobre para os engenhos²⁶.

Na realidade, no final do século XVII, Portugal perdera grande parte de sua influência nos negócios internacionais. Além de ceder territórios a inimigos em troca de paz, os negócios comerciais portugueses tinham passado a enfrentar não só a dura concorrência dos produtos oriundos das colônias inglesas, holandesas e francesas no mercado europeu, como também das práticas mercantilistas iniciadas com a Inglaterra de Cromwell e com o “colbertismo” na França. O exemplo mais marcante foi a concorrência do açúcar das Antilhas ao açúcar brasileiro.

Implantada em parte por holandeses e cristãos novos expulsos do Brasil Holandês, a produção de açúcar nas ilhas britânicas das Caraíbas alcançaria cerca de 22 mil toneladas em 1700, sendo cerca de 10 mil toneladas nas Antilhas Francesas e 5 mil em outras possessões holandesas e dinamarquesas naquela região. Não é portanto de surpreender que o preço do açúcar em Lisboa caísse mais de 40% entre 1659 e 1688²⁷. Por outro lado, enquanto o açúcar brasileiro respondia por 80% do açúcar vendido em Londres em 1630, tal proporção declinou para 10% em 1690²⁸.

Como as dificuldades enfrentadas pelos produtos brasileiros não podiam ser compensadas pela expansão do comércio asiático, o comércio português com a Europa passou a depender mais da produção do próprio país (vinho, sal, frutas), cujas exportações se estabilizaram no terceiro quartel do século XVII: “as culturas do milho maís, da vinha e da oliveira progrediram no Norte do país. Ao mesmo tempo, as ilhas atlânticas recuperaram também alguma prosperidade”²⁹.

Em Portugal, o financiamento das guerras após 1640, notadamente contra a Espanha e as Províncias Unidas (Holanda), foi efetuado recorrendo-se à desvalorização monetária, à criação de novos impostos, como a décima militar em 1641 e o imposto do papel selado em

²⁵ Mauro, *in* Bethell, 1987, p. 52.

²⁶ Noya Pinto, 1979, pp. 223-224.

²⁷ Citando Blackburn e Schwartz, Maddison, 2001, p. 58; Galloway, 1989, pp. 51, 86.

²⁸ Schwartz, 1998, pp. 216-218.

²⁹ Mata e Valério, 2003, p. 108.

1661, e à dívida pública. A desvalorização teve início em 1641 e continuou ainda até o limiar da década de 1690. Em 1640 o valor em ouro do real português era de 7,1 mg, caindo para 2,054 mg em 1688, e o valor em prata do real português caiu de 75,1 mg em 1640 para 31,8 mg em 1688. Em outras palavras, o marco de prata passou de 3.400 réis em 1641 aumentando até alcançar 6.000 réis em 1688. No período, uma libra esterlina passou de 1.800 réis em 1641-1643 para 3.176 em 1688, valor que se manteria até 1734. As flutuações nos preços em torno de um nível estável foram, mais uma vez, resultantes da variação no fluxo de entrada e saída de metais preciosos. A introdução de um novo imposto sobre o rendimento facilitou a elevação das receitas públicas, mas ainda assim não foi possível eliminar os saldos negativos das contas públicas ou diminuir o saldo da dívida³⁰. A situação das contas públicas portuguesas só melhoraria no século XVIII, com o afluxo de ouro do Brasil. Por outro lado, os direitos especiais concedidos aos comerciantes ingleses e holandeses em Portugal após 1661 teriam impacto duradouro sobre a economia³¹.

Ao final do século XVII, estima-se que o Brasil tinha cerca de 300 mil habitantes nas áreas controladas pelos portugueses, sendo cerca de 100 mil de origem europeia³². A população indígena, que pode ter alcançado 2,5 milhões de pessoas quando do descobrimento, já sofrera grande diminuição³³. Por outro lado, segundo as estimativas mais confiáveis, teriam sido importados 560 mil escravos africanos para o Brasil, durante todo o século XVII³⁴.

Enquanto a população da metrópole parece ter ficado estagnada em torno de 2 milhões de pessoas, houve crescimento demográfico nas ilhas atlânticas, onde ocorreu certa reorientação das atividades econômicas. Com declínio definitivo da produção de açúcar em S. Tomé após 1580 e, assim como Príncipe, este permanecia pouco povoado e ligado ao Brasil somente como etapa do tráfico de escravos. Em 1552, existiam 3.000 escravos na Madeira, mas com o declínio do açúcar no século XVII, a população da Madeira e dos Açores era basicamente portuguesa³⁵. Entre 1650 e 1720, a população dos dois arquipélagos e de Cabo Verde cresceu de 123 mil para 172 mil habitantes (sendo 43 mil nas

³⁰ Mata e Valério, 2003, p. 109; Duncan, 1972, pp. 263-265.

³¹ Mata e Valério, 2003, p. 110.

³² Schwartz, 1998, p. 231.

³³ Hemming, *in* Bethell, 1987, p. 89.

³⁴ Klein, 1999, p. 210; Furtado, 2003, capítulo IX.

³⁵ Galloway, 1989, pp. 53-54.

ilhas da Madeira, 103 mil nos Açores e 23 mil em Cabo Verde)³⁶. Açorianos tinham colonizado o Maranhão após 1619 e Laguna, em Santa Catarina (1684). A partir da virada do século XVII para o XVIII, com a descoberta do ouro no Brasil, as ilhas da Madeira e dos Açores, produtores de trigo e de vinho (o açúcar tornara-se insignificante na Madeira), já com alguma penetração no mercado brasileiro, tornar-se-iam uma importante fonte de imigrantes para a colônia americana no século XVIII (4.000 casais chegariam ao Sul do Brasil entre 1747 e 1753), além de suprir o exército e a marinha portuguesa³⁷.

1.2 – O IMPÉRIO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVIII E A CRESCENTE INTERDEPENDÊNCIA DAS ECONOMIAS PORTUGUESA E BRASILEIRA, C. 1700 A 1822

O século XVIII, em alguns aspectos, assemelha-se ao auge vivido no século XVI: o crescimento demográfico e econômico, bem como a importância dos laços coloniais, foram essenciais para Portugal. Por outro lado, o foco da colonização tinha sido desviado do Oceano Índico e do Extremo Oriente para as possessões no Atlântico, as relações com a Espanha tornaram-se hostis, notadamente quanto à definição de seus domínios americanos, e Portugal perdera definitivamente o papel de líder na expansão europeia. Ao longo do século, o Brasil tornou-se essencial para a sobrevivência do Império português e aumentou consideravelmente o tráfico escravo dos domínios portugueses da África para o Brasil.

A população portuguesa cresceu cerca de 50% ao longo do século, atingindo cerca de 3 milhões de habitantes em 1798. Lisboa alcançaria 150 mil habitantes em 1755, ano do terremoto, e cerca de 180 mil em 1800. Estima-se que, entre 1700 e 1760, cerca de 500.000 a 600.000 portugueses emigraram³⁸. Furtado e outros estudiosos calculam que entre 300 e 500 mil imigrantes entraram no Brasil no período, principalmente atraídos pelo ouro brasileiro. Estima-se que, com o declínio da exportação aurífera no Brasil, as saídas anuais de emigrantes portugueses, mais para o final do século, situaram-se em torno de 3.000 pessoas, ou seja, uma em um mil³⁹.

³⁶ Duncan, 1972, p. 256.

³⁷ *Idem*, pp. 5, 36; Schwartz, in Bethell, 1987, pp. 117-120.

³⁸ Godinho, 1992, p. 18.

³⁹ *Idem*, p. 20.

Até 1761, entraram também escravos em pequeno número em Portugal, talvez 1.000, ou um pouco menos, por ano, às vezes trazidos pelas frotas do Brasil⁴⁰, sendo a escravidão abolida em Portugal entre 1761 e 1773.

Mantendo relações comerciais praticamente residuais no Oceano Índico e no Extremo Oriente, Portugal desempenhou um papel importante no comércio triangular do Atlântico. Com a proibição do comércio direto entre as colônias e países estrangeiros, o “pacto” colonial assegurou a Portugal o papel de intermediário na vida econômica das suas possessões na costa africana e no Brasil. A exceção era o comércio direto entre o Brasil e a costa da África, muitas vezes com embarcações brasileiras, principalmente da Bahia, que envolvia a troca de fumo, aguardente e algum contrabando de ouro em pó por escravos africanos. O primeiro aspecto do comércio triangular era a exportação de produtos europeus para o Brasil e para a África. Os bens mais demandados pelo Brasil eram os produtos agrícolas mediterrâneos, têxteis e objetos de metal. O segundo aspecto era a importação de produtos brasileiros (açúcar, algodão, tabaco e peles) e africanos (basicamente somente o marfim) para a Europa. O terceiro e último aspecto era o fluxo de escravos da África para o Brasil, fluxo que aumentou durante o século XVIII. Do ponto de vista das relações com outros países europeus, Portugal manteve-se como exportador de produtos primários e de vinho, e importador de produtos industriais e de trigo.

Em Portugal e nas ilhas atlânticas, a agricultura evoluiu graças à extensão das culturas mediterrâneas, com a vinha e a oliveira, e com o aumento das exportações agrícolas (vinho, azeite e frutas). No setor vinícola, o estímulo veio basicamente do Tratado de Methuen (1703), que dava direito preferencial ao vinho português no mercado britânico em troca do mesmo direito com relação aos tecidos britânicos no mercado português, expandindo fortemente as exportações. A indústria portuguesa não evoluiu no período, em consequência da concorrência dos produtos vindos de países europeus mais desenvolvidos, e as inovações tecnológicas decorrentes da chamada primeira revolução industrial britânica não estiveram presentes na indústria portuguesa da época⁴¹.

De fato, a política econômica do Conde de Ericeira, principal Ministro de D. Pedro II (1688-1706), que tentou promover e proteger a indústria portuguesa, buscando substituir

⁴⁰ Godinho, 1992, p. 256.

⁴¹ Mata e Valério, 2003, pp. 114-116.

importações com algum sucesso inicial, acabou não tendo continuidade. No período também foi criada uma Companhia para explorar o tráfico africano na Costa da Guiné. Com o suicídio do Conde de Ericeira em 1692, seu sucessor teve pouco tempo para manter essa política já que, na última década do século XVII, a economia luso-brasileira começou a recuperar-se com base nos seus produtos tradicionais. Subiram os preços do açúcar, do algodão e dos couros, assim como o do azeite e o do vinho, e logo depois o ouro brasileiro viria transformar radicalmente a economia do Império⁴². Entre 1687 e 1710, a taxa anual de inflação em Portugal deve ter sido da ordem de 8%⁴³. O Tratado de Methuen acabou reforçando os laços portugueses com a Inglaterra, e a especialização comercial de Portugal no seu vinho, nos seus produtos agrícolas e na reexportação de produtos coloniais e de ouro.

O ouro descoberto na região de Minas Gerais foi, junto com o vinho, a principal fonte de riqueza de Portugal no século XVIII. A exploração aurífera gerou possivelmente entre 800 e 850 toneladas ao longo do século, ainda que as estimativas baseadas em estatísticas fiscais e das mercadorias chegadas nas frotas brasileiras em Lisboa permitam apenas cálculos aproximados. É provável que com a inclusão da produção das minas baianas, das quais pouco se sabe, a produção anual possa ter alcançado, no auge, em meados do século, entre 18 e 20 toneladas⁴⁴.

A política com relação ao ouro foi fortemente mercantilista: a restrição das exportações deveria assegurar a abundância de metais (evitando o contrabando), garantindo assim a prosperidade e o poder do Estado. No entanto, depois de um período de prosperidade inicial, o que se observou com o tempo foi a saída de metais de Portugal para financiamento do saldo negativo da balança de pagamentos portuguesa e o aumento da burocracia e do contrabando. A construção do Palácio Real de Mafra é uma das demonstrações do desperdício de recursos durante o reino de D. João V (1706-1750), considerado por muitos uma “idade do ouro”, em que as contas públicas mostraram equilíbrio. O ouro brasileiro também contribuiu para a estabilidade do padrão monetário português entre 1734 e 1822, em termos de ouro e da paridade com certas moedas

⁴² Mauro, *in* Bethell, 1987, pp. 58-59.

⁴³ Pedreira, 1994, p. 43.

⁴⁴ Noya Pinto, 1979, pp. 114-117; Morineau, 1985, p. 145.

estrangeiras. O afluxo de ouro, a partir de 1720, foi acompanhado por uma inflação moderada da ordem de 1,4% ao ano⁴⁵.

No Brasil, a migração para as zonas de mineração, envolvendo imigrantes portugueses e escravos, foi um fator essencial para o crescimento demográfico da colônia. Um levantamento incompleto dos anos 1770 indica uma população em torno de 1,6 milhão, e estima-se que a população total beirava, ou excedia de pouco, 3 milhões de pessoas na virada do século (das quais cerca de 1/3 eram escravos), total próximo do da metrópole. Estima-se que, entre 1701 e 1760, foram importados para o Brasil 960 mil escravos africanos, e outros 741 mil entre 1761 e 1800⁴⁶. Entre 1701 e 1800, segundo outra estimativa, Portugal teria transportado 1,8 milhão de escravos para o novo mundo, de um total de 6,1 milhões, menos apenas do que a Inglaterra, com um total de 2,5 milhões⁴⁷. Na região das minas, a sociedade formada era urbana, ao contrário da sociedade açucareira do Nordeste, e com grande diversidade de atividades sócio-econômicas, o que explica o desenvolvimento do mercado interno, uma distribuição de renda algo melhor, e alguma possibilidade de ascensão social, inclusive para escravos libertos⁴⁸.

Durante o reinado de D. José I (1750-1777), a produção de ouro brasileiro começou a declinar de forma acentuada, o que teria forte impacto sobre as receitas da Coroa portuguesa. É difícil avaliar a participação do Brasil nas receitas totais da Coroa no século XVIII. Um cálculo referente a 1716 indica uma receita total de 3.942 contos, dos quais 13,8%, ou 545 contos, originários do Brasil. Um cálculo ajustado para 1777 sugere um percentual de 27,5%, mas trata-se, em ambos os casos, de estimativas a serem encaradas com reserva⁴⁹; as receitas da Coroa podem ter alcançado 11,2 mil contos em 1805). Anteriormente, nos tempos do Marquês de Pombal, o Brasil pode ter respondido por cerca de 40% das receitas públicas⁵⁰.

O Marquês de Pombal, Ministro todo-poderoso, implementou uma série de políticas para redirecionar a economia portuguesa. Decidiu proteger as atividades manufatureiras em Portugal, estimulando a criação de oficinas e fábricas, ou patrocinando-as. A Junta do

⁴⁵ Mata e Valério, 2003, p. 118; Noya Pinto, 1979, p. 310; Duncan, 1972, p. 265; Oliveira Marques, 1996, p. 496.

⁴⁶ Klein, 1999, pp. 210-211.

⁴⁷ Maddison, 2001, p. 58.

⁴⁸ Silva, 2000, p. 97.

⁴⁹ Alden, *in* Bethell, 1987, p. 333.

⁵⁰ Pedreira, 1994, pp. 270-271.

Comércio, criada em 1755, concedia empréstimos à iniciativa privada e a produção de algodão, linho, lã e seda, chapéus, produtos de couro, lenços, vidros, tapeçarias, relógios, botões, e diversos produtos de luxo foi promovida, com claro intuito de substituir importações. Pombal pretendia a) obter matérias primas dentro de Portugal e nas colônias e b) desenvolver unidades de produção de tamanhos diversos, as pequenas podendo ser integradas com unidades maiores responsáveis pelo acabamento dos produtos.

Foi criado o Erário Régio em 1761, para controlar todas as transações financeiras entre a metrópole e as colônias. A administração das finanças do Brasil foi dividida entre duas contadorias, uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro, e criaram-se juntas de Fazenda responsáveis pela coleta e redistribuição das rendas da Coroa, além de zelarem pela qualidade de produtos como o açúcar e o fumo. As necessidades de recursos da Coroa foram ampliadas pelo terremoto e incêndio de Lisboa em 1755, duas dispendiosas guerras com a Espanha, motivadas por questões de fronteira na América do Sul, em paralelo à forte queda da arrecadação de impostos sobre o ouro brasileiro. Foram criados impostos adicionais com a reforma da cobrança da décima, elevada de 4,5% para 10%⁵¹.

Foram criadas três companhias de comércio privilegiadas, com ação circunscrita a determinadas regiões ou setores: a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), que introduziria na região apreciável quantidade de escravos africanos e contribuiria para a extensão do cultivo de arroz e algodão; a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759-1779), direcionada para garantir uma oferta adequada de escravos para a região e reavivar a cultura do açúcar; e, finalmente, a Companhia de Pesca de Baleias nas Costas do Brasil (1765-1781), com monopólio a ser concedido por licitação, e que de fato contribuiu para aumentar a quantidade e a qualidade de baleias capturadas e a extração de seu óleo e outros sub-produtos. Em 1765, decretou-se para 1766 o fim do sistema de frotas no comércio brasileiro, que existia desde 1649, e as restrições ao comércio de cabotagem entre portos brasileiros também foram abolidas. O objetivo claro da política protecionista e “industrial” de Pombal, continuada pelos seus sucessores, foi o de reduzir o déficit da balança comercial portuguesa, especialmente com a Grã-Bretanha, tendo o déficit anual no comércio bilateral se reduzido de 1.044 mil libras esterlinas entre 1756 e 1760 para 248 mil libras entre 1771-1775.

⁵¹ Pedreira, 1994, p. 45.

Com a morte de D. José I em 1777 e a queda de Pombal, foram logo suprimidas as companhias privilegiadas, e após 1779 o comércio, inclusive com o norte de Brasil, tornou-se livre. Continuou-se a política para promover as manufaturas portuguesas, e certas fábricas reais como as de lã de Fundão, Covilhã e Portalegre foram entregues à administração privada. Estima-se que entre 1770 e 1788 tenham sido fundadas 397 “fábricas”, sendo 234 de 1778 a 1788⁵². Novas tarifas introduzidas em 1794 e 1797 reforçariam a capacidade da metrópole de preservar o seu mercado colonial para as suas próprias manufaturas. Por outro lado, um alvará de 1785 proibiria a produção de artigos manufaturados no Brasil, com exceção de panos grosseiros para vestir os escravos⁵³.

A partir da guerra de independência norte-americana (1776), a que se seguiram a revolta dos escravos em S. Domingos (Haiti) e o início das guerras resultantes da Revolução Francesa, na virada dos anos 1790, diversos produtos brasileiros voltaram a ter condições favoráveis de mercado com o aumento da procura e dos preços. Após um período difícil para a economia portuguesa a partir de meados dos anos 1760 até os anos 1770, Furtado já destacava, nos últimos vinte anos do século XVIII, uma nova fase de prosperidade agrícola do Brasil, baseada não apenas nos produtos tradicionais, como o açúcar e o fumo, e em menor escala couros e madeiras, mas principalmente no algodão e no arroz, na produção dos quais o Maranhão se destacava⁵⁴. Houve também uma reanimação do comércio português com a Ásia⁵⁵. Com base na reexportação de produtos coloniais para a Europa e com a colocação da produção manufatureira doméstica no Brasil, Portugal gradualmente reequilibrou suas contas externas, inclusive com a Grã-Bretanha, com a qual passou a ter superávit a partir de 1791-1795, principalmente baseado na reexportação do algodão brasileiro, também importado pela França. Bairoch estimou que, por volta de 1800, Portugal respondia por cerca de 5% a 7% do total das exportações européias, participação que outros autores consideram algo exagerada⁵⁶.

Segundo Mansuy-Diniz Silva, “não seria exagero dizer que o período 1796-1807 representou uma nova Idade do Ouro para Portugal”. Nas suas transações com países estrangeiros, Portugal teve superávit permanente (excetuando-se 1797 e 1799), com as

⁵² Pedreira, 1994, pp. 58-59.

⁵³ Mansuy-Diniz Silva, *in* Bethell, 1987, pp. 256-272.

⁵⁴ Furtado, 2003, pp. 97-98.

⁵⁵ Pedreira, 1994, p. 265.

⁵⁶ Berend e Ranki, 1982, p. 112.

exportações crescendo 4% ao ano e as importações apenas 2,6%. Em comparação, entre 1796 e 1807 (com a exceção de 1797, 1799 e 1804), o comércio português com as colônias foi deficitário, e o Brasil respondia por 83% dos bens importados por Portugal de suas colônias e por 78,5% das exportações de Portugal para suas colônias. A importância do Brasil fica ainda mais clara quando se nota que, do total das exportações para países estrangeiros, 60,1% consistiam de produtos vindos do Brasil, e apenas 27,4% de produtos da metrópole, sendo o restante de outras colônias ou reexportação de produtos de outras procedências. Ou seja, apesar de uma certa sobrevida do comércio português com suas colônias asiáticas, “Portugal devia o seu saldo comercial positivo” à exportação de produtos brasileiros⁵⁷. Por outro lado, enquanto por volta de 1740 apenas 10% a 15% das cargas enviadas para o Brasil consistiam de mercadorias produzidas em Portugal, tal proporção se elevou para cerca de 20% em 1778, e atingiu 45% em 1796 (dos quais 24% representados por produtos manufaturados), como reflexo das políticas protecionistas e de estímulo às indústrias de Pombal e de seus sucessores. Uma estimativa com base em estatísticas para o período 1796 a 1819 indica que o Brasil absorveu 2/3 das exportações portuguesas de óleo, 1/4 das de vinho e apenas 1/7 das de sal. Tais fatos levaram Morineau a concluir que “Portugal não perdeu com a rarefação do ouro brasileiro: ganhou ao se apoiar sobre seus próprios recursos” e era particularmente importante o mercado brasileiro para certos produtos portugueses⁵⁸.

Quanto ao comércio do Brasil propriamente dito, no século XVIII, algumas inferências quantitativas podem ser tiradas das notícias de chegadas das frotas em Lisboa. Nas frotas de 1703, com mercadorias totais no valor de cerca de 10,8 milhões de cruzados, o ouro respondia por cerca de 30% do total. Do fim do século XVII aos anos 1730, “o valor das frotas se multiplicou por seis, sendo o ouro a principal causa desse aumento”. Entre 1730 e 1734, o ouro respondia por cerca de 81% do valor das chegadas, proporção que se mantém em cerca de 70% em 1755 (quando o açúcar correspondia a 8% e o fumo a 6%). Depois que o declínio se acentua, a participação do ouro reduziu-se para 46% em 1778 (cabendo aos diamantes outros 5%), para 16% em 1796 e para apenas 6,5% em 1806,

⁵⁷ Mansuy-Diniz Silva, *in* Bethell, 1987, pp. 278-282.

⁵⁸ Morineau, 1985, pp. 177-179.

quando o valor das mercadorias enviadas do Brasil alcançou 35,5 milhões de cruzados, ou aproximadamente 17,7 milhões de pesos de prata da América Espanhola⁵⁹.

Existem dados para as exportações de Portugal para a Europa, para países não europeus do Mediterrâneo (“Barbaria”) e para os Estados Unidos, que mostram que as exportações cresceram de 7,5 mil contos em 1789 para 16 mil contos em 1796 e 23,5 mil contos em 1806. A porcentagem de produtos brasileiros nesses totais foi de respectivamente 52,6%, 61,7% e 62,4%⁶⁰. Anteriormente, entre 1776 e 1789, a porcentagem da produção do Reino nas exportações totais para nações estrangeiras aumentara de 34,5% para 43,1% tanto em 1783 como em 1789, reflexo do maior dinamismo da produção interna⁶¹.

Em 1806, segundo estatísticas portuguesas, Portugal exportou para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará outros 14,2 mil contos, cada uma dessas capitânicas tendo respondido, respectivamente, por 32,9%, 23,9%, 26,9%, 10,8% e 5,5% desse total. Entre 1801 e 1807, o valor das manufaturas enviadas para o Império Colonial reduziu-se de 69%, queda preocupante já que 80% daquelas manufaturas deveriam destinar-se ao mercado brasileiro. Tal queda se deveu em grande medida a um grande aumento do contrabando, ou seja, do comércio direto “ilegal” da Grã-Bretanha com o Brasil, atendendo uma demanda anteriormente atendida por produtos portugueses. Forte indício desse contrabando foi o aumento do número de “arribadas”, isto é, a entrada em portos brasileiros de navios estrangeiros supostamente “em dificuldades” (que aumentou de 8 para 30 entre 1791 e 1800). Com a prosperidade de certos produtos coloniais brasileiros e a queda das vendas de produtos manufaturados para o Brasil, “Portugal se viu na indesejável posição de ter um déficit comercial com várias regiões do Brasil”⁶². Assim, entre 1796 e 1806, a participação das mercadorias produzidas em Portugal no total das exportações para o Brasil reduziu-se de 45% para 32%⁶³.

O final do século XVIII e o começo do século XIX foram marcados por revoluções na Europa e pela divergência de interesses entre a colônia brasileira e a metrópole. Na Europa, a Grã-Bretanha impôs o seu domínio nos campos político e econômico, espalhando os

⁵⁹ Morineau, 1985, pp. 159, 160-164.

⁶⁰ Alden, *in* Bethell, 1987, p. 334.

⁶¹ Pedreira, 1994, p. 53.

⁶² Alden, *in* Bethell, 1987, pp. 334-336.

⁶³ Morineau, 1985, pp. 77-179.

resultados do seu avanço. Portugal, assim como a maior parte dos países do sul da Europa, não participou desta revolução. No Brasil, o desenvolvimento interno mostrava cada vez mais sinais de conflitos e de incompatibilidade entre os interesses dos colonos e os da metrópole, resultantes da exploração colonial, do capitalismo industrial nascente e do surgimento do ideal liberal burguês.

No início do século XIX, Portugal entrava em guerra com a França e a Espanha, e encontrava-se em uma situação financeira difícil decorrente da necessidade de se preparar contra um eventual ataque. Ao tomar a decisão de não participar do Bloqueio Continental, boicote comercial imposto pelo governo francês contra a Grã-Bretanha, sob pena de perder o controle do seu império ultramarino, Portugal foi invadido e parte do território foi ocupada por franceses e espanhóis pela primeira vez em 1807, levando à partida da família real e do governo português para o Brasil⁶⁴.

A instalação da família real portuguesa no Brasil estabeleceu o Rio de Janeiro como capital. O Governo joanino no Brasil tomou medidas de grande importância, como o fim do “pacto” colonial e a abertura dos portos às nações ditas amigas. A tributação alfandegária foi determinada pela Carta Régia de Abertura dos Portos, que determinava a taxa *ad valorem* de 24% sobre todas as mercadorias importadas, exceto vinhos, aguardentes e azeite, que tinham seus impostos duplicados. Meses mais tarde, os produtos portugueses passaram a pagar 16%. O Tratado de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade, assinados com a Grã-Bretanha em 1810, davam aos ingleses privilégios tais como concessão de tarifas preferenciais mais baixas (15%) nas alfândegas brasileiras do que as cobradas de Portugal. Por um lado, os tratados provocaram a queda nos preços dos produtos importados, tais como tecidos de lã, louças, calçados, armas, vidros e bacalhau, mas por outro lado limitaram o crescimento industrial brasileiro. Embora o decreto que proibira indústrias no Brasil em 1785 tenha sido anulado, o país não possuía mão-de-obra ou tecnologia necessárias, condição reforçada pelas dificuldades impostas na importação de máquinas para o Brasil, notadamente em função da proibição inglesa de exportação de equipamentos para países que só cessaria oficialmente em 1842. Em paralelo, já em 1808, o governo criou o primeiro Banco do Brasil com poder de emissão de cédulas, primeiro

⁶⁴ Silva, 2000, pp. 110-112.

banco moderno em todo o território português, já que o Banco de Lisboa somente seria fundado em 1821.

O Congresso de Viena marcou o fim da guerra e tomou duas decisões em relação a Portugal. Primeiro, anulou a dívida contraída junto à Grã-Bretanha para o financiamento da guerra e, segundo, determinou a devolução de territórios ocupados em guerras anteriores. Para a economia portuguesa, a guerra gerara uma depressão, em parte conseqüência da destruição e da pilhagem do país por parte dos franceses e espanhóis, dos problemas financeiros e fiscais decorrentes da guerra, do aumento da influência britânica e da crescente independência econômica brasileira⁶⁵.

Depois do fim das guerras na Europa, o Governo português permaneceu no Brasil e consolidou a autonomia brasileira ao determinar o fim do estatuto de colônia. “Em 1815, o Brasil foi declarado reino distinto de Portugal e o anterior reino de Portugal e dos Algarves tomou o nome de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”⁶⁶. D. João VI foi responsável pela criação de instituições brasileiras importantes como, por exemplo, além do Banco do Brasil, a Biblioteca Pública e o Jardim Botânico. Com a presença da corte no Rio de Janeiro, os hábitos se modificaram e cada vez mais se adotavam características européias, reforçadas pela Missão Artística Francesa de 1816.

“Entre 1796 e 1806, último ano antes das invasões francesas e do bloqueio marítimo inglês, (...) as mercadorias de proveniência nacional constituíram apenas a quarta parte das exportações estrangeiras (enquanto os produtos brasileiros formavam mais de 60%) e menos da metade das remessas para o Brasil” (sendo 34,9% de manufaturas e 13,3% de produtos alimentares, perfazendo 42,8%). Por outra ótica, também entre 1796 e 1806, o mercado brasileiro absorveu 93,7% das manufaturas e 19,8% dos produtos alimentares produzidos e exportados por Portugal.

A invasão francesa teve, portanto, um forte impacto sobre o comércio português. A preços correntes, o índice das exportações de produtos alimentícios para o Brasil reduziu-se de 100, no período 1796-1806, para 61,8, voltando a 173,2 entre 1816 e 1822, mas a preços constantes a queda inicial foi para 36 e a recuperação, mais forte, para 192. Em contraste, as manufaturas não se recuperaram, tendo declinado, nos mesmos períodos, para 30 e 52,7

⁶⁵ Mata e Valério, 2003, p. 132.

⁶⁶ *Idem*, p. 134.

a preços correntes e 17 e 57 a preços constantes. Quanto às exportações totais de produtos portugueses para o Brasil, o índice, também nos mesmos períodos, reduziu-se para 38,7 e 86 a preços correntes, e 22,4 e 94,7 a preços constantes.

Ao colapso observado entre 1808 e 1813, seguiu-se alguma recuperação, mas um alvará de 1/04/1808 revogou o alvará de 1785 que proibia a atividade manufatureira no Brasil. O impacto dessa autorização foi limitado, mas contínua penetração dos produtos ingleses representou para Portugal uma perda definitiva de mercado, mercado este que somente poderia ter sido mantido com a restauração do “pacto” colonial e do status do Brasil como colônia. Houve quebra de produção de muitas empresas portuguesas, que já tinham sofrido depredação durante a guerra⁶⁷. Por outro lado, o comércio de reexportação de produtos brasileiros não pôde ser restabelecido e a função de entreposto do Porto de Lisboa ficou em grande parte comprometida devido ao acesso direto de outras nações aos portos brasileiros.

Segundo estatísticas que merecem certa reserva, de uma média de 29 mil contos a preços correntes, entre 1805 e 1807, as exportações totais portuguesas reduziram-se para 15 mil contos entre 1819 e 1821. No mesmo período, as importações passaram de cerca de 32 mil contos para 22 mil contos, ilustrando o déficit comercial global de Portugal e a importância e forte dependência da economia portuguesa da brasileira⁶⁸.

Em Portugal, a Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 pretendia recuperar a dignidade perdida na guerra. A revolução buscava recuperar a economia portuguesa, acabar com o domínio britânico e restabelecer o sistema colonial. Os revolucionários exigiam a volta do rei para Portugal, o que ocorreu em 1821. Diante desses fatos, a independência brasileira era uma questão de tempo. Os protestos contra a idéia de Portugal impor a volta do Brasil ao status de colônia, veiculados tanto pela classe dominante brasileira quanto pela ainda limitada população urbana, tiveram o apoio de D. Pedro I, príncipe regente, e culminaram na expulsão de tropas portuguesas, na demissão de ministros portugueses e, finalmente, na proclamação da independência em 1822. Nesse ano, o Brasil já tinha uma população superior à de Portugal, e a restauração portuguesa não se revelou possível.

⁶⁷ Pedreira, 1994, p. 355.

⁶⁸ Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, pp. 275-278.

CAPÍTULO II

DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

2.1 – A ECONOMIA PORTUGUESA, 1822 A 1914

Após a declaração da independência do Brasil em 1822, a situação econômica e política de Portugal não permitia que pudesse ser feita qualquer tentativa de restaurar o colonialismo. O Tratado do Rio de Janeiro, no qual Portugal reconhecia a independência brasileira, foi assinado em 1825. Para Portugal, as conseqüências mais importantes da independência econômica do Brasil foram a perda do papel de intermediário no comércio internacional do Brasil, acarretando uma redução da atividade marítima mercante portuguesa, da de seus portos, assim como a dos comerciantes de mercadorias brasileiras, bem como a perda da proteção na exportação dos produtos portugueses para o Brasil. Os produtos portugueses passavam a enfrentar agora a concorrência de produtos da Inglaterra e de outros países, resultando na diminuição da procura por produtos portugueses⁶⁹. Nos anos 1830, com base em dados não totalmente confiáveis, a participação de Portugal no comércio europeu era de 1,5% e a da Espanha de pouco mais de 2%⁷⁰. O império colonial continuava pouco importante exceto quanto à exportação de mão-de-obra escrava africana para o Brasil, embora uma lei proibindo o tráfico de escravos tivesse sido promulgada em 1836 por Portugal, atendendo a pressões inglesas.

A escassez do ouro brasileiro levou a uma desvalorização de 17% da moeda em 1822, e uma reforma monetária em 1835 desvalorizou a prata em cerca de 20%. Em meados do século, o ouro e a prata sofreram mais desvalorizações (7% e 18%, respectivamente). A variação do nível de preços em Portugal seguiu aproximadamente a tendência das variações dos preços dos outros países europeus: uma queda até a década de 1840, um aumento até meados da década de 1870, e uma diminuição até 1890 e, por fim, uma subida até os anos da Primeira Guerra Mundial.

⁶⁹ Mata e Valério, 2003, pp. 134-135.

⁷⁰ Dados de Bairoch *in* Berend e Ranki, 1982, p. 112.

Do ponto de vista político, entre a década de 1820 e 1851, Portugal foi palco de diversos períodos de instabilidade. Já desde o fim do século XVIII, Portugal enfrentava problemas financeiros crônicos: as contas do Estado encontravam-se constantemente negativas, resultado de empréstimos externos contraídos, que agravaram-se nas lutas de sucessão que resultaram na ascensão definitiva de D. Maria II ao trono português (filha de D. Pedro IV, ex-imperador do Brasil), em 1834.

Com a estabilização política, várias reformas foram efetuadas em diversos campos. Novos impostos foram criados em substituição a antigos e alterou-se a tributação indireta. O sistema monetário português foi normalizado em 1851, quando todas as moedas estrangeiras até então aceitas na circulação, com a exceção das britânicas, foram recunhadas em moedas portuguesas, e em 1854 foi adotado o padrão-ouro, definindo o real português como 1,625 mg de ouro.

As novas condições favoreceram o surgimento de vários novos bancos entre 1845 e 1870 (o Banco de Portugal surgiu em 1846, resultado da fusão do Banco de Lisboa, primeiro banco português, fundado em 1821, com a Companhia Confiança Nacional), estando a maior parte deles localizada no norte do país, região mais propensa à emigração e, conseqüentemente, mais tarde canalizadora de remessas vindas dos emigrantes no Brasil.

O período foi marcado pelo início de um grande programa de obras públicas, através da criação do Ministério das Obras Públicas em 1852. A construção de ferrovias foi o aspecto mais importante das obras públicas e, até 1890, cerca de 2.000 km de ferrovias tinham sido construídos, permitindo a integração econômica de muitas regiões do país. Quanto às estradas, os 200 km existentes em 1850 cresceram para 10.000 km em 1890. Os portos, principais portas para a economia internacional, foram modernizados e toda a costa portuguesa foi beneficiada por uma rede de faróis. Além disso, os telégrafos surgiram em 1850 e o telefone em 1882, e o desenvolvimento das ferrovias e o aumento da extensão das estradas aumentou a eficiência dos correios⁷¹.

O financiamento das obras públicas foi efetuado através do investimento direto do governo e de subsídios, pressionando cada vez mais as contas públicas. Como conseqüência

⁷¹ Oliveira Marques, 1996, pp. 492-497; Mata e Valério, 2003, pp. 150-151.

dos excessivos empréstimos públicos, no final da década de 1880 a dívida pública chegaria a quase 80% do produto interno bruto, e seus juros a 50%⁷².

A partir de meados do século XIX, Portugal viveu uma época de crescimento que se estendeu por quase quatro décadas e, nesse período, o país apresentou taxas de crescimento *per capita* próximas das dos líderes do crescimento mundial, após perder posição em termos relativos na primeira metade do século. Segundo uma estimativa recente, “embora os dados estatísticos sejam bastante precários”, em 1868 “Portugal teria um rendimento *per capita* equivalente a 77% da média europeia”⁷³.

O comércio externo conheceu algum progresso. Os direitos alfandegários sobre a exportação de produtos nacionais baixaram de 8% para 1%, e a pauta aduaneira de 1837 contava 1499 artigos de comércio, permitindo que o governo controlasse os direitos de entrada e saída e tentando proteger os interesses portugueses. Em 1842, um novo tratado com a Grã-Bretanha moderava os privilégios anteriormente concedidos aos ingleses a partir de 1810. Em 1852, outra pauta aduaneira foi estabelecida, desta vez diminuindo os direitos de importações, principalmente de matérias primas, cuja entrada era fundamental para o desenvolvimento da indústria.

Algumas medidas, tais como a supressão da dízima à Igreja, a supressão de todos os direitos feudais, a extinção das Ordens Religiosas e a venda de seus bens e de propriedades da Coroa contribuíram para o aumento da produção agrícola mas não para uma redistribuição mais equitativa de terras entre os camponeses, já que aqueles bens foram vendidos em grandes lotes, principalmente adquiridos por membros da burguesia. Foi assim que se constituíram os grandes latifúndios do Sul com proprietários burgueses⁷⁴.

No entanto, mesmo após meados do século, o nível de exportações continuava abaixo do nível de importações, o que mantinha os saldos comerciais portugueses em déficit: Portugal ainda dependia do abastecimento estrangeiro em cereais (o aumento da população forçou novas importações), carvão, maquinaria, algodão e açúcar, entre outros. A redução da produção de cereais acarretou o aumento da criação de gado e de produtos animais, sendo alguns incluídos na pauta de exportações portuguesas. Ao mesmo tempo, outras culturas se desenvolveram e se expandiram, como as de arroz e batata, e aumentaram as

⁷² Mata e Valério, 2003, p. 152.

⁷³ Mateus, 1998, p. 24.

⁷⁴ Berend e Ranki, 1972, p. 37.

áreas de cultivo de pomares e hortas. Em meados do século, foram introduzidas as primeiras máquinas agrícolas e a adubagem química, acelerando a produtividade. O vinho sempre manteve o primeiro lugar na pauta de exportações, mesmo depois de as plantações serem severamente atingidas pela filoxera em 1872⁷⁵.

Dois autores do Leste Europeu, de tradição marxista, fizeram a seguinte avaliação de longo prazo da dependência portuguesa da exportação dos vinhos que data do Tratado de Methuen em 1703: “este comércio de têxteis ingleses por vinhos portugueses tem sido o grande exemplo dos teóricos de livre comércio e de vantagens comparativas desde Ricardo. Este não é o local para se fazer uma crítica geral da teoria das vantagens comparativas; a experiência europeia, e em particular a portuguesa, no entanto, tem grande peso em refutá-la. Pois o crescimento da demanda por vinho estava muito longe de acompanhar o crescimento da demanda por matérias-primas ou bens de consumo mais importantes do período”⁷⁶.

Por outro lado, depois da separação do Brasil, Portugal não manteve uma marinha mercante competitiva que lhe desse uma receita adequada de fretes, em contraste com dois outros países europeus pequenos, a Noruega e a Grécia, que conseguiram expandir suas frotas com participação significativa no mercado mundial ao longo do século XIX.

No que diz respeito à indústria, até 1835 não existiam máquinas a vapor com fins industriais em Portugal (mas diversos estabelecimentos utilizavam energia hidráulica). Na década de 1820, as indústrias têxtil e de couro eram as mais tradicionais. No entanto, por volta de 1860, as atividades industriais mais importantes passaram a ser as de tabaco, cerâmica e fabrico de vidros, assim como as de conservas de peixe (sardinha), e a expansão da cortiça fez com que esta se tornasse um importante item de exportação. No final do século, uma lei pôs termo às corporações e a outros empecilhos à liberdade de comércio e indústria, permitindo a participação de capitais estrangeiros nas sociedades anônimas e em outras companhias de comércio e indústria⁷⁷.

A emigração tornou-se cada vez mais intensa. O Brasil era o principal destino dos emigrantes e a crescente procura brasileira por mão-de-obra eventualmente atrairia os trabalhadores, principalmente os de baixo nível de especialização, que eram destinados ao

⁷⁵ Oliveira Marques, 1996, p. 487.

⁷⁶ Berend e Ranki, 1972, p. 121.

⁷⁷ Oliveira Marques, 1996, p. 489.

setor primário, no último quartel do século. Estima-se que, já em 1843, cerca de 4.000 pessoas saíram do Continente em direção à ex-colônia. Os emigrantes da ilha da Madeira foram, sobretudo, para a América do Sul, enquanto os do arquipélago dos Açores foram para a América do Norte⁷⁸.

Os fluxos de migração desempenharam um papel muito importante: as remessas dos emigrantes passaram a compensar em boa parte o saldo negativo do comércio exterior português. Estimativas sugerem que, entre 1851 e 1891 as remessas totais acumuladas atingiram 60 milhões de libras⁷⁹. Deste modo, os movimentos de capitais contribuíram para contrabalançar o saldo negativo da balança comercial.

A população cresceu cerca de 0,7% ao ano, no período 1851-1891, e cerca de 5 milhões de pessoas viviam em Portugal em 1890. Embora a proporção urbana da população tivesse aumentado (alcançando mais de 10% em 1890), a distribuição regional favoreceu o Sul do país, estimulado pela maior procura externa de produtos agrícolas e pelo crescimento econômico conseqüente. Dados sobre a população mostram que, em 1890, cerca de 60% da mão-de-obra estava alocada na agricultura (contra 73% em 1864), enquanto essa proporção na indústria e nos serviços era de cerca de 20% em cada setor, respectivamente⁸⁰.

No campo da educação, houve teoricamente a preocupação em garantir instrução a todos os cidadãos. A Carta Constitucional de 1826 decretou o ensino primário livre, a partir de 1834 escolas foram abertas em todo o território com o objetivo de diminuir a taxa de analfabetismo (cerca de 90% da população à época). O ensino secundário também passou por uma reforma, respondendo à necessidade de dotar o país com indivíduos capazes de atuarem nos setores da indústria e do comércio. O ensino universitário em Coimbra continuou tradicional, mas várias escolas e faculdades independentes, como a Escola Politécnica, contribuíram para a promoção de quadros para a indústria, comércio e administração pública⁸¹.

O crescimento acumulado do produto interno bruto entre 1851 e 1891 foi de aproximadamente 1,7%, com um crescimento do produto *per capita* superior a 1%.

⁷⁸ Oliveira Marques, 1996, p. 500.

⁷⁹ Mata e Valério, 2003, p. 155.

⁸⁰ *Idem*, pp. 157-158

⁸¹ Oliveira Marques, 1996, pp. 509-511.

Desagregando-se o produto da agricultura, vê-se que a produção de frutas, de produtos hortícolas e de animais cresceu mais do que a produção de vinho e de cereais. Já no setor secundário da economia, os segmentos que apresentaram maior dinamismo foram as indústrias de conservas de peixe e cortiça, ambos destinados para a exportação. Sobre o setor de serviços pode-se apenas sugerir que os setores de transportes, comunicações, comércio e da administração pública foram os mais dinâmicos, resultado de investimentos públicos e privados, com alguma contribuição de capital estrangeiro⁸².

Observou-se, no entanto, a partir de 1891, um período de estagnação e Portugal, em vez de acompanhar a evolução da economia mundial e a intensificação das relações internacionais, manteve o seu grau de atraso, ampliando-se a distância do país em termos de renda *per capita* com relação aos países mais avançados até 1914. O colapso de 1891 iniciou-se com a interrupção do crescimento econômico, e foi resultado de diversos fatores. Primeiro, devido à instabilidade política e econômica do Brasil, as remessas dos emigrantes portugueses diminuíram. Segundo, a crise que atravessava a casa britânica Baring Brothers, o maior banqueiro do Estado português, não permitiu que a situação do balanço de pagamentos portuguesa pudesse ser equilibrada.

“Com sua dívida pública crescendo e com sua balança comercial adversa se somando às dificuldades que vinha enfrentando para pagar pelas ferrovias em construção, em 1890 Portugal viu-se impossibilitado de honrar quer os juros, quer o principal de sua dívida pública então existente de 700 milhões de dólares. A bancarrota nacional parecia iminente. As ferrovias portuguesas foram colocadas sob supervisão estrangeira. A partir de então, cessaram os empréstimos do exterior ao Estado e os novos investimentos de capital estrangeiro no país deram-se exclusivamente sob a forma de capital de giro. Depois da virada do século, não foram mais realizados investimentos na Espanha e em Portugal”⁸³.

A principal consequência daqueles fatores foi uma corrida bancária em 1891 e, como resultado, foi suspenso o padrão-ouro: as moedas de ouro foram substituídas por notas de banco e a moeda portuguesa começou a se depreciar nos mercados de câmbio, destruindo a credibilidade financeira internacional de Portugal. Impossibilitado de manter os pagamentos externos, o governo suspendeu a amortização da dívida e reduziu o pagamento

⁸² Mata e Valério, 2003, pp. 159-160.

⁸³ Berend e Ranki, 1982, p. 82.

de juros em 1892⁸⁴. Quando da proclamação da República, “em 1910, a dívida para com o exterior montava a cerca de 40 milhões de libras esterlinas (...) o que era equivalente a cerca de 420% do valor das exportações – rácio que indica incapacidade de serviço de dívida em qualquer país”⁸⁵.

A resposta à situação na qual se encontrava o país foi o reforço do protecionismo, ao qual recorreram diversos países mais avançados, com a exceção da Grã-Bretanha. As primeiras medidas protecionistas adotadas no fim da década de 1880, dirigidas à produção de cereais, foram reforçadas e já em 1892 uma maior parte dos produtos foi beneficiada.

No que diz respeito às colônias, Portugal tentava organizar uma rede administrativa colonial. Em Moçambique, a concessão foi feita a companhias privadas, o que permitiu que a colônia se tornasse um produtor de algodão, açúcar e chá. O mesmo não aconteceu com Angola, onde não havia companhias privadas para administrar e explorar o território. Mesmo assim, algumas regiões angolanas eram significativas do ponto de vista econômico, como as regiões produtoras de café, diamantes e minério de ferro. As colônias restantes, menores em tamanho e importância, tornaram-se produtoras de oleaginosas tropicais (Guiné), cacau (São Tomé e Príncipe) e café (Timor). As condições de trabalho de serviços angolanos em S. Tomé e Príncipe, que nunca retornaram à sua região de origem, levaram a sérias acusações de escravidão em S. Tomé e Príncipe e ao boicote do seu cacau no início do século, quando o produto respondia por 95% das exportações das duas ilhas⁸⁶.

Na primeira década do século XX, a população cresceu a uma taxa de 0,9% ao ano, e o censo de dezembro de 1911 registrou 5,96 milhões de habitantes. No mesmo ano, Lisboa tinha cerca de 450 mil habitantes e, juntamente com a cidade do Porto (194 mil habitantes), era responsável por aproximadamente 11% da população nacional. As reformas educacionais pouco a pouco mostravam alguns resultados, mas ainda muito modestos: em 1911, a taxa de analfabetismo era de mais de 70% da população, a mais elevada da Europa Ocidental e somente comparável com a de países atrasados da Europa Oriental⁸⁷.

Estruturalmente, não houve grande mudança na distribuição de mão-de-obra nos principais setores de atividade: apenas uma pequena diminuição do peso da agricultura e

⁸⁴ Mata e Valério, 2003, p. 164.

⁸⁵ Mateus, 1998, p. 27.

⁸⁶ Duffy, 1968, pp. 157-165; Oliveira Marques, 1996, pp. 582, 688-689.

⁸⁷ Berend e Ranki, 1982, pp. 56-58; Tortella, 1994, p. 11.

um ligeiro aumento do peso da indústria. O crescimento acumulado anual do produto da indústria foi de cerca de 1,5 % entre 1891 e 1914, com uma maior participação dos setores de conservas de peixe e cortiça, ambos orientados para a exportação, e observou-se o desenvolvimento da indústria química. Na agricultura, a produção de cereais cresceu mais que a média, resultado da política protecionista portuguesa contra os cereais estrangeiros mais baratos⁸⁸.

Os saldos comerciais negativos aumentaram durante o período devido ao aumento das importações em relação às exportações: as exportações mantiveram-se abaixo dos 5%-7%, enquanto as importações alcançaram 10% como proporção do produto interno bruto. Conseqüentemente, os déficits acumulados da balança comercial atingiram cerca de 112 milhões de libras no período entre 1891 e 1914⁸⁹. Na Europa como um todo, a razão exportações/PIB era de 9,4% em 1860, subindo para 12,6% em 1890 e 14% em 1913⁹⁰.

A evolução dos direitos de importação como percentagem das importações foi a seguinte: 29,8% em 1855-1865, 26,6% em 1865-1875, 29,6% em 1875-1885, 31,1% em 1885-1895, 28,3% em 1895-1905, e 27,2% em 1905-1913⁹¹. Segundo um autor, as barreiras tarifárias podem ter funcionado como amortecedores de mudanças induzidas pelo comércio exterior, que no caso de Portugal deveriam ter envolvido a transferência de recursos da agricultura para a indústria. Portugal continuou, assim, especializado na exportação de alimentos, vinho e produtos florestais (cortiça)⁹². Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os produtos têxteis respondiam talvez por cerca de metade das exportações de manufaturados, que por sua vez não alcançavam mais de 10% a 15% das exportações⁹³.

O aumento da emigração na virada do século aumentou as remessas em aproximadamente 83 milhões de libras (entre 1891 e 1914)⁹⁴ e ajudou a equilibrar o balanço de pagamentos português. Entre 1911 e 1913, aproximadamente 226.000 pessoas

⁸⁸ Mata e Valério, 2003, pp. 170-171.

⁸⁹ *Idem*, pp. 174-175.

⁹⁰ Dados de Bairoch, *in* Berend e Ranki, 1982, p. 111.

⁹¹ Reis, 1992, p. 16.

⁹² Tortella, 1994, pp. 10-11.

⁹³ Mateus, 1998, p. 26 (para médias de períodos mais longos).

⁹⁴ Mata e Valério, 2003, p. 174.

saíram de Portugal, cerca de 3,7% da população. O principal destino continuou sendo o Brasil, que recebeu cerca de 50.000 somente no ano de 1911⁹⁵.

Após a suspensão do padrão-ouro, a moeda portuguesa passou a oscilar, com variações relacionadas diretamente ao fluxo de remessas dos emigrantes: um aumento das remessas equivalia ao aumento da procura por moeda e, conseqüentemente à sua apreciação, e vice-versa.

A situação das contas públicas foi alterada. O esforço para o equilíbrio resultou em saldos negativos menores e na diminuição da dívida pública como porcentagem do produto interno bruto. Em 1902, através de um acordo, Portugal aceitou retomar a amortização da dívida externa. Com a chegada dos republicanos ao poder (em 5 de outubro de 1910), algumas reformas foram efetuadas. Primeiro, a separação da Igreja e do Estado, com a nacionalização das propriedades eclesiásticas remanescentes. Em seguida, substituiu-se o real português pelo escudo, equivalente a 1.000 unidades da antiga moeda. Finalmente, através do aumento dos impostos e de impostos adicionais, obteve-se o aumento das receitas fiscais. O resultado destas medidas, tomadas às vésperas da Primeira Guerra Mundial, permitiu um menor desequilíbrio nas contas públicas, conduziu ao aumento das receitas públicas e até a um superávit significativo em 1913-1914⁹⁶.

Apesar das quatro décadas satisfatórias entre 1851 e 1891, quando o produto *per capita* cresceu a cerca de 1,2% ao ano, no período subsequente, até a Primeira Guerra Mundial, acentuou-se o atraso relativo de Portugal. De fato, segundo dados de trabalho recente, entre 1891 e 1913, o PIB *per capita* português cresceu a uma taxa anual média de apenas 0,3% ao ano⁹⁷. Segundo a mesma fonte, após alcançar um máximo em 1888, o PIB *per capita* oscilou em torno de níveis mais baixos, e em 1913 correspondia a apenas 93% daquele máximo. Segundo outra fonte, o PIB *per capita* de Portugal, que correspondia a aproximadamente 54% das médias dos PIBs *per capita* da França e Grã-Bretanha em 1830 e a cerca de 38% em 1860, recuou para cerca de 29% daquela média em 1910⁹⁸. Numa visão de mais longo prazo, com o autor ressaltando “dados estatísticos (...) precários”, é possível que Portugal tenha perdido 24 pontos percentuais no grau de convergência [com a

⁹⁵ Oliveira Marques, 1996, p. 594.

⁹⁶ Mata e Valério, 2003, pp. 176-177.

⁹⁷ Apêndice Estatístico, in Mata e Valério, 2003, pp. 254-255.

⁹⁸ Tortella, 1994, p. 2.

média europeia] ao longo do período de 1820 a 1913”⁹⁹. Um “índice de industrialização”, baseado na produção industrial *per capita* coloca Portugal em situação ainda mais desfavorável, com um índice de 46% do nível europeu e de 18% do nível britânico em 1900¹⁰⁰.

Em 1910, 61% da força de trabalho ainda era agrícola, porcentagem semelhante à da Espanha (59,6%) mas claramente superior à da Itália (54,2%), outros dois países comparativamente atrasados e de forte emigração. O rendimento do trigo por hectare em 1901-1910 em Portugal era menos da metade do da França em 1902 e quase 1/4 do inglês entre 1891 e 1910. O rendimento da batata por hectare era próximo do francês, mas metade do inglês e do alemão. Outra manifestação do atraso relativo português já mencionada era uma taxa de analfabetismo de 70 a 75% na primeira década do século XX, contra 50% na Espanha, 38% na Itália, 13-15% na França e na Bélgica e quase zero na Grã-Bretanha em 1910¹⁰¹. Somente 17% da população portuguesa vivia em cidades de mais de 5.000 habitantes, contra 36% na Europa como um todo. O consumo de ferro era 11,1 kg *per capita* (80 kg na Europa), o de carvão 200 kg *per capita* (1.509 kg na Europa) e o de algodão 2,97 kg (5,81 kg na Europa). Quanto à indústria têxtil, Portugal tinha 80,6 fusos de algodão por 1.000 habitantes contra 237 fusos por 1.000 habitantes na Europa¹⁰².

Ainda em 1910, Portugal respondia por apenas 0,4% das exportações europeias. A taxa de crescimento anual das exportações portuguesas entre 1860 e 1880 foi de 2%, reduzindo-se para 0,5% entre 1880 e 1890 e recuperando-se para 2,1% entre 1890 e 1910. No período 1860-1910, foi em média de 1,7%, contra uma média europeia de 2,8%. Em boa parte, tal evolução deve-se a períodos de estagnação das exportações de vinho, que até 1890 correspondiam a 50% da exportação total¹⁰³.

Segundo dois autores da Europa Oriental, “o lento crescimento do comércio exterior português indica, acima de tudo, que o que o país tinha para oferecer não era suficientemente atrativo para o novo e dinâmico mercado mundial (contudo, as exportações de sardinha cresceram aos saltos após a virada do século). Com isso, Portugal teve um déficit constante na balança de pagamentos. Suas indústrias de exportação, embora não

⁹⁹ Mateus, 1998, p. 24.

¹⁰⁰ Dados de Bairoch, in Berend e Ranki, 1982, p. 144.

¹⁰¹ Tortella, 1994, pp. 6-7, 11.

¹⁰² Reis, 1992, p. 11.

¹⁰³ Berend e Ranki, 1972, pp. 115-121.

pudessem ser caracterizadas de coloniais, concentraram-se em ramos que podiam apenas minimamente estimular sua transformação econômica interna, e falharam quanto à suas contribuições para a modernização parcial da agricultura, ou mesmo temporariamente em tornarem-se o setor econômico líder. Quando, após a virada do século, a indústria têxtil e as exportações têxteis mostraram uma tendência ascendente, isso deveu-se em boa parte à influência do mercado colonial português¹⁰⁴. Na virada do século, estima-se que as colônias respondiam por 9% das exportações e por 16% das importações de Portugal¹⁰⁵.

Por outro lado, quanto ao capital estrangeiro, “os enormes empréstimos estrangeiros recebidos falharam como estimulantes para a economia portuguesa. Primeiro, com seu considerável excesso de importações, os pagamentos de juros e principal relativos à dívida externa tornaram-se um peso cada vez maior e praticamente insuperável na economia portuguesa”; segundo, o investimento externo era predominantemente feito em setores nos quais os *linkages* ou efeitos de arrasto eram mínimos. “Com isso, embora os investimentos externos tenham acelerado o desenvolvimento econômico e expandido o mercado doméstico, eles o fizeram apenas ligeiramente, e numa dimensão inadequada para a industrialização. Portugal tinha a maior dívida *per capita* da Europa, um nível muito baixo de renda nacional, e uma estrutura econômica que mudava muito lentamente. Preso a um estágio de desenvolvimento muito incipiente, sua dependência com relação às nações industriais mais desenvolvidas, principalmente a Grã-Bretanha, Portugal seguia um padrão quase clássico: (...) influências externas podiam, até certo ponto modo, acelerar, mas não resolver, a questão do desenvolvimento econômico”. No caso português, o investimento estrangeiro não foi muito eficiente. “Nem nas esferas em que foi aplicado, nem via seu efeito na renda nacional contribuiu para a transformação da economia; tampouco contribuía a estrutura econômica do país, que definia tanto as possibilidades de exportação como o investimento. Isto era verdadeiro embora não se questione o crescimento no volume de exportações de Portugal, em parte porque o setor de exportação português era caracterizado por um baixo nível de produtividade. Tanto o crescimento das exportações quanto os investimentos estrangeiros expandiram o comércio em detrimento da indústria, e tiveram apenas efeito acelerador e multiplicador muito reduzido na produção. Não houve aumento

¹⁰⁴ Berend e Ranki, 1972, p. 121.

¹⁰⁵ Zamagni, 2001, p. 139.

significativo da demanda interna, o investimento permaneceu disperso, os lucros tendiam a sair do país, e a efetividade do ímpeto que a economia recebeu revelou-se, no longo prazo, severamente limitada”¹⁰⁶.

2.2 – O BRASIL NO IMPÉRIO E NO INÍCIO DA REPÚBLICA, 1822 A 1914

A independência brasileira foi urdida pelas camadas economicamente preponderantes, formadas por fazendeiros e comerciantes, fortemente ligados à grande propriedade monocultora escravista e ao comércio exportador e importador. Em 1822 esta elite adotou a monarquia constitucional com o objetivo de defender o latifúndio e manter a escravidão, restringindo a participação política popular e seguindo uma ideologia conservadora e pouco democrática.

O Brasil teve sérios problemas quanto ao reconhecimento externo da sua independência. Os governos latino-americanos não reconheceram imediatamente a independência brasileira porque desconfiavam das intenções monárquicas do regime, considerado incompatível com o regime republicano adotado pelos novos países independentes, e porque questionavam o domínio brasileiro na Província Cisplatina, atual Uruguai. Por outro lado, os Estados Unidos da América e os países europeus logo reconheceram a independência brasileira visando vantagens econômicas. Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a independência do Brasil, em 1824, buscando ampliar sua ação no mercado internacional e consolidar um bloco comercial que se entrespusesse à Europa.

Portugal somente reconheceu o Brasil como país independente após ser pressionado pela Inglaterra, que convenceu a antiga metrópole das vantagens a serem obtidas a partir do reconhecimento da independência brasileira. Em 1825, e mediante o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas pelo Brasil, D. João VI reconheceu a independência brasileira. Como o Brasil não tinha meios para pagar, um empréstimo foi feito junto à Inglaterra, o que fez aumentar a dívida e a dependência em relação ao capital inglês. Também em 1825 a Inglaterra reconheceu a independência do Brasil, mas com a exigência de tratados adicionais. Em 1826 foi assinado um tratado que visava a extinção do tráfico negreiro até

¹⁰⁶ Berend e Ranki, 1972, pp. 122-123.

1830, mas este não seria cumprido e a importação de escravos manteve-se até 1850. Em 1827 foi assinado um tratado referente às tarifas alfandegárias, prolongando por mais 15 anos as medidas dos tratados de 1810. Isto é, continuava garantida para as mercadorias inglesas a taxa de 15% *ad valorem* nos portos brasileiros, e a taxa de 24% para as mercadorias dos demais países. Em 1828, D. Pedro I igualou as taxas alfandegárias de todas as mercadorias em 15%, dificultando cada vez mais o crescimento da indústria brasileira e prejudicando a arrecadação do governo central, que dependia fundamentalmente das rendas das alfândegas.

Nas primeiras décadas do século XIX, a conjuntura econômico-financeira encontrava-se em crise. Na altura da independência, os principais produtos de exportação brasileira, o algodão e o açúcar, perdiam mercado em decorrência da concorrência internacional e sofriam com a queda dos preços. Desde 1810, o nível de importações superava o nível de exportações, tornando a balança comercial brasileira deficitária: em 1822, o déficit comercial alcançou 2.744 contos, ou 560 mil libras esterlinas¹⁰⁷. A partir de 1824, os empréstimos externos agravaram a situação econômica e as revoltas generalizadas e a situação política em Portugal fizeram D. Pedro I abdicar em 1831, a favor do seu filho D. Pedro II¹⁰⁸.

O café foi o maior responsável pelas transformações sociais e econômicas no Brasil ao longo do século XIX. Embora cultivado desde 1730, somente no início do século ganhou importância comercial significativa, e passou a ser cultivado principalmente para suprir a demanda externa transformando, na década de 1830, o Brasil no maior produtor mundial e tornando-se o principal produto brasileiro de exportação (respondia por mais de 40% das exportações na década seguinte, contra 24% do açúcar e cerca de 11% do algodão)¹⁰⁹. A expansão da lavoura cafeeira deveu-se principalmente ao aumento do consumo nos mercados europeus e americanos e ao aumento dos preços nos mercados mundiais. A empresa cafeeira expandiu-se desde o Vale do Paraíba até o Oeste Paulista, e foi inicialmente estruturada no modelo de grande propriedade monocultora e escravista. A importação de mão-de-obra escrava para as regiões cafeeiras constituía cerca de 2/3 das importações totais de escravos na primeira metade do século XIX, que se aproximou de 1,7

¹⁰⁷ IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1987, p. 522.

¹⁰⁸ Furtado, 2003, p. 102.

¹⁰⁹ Silva, 2000, p. 165.

milhão de pessoas¹¹⁰. No período 1550-1850, o Brasil importou cerca de 4.030 mil escravos, ou seja, 40% do total do tráfico africano para as Américas¹¹¹. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indicou que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos¹¹².

A crescente expansão cafeeira teve que se reorganizar devido às pressões por parte da Inglaterra, que via na abolição da escravidão uma oportunidade de ampliar o seu mercado consumidor. A promulgação da Lei Eusébio de Queirós extinguiu o tráfico, causando uma notável queda na oferta de mão-de-obra escrava africana: a população escrava diminuiu de cerca de 2 milhões em 1850 para cerca de 1,5 a 1,6 milhão em 1873, para cerca de 1,3 milhão em 1883, e para aproximadamente 1,1 milhão em 1885 e 723 mil em 1887. Os escravos, que constituíam entre 1/3 e metade da população em 1822 e talvez 25 e 30% da população em 1850, passaram a representar cerca de 15,8% da população em 1872, e apenas 5% em 1888¹¹³.

A solução inicial encontrada pelos cafeicultores, para cujos empreendimentos a diminuição de mão-de-obra acarretava sérios problemas, foi inicialmente o tráfico interprovincial de escravos, que destinou cerca de 200 mil escravos do Nordeste e do Sul para as zonas cafeeiras¹¹⁴. Diante do perigo político desse tráfico, o incremento da imigração estrangeira apresentou-se como uma possível solução. No entanto, os contratos de parceria nos quais os fazendeiros importavam às próprias custas imigrantes europeus não obtiveram êxito, tendo ocorrido em paralelo à importação de escravos de outras regiões brasileiras. Com a escravidão em decadência e a abolição efetiva em 1888, a imigração subsidiada pelo Estado nas “novas” áreas cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais (que contrastavam com as mais antigas, de solos mais exauridos e cafezais velhos) foi responsável pela importação de dezenas de milhares de europeus para aqueles estados e foi bem sucedida na solução do problema¹¹⁵.

Em comparação com a imigração forçada de africanos, a contribuição da imigração européia para o crescimento da população até 1850 era negligenciável em termos

¹¹⁰ Furtado, 2003, p. 123.

¹¹¹ Klein, 1999, pp. 210-211.

¹¹² Lago, 1988, p. 353.

¹¹³ Costa, *in* Bethell, 1989, pp. 164-199.

¹¹⁴ Segundo Slenes, citado por Lago, 1988, p. 346.

¹¹⁵ Furtado, 2003, capítulo XIV.

quantitativos. Algumas colônias oficiais foram fundadas com estrangeiros, como Nova Friburgo no Rio de Janeiro e São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Criadas por volta de 1820, provavelmente não contavam, porém, com mais de 10 mil pessoas em 1830. O número de imigrantes que entraram em São Paulo subiu de 13 mil na década de 1870, para 184 mil na década de 1880 e para 609 mil na década seguinte. “O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália”¹¹⁶. Os Estados do Sul também foram beneficiados pelo imigrante europeu, que representava cerca de 12% da população de Porto Alegre e 11% da população de Curitiba em 1872. Ainda assim, os imigrantes portugueses eram estimados em 9.105 entre 1820 e 1829, 2.569 entre 1830 e 1839 e 4.992 entre 1840 e 1849, contando por cerca de 25,6% dos imigrantes no começo da década de 80¹¹⁷.

No que diz respeito à indústria, em 1844 a Tarifa Alves Branco extinguiu os privilégios alfandegários ingleses. Com essa medida, as mercadorias estrangeiras desembarcadas no Brasil pagariam de 30% a 60% de impostos. “Esta atitude concreta do governo imperial em defesa da indústria brasileira resultou na elevação dos preços dos produtos importados e no conseqüente aumento do consumo de produtos industrializados no Brasil”. Embora tais medidas tivessem objetivos primordialmente fiscais e visassem mais o aumento da arrecadação do Tesouro Nacional do que a proteção da indústria local, o protecionismo alfandegário e a disponibilidade de capitais oriundos do café e da extinção do tráfico resultaram em algum crescimento do setor fabril nas décadas seguintes, notadamente da indústria têxtil a partir dos anos 1860-1870, e a indústria brasileira passou a ser vista como atividade lucrativa e atraente por certos investidores¹¹⁸.

Por volta de 1850, as exportações *per capita* do Brasil eram de cerca de 5 dólares, contra 22 dólares de Cuba, 10,3 dólares da Argentina, 7,8 dólares do Chile e 3,2 dólares do México¹¹⁹. Segundo Furtado, a renda *per capita* permaneceu praticamente estagnada entre 1800 e 1850, considerando-se o país como um todo, apesar do crescimento da atividade cafeeira.

¹¹⁶ Furtado, 2003, p. 134.

¹¹⁷ Costa, *in* Bethell, 1989, p. 164; Godinho, 1992, p. 27.

¹¹⁸ Silva, 2000, p. 171.

¹¹⁹ Bulmer Thomas, 1998, p. 53.

Nas décadas seguintes, ao reintegrar a economia brasileira mais plenamente nos mercados internacionais, o café possibilitou certa acumulação de capital e foi responsável pelo saldo superavitário da balança comercial brasileira entre 1861 e 1888 (com exceção do ano fiscal 1885-1886)¹²⁰. O permanente superávit comercial tornou possível o equilíbrio no balanço de pagamentos e permitiu a contratação de novos empréstimos, que passaram a ser investidos no desenvolvimento interno do país, como a construção de estradas de ferro, portos e outras obras públicas. Contrariamente a outros países europeus que não honraram os compromissos de sua dívida externa no século XIX (inclusive Portugal nos anos 1890), “o desempenho do Império foi extremamente bom, especialmente sob Pedro II (1831-1889). Essa afirmação se aplica tanto à dívida pública externa quanto às elevadas taxas de retorno garantidas no caso de certos investimentos diretos (...). Seria durante a República, no século XX, que moratórias unilaterais seriam declaradas sobre a dívida externa pelo Brasil nos anos 1930 e em 1987”¹²¹.

No entanto, a estrutura sócio-econômica baseada na agro-exportação e o incipiente mercado interno não possibilitaram uma industrialização nos moldes europeus: a economia brasileira continuava baseada na lavoura e dependente da economia internacional. A economia sustentava-se na exportação de um pequeno número de produtos agrícolas, principalmente café e açúcar e, em menor escala, algodão, cacau e fumo. As exportações de café do Centro-Sul e São Paulo aumentaram cerca de 341%, e os preços de café 91% na segunda metade do século XIX, enquanto as exportações de açúcar aumentaram somente 33%. De uma média de 317,5 mil sacas entre 1821 e 1830, as exportações de café aumentaram para 974,4 mil sacas entre 1831 e 1840 e para 1.712 mil sacas entre 1841 e 1850¹²². No fim da década de 1880, o café correspondia, por si só, a 2/3 da pauta de exportação brasileira. Entre 1881 e 1890, o café respondia por 61,5% do valor total das exportações, o açúcar por 9,9%, o algodão por 4,2% e os couros por 3,2%, enquanto a borracha, com 8% do total, já era o terceiro principal produto de exportação¹²³. Em

¹²⁰ IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil*, 1987, pp. 522-523.

¹²¹ Abreu e Lago, 1997, p. 50.

¹²² Costa, *in* Bethell, 1989, pp. 115-116.

¹²³ Lago, 1988, p. 360.

consequência da dependência em relação às exportações, a economia brasileira ficava sujeita às flutuações dos mercados internacionais¹²⁴.

A segunda metade do século XIX foi marcada por uma urbanização mais intensa e pela modernização dos maiores centros urbanos. Assim, nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, os sistemas de água e esgoto, as companhias de gás e o sistema de transportes públicos e de telégrafos foram aprimorados. No último quarto do século, os investimentos estrangeiros dirigiam-se em parte ao fornecimento de serviços públicos.

Embora os primeiros investimentos em ferrovias tivessem sido feitos em 1852, quando o governo brasileiro assegurou o retorno do capital investido, apenas em 1868 foi construída em São Paulo a ferrovia ligando as regiões produtoras de café ao porto exportador de Santos. Na sua maior parte, as ferrovias foram construídas com capital externo, e com tais investimentos foi possível aumentar a extensão das ferrovias de 933 km entre 1854 e 1872 para mais de 8.000 km construídos entre 1872 e 1889. De uma maneira geral, as ferrovias foram construídas para facilitar o fluxo dos produtos brasileiros para o mercado internacional, concentrando-se nas áreas produtoras de açúcar (região Nordeste) e café¹²⁵, além de viabilizarem a ocupação de novas terras.

A partir dos anos 1850, além do Banco do Brasil, surgiram diversos bancos, incluindo alguns de capital nacional, como o de Mauá, e outros de capital estrangeiro, principalmente ingleses, mas, por exemplo, o Banco Industrial do Brasil, fundado em 1886, tinha dois sócios portugueses, dois brasileiros e dois ingleses¹²⁶. Por sua vez, a expansão dos meios de transporte, que incluía também alguma expansão da navegação a vapor, inclusive fluvial, permitiu o crescimento do mercado interno e a acumulação de capital, principalmente nas regiões de portos exportadores, e, junto com uma política de aumento de impostos de importação que visava o aumento das receitas públicas, favoreceu o surgimento de um setor industrial, principalmente na área têxtil. “A participação dos impostos de importação na receita do governo central após 1833 foi sempre superior a 50%. Aumentou para 60% no final dos anos 1830 e para quase 70% em meados dos anos 1850, quando declinou, mas permaneceu na faixa de 50% a 60% durante o restante do Império. Os direitos de exportação coletados pelo governo central correspondiam a pouco mais de 5% da receita

¹²⁴ Dean, *in* Bethell, 1989, p. 226.

¹²⁵ Costa, *in* Bethell, 1989, p. 167.

¹²⁶ Fontella, 1997, p. 27.

ordinária no início dos anos 1830. Essa participação aumentou rapidamente para quase 25%, declinou para 12% nos anos 1850 e estabilizou-se em 15% a 17% durante boa parte do final do período imperial, retornando a 12% a 13% no final da década de 1880. Os impostos internos constituíam 25% da receita no início dos anos 1830, e após declinarem para cerca de 10% no início dos anos 1840, aumentaram para estabilizar-se numa faixa de 22% a 29% nas últimas décadas do Império”¹²⁷.

Entre 1875 e 1890, o número de estabelecimentos industriais cresceu de 175 para mais de 600 e o número de trabalhadores no setor passou de cerca de 18.000 em 1880 para cerca de 50.000 na década seguinte. As indústrias produtoras de bens de consumo, tais como têxteis, cerveja, cigarros, sabonetes, velas, chapéus, assim como artigos de couro, papel e vidro, concentravam-se nas regiões de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Por sua vez, a Guerra do Paraguai estimulou a produção naval e de produtos químicos¹²⁸.

O século XIX também assistiu a grandes transformações demográficas. Em 1822, a população brasileira era estimada entre 3,8 e pouco mais de 4 milhões. Em 1872, esse número alcançou mais de 10 milhões e, em 1890, contavam-se 14,3 milhões de pessoas no Brasil. A população da cidade do Rio de Janeiro dobrou entre 1872 e 1890, a população de São Paulo cresceu a uma taxa anual de 5% entre 1872 e 1886 e a uma taxa anual de 8% entre 1886 e 1890. Aumentou também a quantidade de escolas e o analfabetismo diminuiu, embora continuasse mais alto nas áreas rurais: por exemplo, a taxa de analfabetismo em São Paulo era de 95% em 1835, diminuindo para 58% em 1882 (nas áreas rurais, esse número era de aproximadamente 71% à mesma época). De um ponto de vista nacional, o censo de 1872 apontou que 90% das mulheres e 80% dos homens ainda eram analfabetos¹²⁹. Em 1878, o Império brasileiro tinha 5.661 escolas primárias com 176 mil alunos, mas mais de 1,5 milhão de crianças em idade escolar não recebiam qualquer instrução¹³⁰.

A Guerra do Paraguai (1865-1870) representou um grande ônus para o governo imperial. Nos anos 1870, fatores tais como os subsídios concedidos à imigração, os gastos

¹²⁷ Abreu e Lago, 1997, p. 19.

¹²⁸ Costa, *in* Bethell, p. 167.

¹²⁹ Costa, *in* Bethell, 1989, p. 166; Dean, *in* Bethell, p. 237.

¹³⁰ Hahner, 1986, p. 74.

com ferrovias e linhas de telégrafos, assim como com a população nordestina afetada por uma grande seca nos anos 1870, também constituíram um peso adicional para o Estado. No mais, o aumento de empréstimos e da dívida externa, que absorvia quase metade das receitas governamentais, não eram compensados pelos aumentos das exportações de café, de produtos tradicionais (açúcar, algodão e couros) e de borracha, esta surgindo como novo produto de exportação (com 5,5% do valor exportado nos anos 1870)¹³¹. A crise econômica na década seguinte ainda foi agravada pela queda do preço do açúcar e dos outros produtos brasileiros nos mercados internacionais na década de 1880¹³².

A proclamação da República em 1889 não constituiu uma mudança radical do ponto de vista econômico e social no Brasil. O poder se consolidou nas mãos da oligarquia dos plantadores de café e o país continuou dependente da exportação de produtos agrícolas e de financiamento externo. As primeiras medidas do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, visavam aumentar o capital circulante no país para remunerar o trabalho assalariado (que, por sua vez, aumentou depois da abolição) e para ampliar o crédito para o setor industrial. O primeiro resultado da larga emissão de moeda foi o aumento do meio circulante, através da concessão de poder de emissão a diversos bancos regionais, que passou de 200 mil contos de réis em 1889 para mais de 500 mil em 1892. Por sua vez, a política de expansão industrial também contou com a facilidade de crédito, aumento das tarifas alfandegárias e facilitação das importações de matérias primas, o que causou o descontentamento da classe agrária – que achava que a política deveria beneficiar as lavouras – e dos importadores – que se opunham à industrialização porque esta afetaria a entrada de produtos estrangeiros e dos seus lucros.

Os resultados da reforma financeira baseada na emissão monetária e numa expansão excessiva do crédito foram uma elevada inflação, a desvalorização da moeda e a especulação na Bolsa de Valores – episódio que ficou conhecido como Encilhamento, que envolveu tanto empresas sólidas, que sobreviveram, quanto a criação de empresas que nem chegaram a operar.

Em seguida à promulgação da Constituição de 1891, a política econômica e social do governo de Floriano Peixoto buscava reverter o efeito do Encilhamento no que diz respeito

¹³¹ Lago, 1988, p. 360.

¹³² Costa, *in* Bethell, p. 196.

às indústrias, setor muito abalado pela crise. Para reverter a situação, o governo instituiu uma nova política alfandegária protecionista, tornando isentas de taxas as importações de máquinas, equipamentos e matérias primas, concedeu empréstimos aos industriais, aumentou a quantidade de moeda em circulação, adotou medidas contra a especulação e determinou uma reforma bancária pela qual os bancos particulares ficavam proibidos de emitir moeda (que passaria a ser responsabilidade do governo central)¹³³.

O governo seguinte elegeu-se em 1894 e marcou a vitória política definitiva da oligarquia cafeeira. A principal preocupação era a restauração das finanças, ainda em crise resultante do Encilhamento e agravadas pelas emissões monetárias do governo anterior e por despesas públicas como as incorridas com a campanha militar de Canudos (1896-1897). A partir de 1896 o quadro agravou-se com a queda das vendas e do preço do café nos mercados internacionais. O governo não obteve êxito em estabilizar a economia e reduzir a inflação e, no final de 1898, a moeda brasileira tinha sofrido grande perda de valor e a queda taxa de câmbio colocava o país numa situação de quase falência. No mais, as receitas públicas regrediam e os déficits orçamentários eram cada vez mais elevados.

A solução encontrada pelo Presidente seguinte, Campo Sales, para superar a crise, foi adotar uma política deflacionária e renegociar a dívida externa existente junto a credores internacionais, principalmente os Rotschild. Através destes foi acordado o *funding loan* de 1898: “O plano era bastante simples: tratava-se de rolar compromissos externos do governo, vale dizer, o serviço da dívida pública externa e algumas garantias de juros, em troca de severas medidas de saneamento fiscal e monetário. O governo brasileiro, ao longo de um período de três anos, saldaria seus compromissos relativos a juros dos empréstimos federais anteriores ao *funding* com títulos de um novo empréstimo – o *funding loan* – cuja emissão se daria ao par e poderia elevar-se até 10 milhões de libras. As amortizações dos empréstimos incluídos na operação seriam suspensas por 13 anos. O esquema seria complementado por uma operação, efetuada ao longo de 1901 e 1902, através da qual os contratos de garantias de juros a estradas de ferro seriam trocados por títulos de renda fixa – os *rescission bonds*, como seriam chamados. Onze estradas de ferro seriam assim ‘resgatadas’, sendo o valor total das emissões desses títulos da ordem de 16,6 milhões de libras.

¹³³ Silva, 2000, p. 198.

O *funding loan* gozaria de condições especiais – uma primeira hipoteca sobre as receitas em moeda forte da Alfândega do Rio de Janeiro – e a título de condicionalidade apenas se exigia que o governo agisse de forma firme e decisiva no terreno monetário e fiscal”¹³⁴. Além disso, foi posta em prática uma política anti-inflacionária, que teve como características a retirada de moeda de circulação, a contenção rígida dos gastos governamentais, a redução do crédito, o cancelamento de obras públicas, e o aumento das receitas fiscais, através da criação de novos impostos, da cobrança de parte dos impostos de importação em ouro, inicialmente à razão de 10%, e do aumento das alíquotas dos antigos¹³⁵.

O resultado foi a valorização da moeda e o crescimento da receita pública. Com isso foi possível sanear as finanças do Estado, embora às custas de certo empobrecimento da nação como um todo: com a redução do crédito houve o desestímulo da indústria e recessão no comércio e na indústria. Como consequência, o governo teve que enfrentar manifestações de greve e o descontentamento dos cafeicultores, economicamente afetados pela valorização da moeda (como o preço internacional do café caía desde o começo da década de 90, a eles interessava a desvalorização, pois recebiam o valor da saca de café em moeda estrangeira)¹³⁶.

Já em 1902, dada a credibilidade alcançada com o *funding loan* negociado pelo governo anterior, Rodrigues Alves beneficiou-se do crédito internacional, com grande fluxo de entrada de capitais. Os novos empréstimos puderam ser aplicados na realização de diversas obras públicas, que gradualmente levaram à saída da depressão econômica existente. Os investimentos foram voltados para a construção de novos portos, para a reforma e saneamento dos antigos e para melhorias nas ferrovias. Contudo, a obra mais importante foi a urbanização e modernização do Rio de Janeiro, capital federal.

No setor do café, a euforia devido à prosperidade na qual se encontrava o produto no período anterior à República (preços elevados e crescimento constante dos mercados consumidores) resultara na extensão dos plantios, na superprodução de café e na conseqüente queda dos preços. A produção brasileira aumentou de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-1881 para 5,5 milhões em 1890-1891 e 16,3 milhões em 1901-1902. O

¹³⁴ Franco, *in* Abreu, 1989, p. 27.

¹³⁵ Silva, 2000, pp. 203-208.

¹³⁶ Franco, *in* Abreu, 1989, p. 23.

Brasil era praticamente monopolista na produção mundial de café (controlava cerca de 75% da oferta mundial de café), produto com baixa elasticidade-preço de demanda. Ao mesmo tempo, o preço da saca tinha caído de cerca de 4 libras em 1893 para menos de 1,5 libra em 1899, por causa da superprodução e das recessões européia e norte-americana. A crise na economia cafeeira levou ao Convênio de Taubaté (1906) entre os principais Estados produtores de café, que buscava evitar futuras superproduções através da compra do excedente e da limitação de novas plantações, além de manter um preço mínimo no mercado interno, reduzir a oferta para promover o aumento dos preços nos mercados externos e criar uma Caixa de Conversão para a emissão de papel-moeda conversível em ouro a um câmbio relativamente baixo¹³⁷: “Estreitamente ligado ao esquema de valorização do café estava o estabelecimento de um órgão encarregado da estabilização do câmbio, isto é, de absorver qualquer pressão que tendesse a provocar uma indesejável apreciação do mil-réis. O primeiro órgão instituído com essa finalidade foi a Caixa de Conversão, que funcionou entre 1906 e 1914 e emitiu, em troca de ouro e divisas, notas conversíveis que coexistiram com o papel-moeda inconvertível do Tesouro. Sua acumulação de reservas duraria apenas enquanto as taxas de câmbio no mercado livre permanecessem acima de sua própria taxa de câmbio; uma vez que essa situação se revertisse, caso, por exemplo, houvesse alguma perturbação nos mercados financeiros internacionais, passaria a perder reservas muito rapidamente. Isso ocorreu em 1914, quando o câmbio livre caiu abaixo da taxa da Caixa, e esta terminou fechada pelo governo, em resposta a perdas maciças de reservas”¹³⁸.

Com a entrada do Brasil no padrão-ouro, seguindo a tendência mundial, a taxa de câmbio vinculou-se à libra britânica e permitiu que a política de valorização do café garantisse a elevação dos preços (o preço da saca de café passou de 7,9 libras em 1906 para cerca de 10 em 1910) e evitasse uma profunda crise no setor cafeeiro, ao mesmo tempo em que as cidades se modernizavam e as novas indústrias, principalmente as têxteis, prosperavam.

Nos anos 1890, a desvalorização do mil-réis juntava-se às elevadas tarifas alfandegárias como fator potencial de proteção e incentivo à produção nacional de

¹³⁷ Furtado, 2003, pp. 185-187.

¹³⁸ Abreu, 1999, pp. 49-50.

manufaturados. “Não é possível fazer afirmações definitivas sobre a posição dos industriais quanto à política cambial, já que esta dependia de características específicas de cada indústria ou mesmo de cada firma. Enquanto a desvalorização tornava mais altos os preços em mil-réis das importações concorrentes, também elevava os preços de insumos e equipamentos importados, e reduzia as tarifas aduaneiras como proporção dos preços de importação expressos em moeda nacional. A erosão das margens de proteção provocada pela desvalorização cambial levou à introdução de uma tarifa-ouro parcial, que foi progressivamente elevada a partir de 1900”¹³⁹. Após a valorização do milréis, ficou favorecida a importação de equipamentos, mas diversas indústrias mantiveram os seus mercados graças às tarifas alfandegárias, apesar de uma menor competitividade dos produtos importados nesse período de câmbio valorizado (1906-1913). Assim, “aproximadamente metade da capacidade instalada da indústria têxtil existente em 1945 já estava em operação em 1915”¹⁴⁰.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, as exportações brasileiras, que se baseavam essencialmente no café e na borracha, assistiram a um certo declínio por volta de 1913. A borracha (cujas exportações passaram de aproximadamente 6,6 toneladas em 1870 para cerca de 38,5 toneladas em 1911) foi responsável por cerca de 10% das exportações brasileiras em 1890 e por 39% em 1910. Mas a sua participação recuou rapidamente em função da concorrência internacional da borracha oriunda das plantações do Sudeste Asiático e o café voltou a ser dominante na pauta de exportações brasileiras. Entre 1911 e 1920, o café respondeu por 53% do valor das exportações, a borracha por 12,1% e os couros e peles por 6,2%¹⁴¹.

Estimativas em bases reconhecidamente precárias sugerem um coeficiente de exportação da ordem de 15,4% do PIB em 1870 e 14,8% em 1913¹⁴². Quanto às importações, a Grã-Bretanha continuava sendo o maior provedor de bens manufaturados – e de crédito financeiro. O Brasil também importava manufaturados dos Estados Unidos, principal mercado para o café brasileiro, assim como trigo, querosene, madeira serrada, e

¹³⁹ Abreu, 1999, p. 51.

¹⁴⁰ Stein, 1957, p. 103.

¹⁴¹ Lago, in Coffey e Lago, 1988, p. 30.

¹⁴² Franco, 1991, p. 63.

diversos produtos de consumo e bens de capitais de certos países europeus, principalmente Alemanha e França¹⁴³.

O valor das exportações *per capita* não chegava a definir o Brasil como uma economia especialmente "aberta". Além disso, a participação brasileira sobre o comércio mundial era ainda muito pequena, inferior a 1% em 1913¹⁴⁴. Por volta de 1912, o Brasil tinha uma exportação *per capita* de 14,2 dólares, pequena em comparação com os 64,7 dólares de Cuba, os 62 dólares da Argentina e os 49,7 dólares do Chile, mas superior aos 10,7 dólares do México. A América Latina como um todo tinha uma exportação de 20,4 dólares *per capita*. Entre 1883 e 1913, em dólares correntes, as exportações brasileiras cresceram à taxa anual de 4,5%, superior à dos principais países latino-americanos, com exceção da Argentina (7,6%) e Equador (5,1%), e algo superior à do México e do Uruguai (3,6%)¹⁴⁵.

A participação brasileira no que diz respeito ao investimento internacional é bem mais substancial: o montante do estoque de capital estrangeiro no Brasil em 1913, incluindo-se investimentos ingleses, franceses, alemães e norte-americanos, diretos e de carteira, representava cerca de 30% do total para a América Latina e 5,4% do total mundial¹⁴⁶.

Em 1914, o total da dívida pública externa e do investimento direto no Brasil era estimado em 397,6 milhões de libras, sendo 245,9 milhões de investimentos e 151,7 milhões de dívida. O Reino Unido respondia por 64% do total, sendo por 51% do investimento direto e 85% da dívida pública. A França respondia por, respectivamente, 26%, 33% e 15% dos mesmos totais¹⁴⁷.

Não existem estatísticas confiáveis do comportamento do PIB brasileiro no século XIX. Um índice proposto por Contador e Haddad para o período 1861-1846 "tem a restrição de se basear num índice de preços inteiramente inadequado, além de depender de algumas hipóteses questionáveis sobre o funcionamento da (...) economia [do Brasil] no

¹⁴³ Dean, *in* Bethell, 1989, pp. 227-231; Furtado, 2003, p. 180.

¹⁴⁴ Franco, 1991, p. 63.

¹⁴⁵ Bulmer Thomas, 1998, pp. 53, 512; Albert, 1983, p. 30.

¹⁴⁶ Franco, *in* Abreu, 1989, p. 12.

¹⁴⁷ Abreu, 1999, p. 47.

século passado”¹⁴⁸. Segundo tal índice, o produto agregado teria crescido 1,47% ao ano e o produto *per capita* -0,4% ao ano durante o período 1861-1900¹⁴⁹.

Furtado estimou um crescimento anual da renda *per capita* na região cafeeira de 2,3% entre 1850 e 1900, e uma taxa de 1,5% ao ano para o país como um todo, que hoje parece algo otimista¹⁵⁰. Outra estimativa, de Goldsmith, resulta em uma taxa de crescimento do PIB *per capita* de apenas 0,34% entre 1850 e 1889. “Usando-se para os números de Furtado ponderações baseadas na distribuição regional da população, chega-se a uma taxa média de crescimento *per capita* de 1% anual” na segunda metade do século XIX¹⁵¹.

Para o período 1900-1914, dispõe-se do índice de Haddad, com cobertura muito restrita até 1911. Esse índice sugere um crescimento do nível de atividade econômica da ordem de 74% entre 1901 e 1914, ou seja, uma taxa anual de crescimento do “PIB” da ordem de 4,3% ao ano. Apesar de o Brasil continuar sendo um país essencialmente agrícola em 1914, com mais de 2/3 da força de trabalho empregados no setor primário, a indústria nacional já supria grande parte do consumo de diversos bens, notadamente tecidos de algodão, diversos produtos alimentares, cerveja, fósforos, calçados e produtos de vestuário. O número de operários na indústria têxtil de algodão alcançava mais de 55 mil em 1910 e a produção em metros aumentou 65% entre 1905 e 1913¹⁵². Um levantamento industrial a nível nacional, incompleto, em 1907, cobriu 3.250 estabelecimentos industriais, com 150.841 trabalhadores. O Rio de Janeiro respondia por 30% do valor da produção e São Paulo por 16%. Os setores principais eram a produção de têxteis, com 24,6% do total, produtos alimentares, com 13,1%, vestuário e calçados, com 8%, e bebidas, com 6%, respondendo por 57,7% do total. Por volta de 1914, estima-se que a produção têxtil brasileira atendia 85% do consumo aparente de tecidos¹⁵³.

Em termos de renda, o Brasil tinha uma situação desfavorável com relação aos principais países da América Latina, com um PIB *per capita* inferior à metade da média dos sete maiores países¹⁵⁴. Segundo dados muito aproximados, em 1913 o PIB *per capita* brasileiro equivalia a 23% do PIB *per capita* da Argentina, a 31% do do Chile, e a apenas

¹⁴⁸ IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1987, p. 88.

¹⁴⁹ Franco, 1991, p. 63.

¹⁵⁰ Furtado, 2003, pp. 153-155; Albert, 1983, p.53.

¹⁵¹ Franco, 1991, pp. 62-63.

¹⁵² Apêndices I e II, *in* Stein, 1957, pp. 191-192.

¹⁵³ Villela e Suzigan, 1975, p. 169.

¹⁵⁴ Maddison, 1995, pp. 200-201.

54% do PIB *per capita* médio da América Latina¹⁵⁵. Em 1910, 9,8% da população brasileira vivia em cidades com mais de 20.000 habitantes, contra 28,4% na Argentina, 24,2% no Chile, 10,8% no México, e uma média de 12,9% para oito dos principais países latino-americanos¹⁵⁶.

2.3 – RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E PORTUGAL E A IMPORTÂNCIA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL, 1822 A 1914

Com a independência, as relações econômicas entre Portugal e Brasil sofreram uma grande transformação. Rapidamente, o comércio entre os dois países diminuiu de forma considerável e, a partir de meados do século, a relação econômica mais importante entre os dois países passou a ser a emigração de portugueses para o Brasil.

Entre 1796 e 1806, o Brasil foi o destino de 46,1% das exportações portuguesas (93,7% das exportações de produtos manufaturados e 19,8% das de produtos alimentícios). No período de 1816 a 1822, tal proporção diminuiu para 43,8%. Entre 1820-1822 e 1828-1830, houve uma forte queda no valor das exportações anuais médias de Portugal para o Brasil, de cerca de 1.245 mil libras esterlinas para 749 mil. O Brasil passou a absorver, entre 1825 e 1831, apenas 31% das exportações portuguesas (75,5% de produtos manufaturados e 21,8% das de produtos alimentícios). Nesse mesmo período, a Grã-Bretanha consolidou seu papel dominante na pauta de importações do Brasil, aumentando a média de suas exportações de 1.827 mil libras entre 1820 e 1822 para 2.829, mil libras entre 1828 e 1831¹⁵⁷, cifra quase quatro vezes maior do que as exportações portuguesas no mesmo período.

A concorrência de outros países nos mercados brasileiros levou à crise vários setores da indústria portuguesa, ainda composta, na sua maior parte, de pequenas oficinas com poucos equipamentos, e que não podia ser compensada pela manutenção das colônias africanas e asiáticas, cuja demanda era muito reduzida em consequência do baixo poder aquisitivo da população local e do número muito pequeno de colonos emigrantes.

¹⁵⁵ Bulmer Thomas, 1998, p. 512.

¹⁵⁶ Albert, 1983, p. 50.

¹⁵⁷ Pedreira, 1994, pp. 277-342.

A partir de 1822, as moedas dos dois países seguiriam trajetórias distintas, com cotações diferenciadas com relação a outras moedas, apesar de manterem as denominações réis, milréis e contos, até 1910, quando o escudo passa a ser a unidade monetária portuguesa, enquanto o Brasil manteve o milréis até a adoção do cruzeiro em 1942.

Estimativas referentes ao porto do Rio de Janeiro mostram que, em 1828, a Grã-Bretanha respondia por 71,9% do total das importações brasileiras e “Portugal e o Mediterrâneo” representavam apenas 9,8% do total. Nas décadas seguintes, a importância de Portugal no comércio exterior do Brasil tendeu a estabilizar-se. Segundo estatísticas dos relatórios do Ministério da Fazenda do Império, entre cerca de 1840 e 1875 Portugal respondeu anualmente por cerca de 6% a 7% das exportações e por cerca de 6% a 9% das importações totais do Brasil. Entre 1845 e 1849, a predominância da Grã-Bretanha nas importações já era clara, com 48,6% do total, enquanto a participação de Portugal era de apenas 9,4%¹⁵⁸. Apenas em caráter ilustrativo, dados para os anos fiscais de 1842-1843, 1852-1853, 1862-1863 e 1872-1873 mostram uma participação de Portugal na pauta de exportações brasileiras de, respectivamente, 7,5%, 4,2%, 6,3% e 6,2%. Nos mesmos anos fiscais, a participação das importações de Portugal foi de, respectivamente, 8%, 6,6%, 6% e 8%¹⁵⁹. O Brasil continuou importando algumas manufaturas têxteis de Portugal, mas principalmente produtos alimentares, como vinho e azeite e produtos de pesca. Portugal importava do Brasil basicamente produtos agropecuários, tais como café, açúcar, fumo e couros. Graças ao Barão de Mauá, estabeleceu-se a ligação telegráfica entre Brasil e Portugal após meados do século, favorecendo a comunicação entre os dois países¹⁶⁰.

No último quartel do século XIX, a importância de Portugal como mercado para as exportações brasileiras decaiu gradualmente. Em 1875, a Grã-Bretanha fornecia 44% das importações entradas no Rio de Janeiro, seguida pela França com 18,8%, participação três vezes maior que a de Portugal, que vinha em terceiro lugar¹⁶¹. Em 1888, segundo estatísticas oficiais, Portugal respondeu por 5,7% das importações pelo porto do Rio de Janeiro, mas por apenas 0,4% das exportações. Na virada do século, Portugal respondia por menos de 1% do total exportado pelo Brasil, sendo a proporção média nas exportações

¹⁵⁸ Graham, 1972, p. 83.

¹⁵⁹ IBGE, 1940, pp. 1366-1373.

¹⁶⁰ Graham, 1972, p. 201.

¹⁶¹ *Idem*, p. 83.

totais, entre 1901 e 1910, de apenas 0,7% e, entre 1911 e 1913, de 0,4%. Em comparação, as exportações de Portugal mantiveram sua importância relativa, respondendo, entre 1901 e 1910, por 6,4% do total das importações brasileiras e entre 1911-1913, por 4,8%¹⁶².

Em contraste com o declínio da importância de Portugal no comércio brasileiro, a emigração portuguesa foi um fator muito importante para a economia brasileira no século XIX e no início do século XX, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. O declínio da exploração do ouro no Brasil no fim do século XVIII e a declaração da independência levaram a uma redução da emigração para um nível entre 1/2 e 1/3 dos números anuais alcançados nas primeiras décadas do século XVIII. Essa emigração restrita atraía, principalmente, pessoas em busca de emprego no setor comercial brasileiro, orientado para o mercado interno e dominado por portugueses, que também se destacavam no comércio de importação¹⁶³.

Em meados do século XIX, a suspensão do tráfico de escravos e, mais tarde, a abolição da escravidão resultariam numa nova demanda de trabalhadores agrícolas. “Apesar de uma política de emigração oficial que tentava limitar a emigração dos camponeses pobres e suas famílias, mas não as dos mais prósperos, o volume de emigração aumentou consideravelmente entre o fim do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Entre 1855 e 1870, contam-se 8.000 partidas por ano (2,1‰). De 1871 a 1890, 15.000 (3,6‰), e cerca de 35.000 (7‰) de 1891 a 1914. Enquanto em períodos anteriores os emigrantes eram principalmente homens solteiros originários do Noroeste, a proporção de homens casados, e depois de famílias inteiras, aumentou fortemente ao longo do século XIX alcançando novas zonas do país”¹⁶⁴.

Entre 1815 e 1930, estima-se que 51,7 milhões de pessoas emigraram da Europa para o Ultramar, sendo 1,8 milhão (3,5% do total) de Portugal. As saídas de Portugal por décadas corresponderam a 1,9‰ da população entre 1861 e 1870, 2,9‰ entre 1871 e 1880, 3,8‰ entre 1881 e 1890, 5,1‰ entre 1891 e 1900, e 5,7‰ entre 1901 e 1910, alcançando um máximo de 13‰ em 1913¹⁶⁵. A aceleração na virada do século ocorreria quase que

¹⁶² Lago, *in* Coffey e Lago, 1988, p. 27.

¹⁶³ Graham, 1972, pp. 26, 84.

¹⁶⁴ Rowland, 1998, p. 558.

¹⁶⁵ Baines, 1991, p. 11.

exclusivamente em função do Brasil, que entre 1901 e 1911 absorveu 93% da emigração portuguesa¹⁶⁶.

Entre 1820 e 1909, estatísticas portuguesas mostram uma saída total de 702.790 emigrantes para o Brasil, representando, em média, 7.808 emigrantes por ano. A média anual aumentou de 4.055 entre 1855 e 1865 para 14.000 em 1880-1881 até alcançar 74,0 mil em 1913¹⁶⁷. Segundo Godinho, a participação do Brasil como destino dos emigrantes portugueses aumentou de 55,5% entre 1855 e 1865 para 85% entre 1880 e 1888, para atingir mais de 90% na virada do século¹⁶⁸.

Após a independência do Brasil, “uma boa parte da comunidade mercantil dos portos brasileiros manteve a nacionalidade portuguesa”, enquanto a própria crise na economia portuguesa incentivava alguma emigração, aumentando a participação dos portugueses no comércio brasileiro, tanto no atacado quanto no varejo¹⁶⁹. Na primeira metade do século XIX, destaca-se o aspecto qualitativo dos imigrantes portugueses no Brasil que, além de atividades comerciais, também se dedicavam a atividades artesanais e manufatureiras.

Assim, segundo um levantamento incompleto das casas comerciais, fábricas e oficinas no Brasil, de um total de 39.597 estabelecimentos, 41,9% pertenciam a estrangeiros, em sua maioria portugueses¹⁷⁰. Dados para o ano fiscal de 1859-1860, sobre “estabelecimentos comerciais e outros”, mostram que de um total de 35.236 estabelecimentos, 58,2% pertenciam a brasileiros e 31,8% a portugueses, sendo apenas 9,9% pertencentes a pessoas de outras nacionalidades. Dados do imposto sobre “indústrias e profissões” mostram, entre 1871 e 1878, uma clara predominância de proprietários portugueses no Rio de Janeiro, que respondiam por 65% do total em 1871-1872 e 56,4% em 1877-1878. Para os mesmo anos, a estatística relativa a “outras indústrias e profissões”, também no Rio de Janeiro, mostra que em 1871-1872 os portugueses eram donos de 70,8% dos 8.943 estabelecimentos então existentes, e de 73,9% dos 10.816 estabelecimentos existentes em 1877-1878. Tal predominância mantinha-se em 1888, quando 67,2% dos

¹⁶⁶ Mörner, 1992, p. 228.

¹⁶⁷ Engerman e Neves, 1997, p. 494; Oliveira Marques, 1996, p. 500; Duffy, 1968, p. 265.

¹⁶⁸ Mörner, 1992, p. 27; Engerman e Neves, 1997, p. 494.

¹⁶⁹ Pedreira, 1994, p. 356.

¹⁷⁰ Relatório do Ministério da Agricultura, 1866, quadro 48.

11.350 estabelecimentos eram de propriedade portuguesa¹⁷¹. Em 1890, demonstrando a predileção dos imigrantes portugueses pelo Rio de Janeiro, a cidade contava com 106.461 portugueses correspondendo a 2/3 dos estrangeiros residentes na cidade e a 20,4% da população total. Em São Paulo, havia 14.437 portugueses, respondendo por 11% da população da cidade¹⁷². Numa demonstração de queixas de que os portugueses detinham muitas propriedades urbanas no Rio de Janeiro, uma curiosa estatística de donos de cortiços nos bairros cariocas da Glória e de São José em 1895 mostra que, de um total de 193 estabelecimentos, 117 eram de propriedade de portugueses e apenas 57 de brasileiros. Tais fatos indicam a forte presença portuguesa em várias atividades e a competição no mercado de trabalho também tornou ocasionalmente os portugueses vítimas de agressões verbais ou até físicas¹⁷³.

A partir sobretudo dos anos 1880, ainda que tenha continuado uma imigração portuguesa direcionada para atividades comerciais e artesanais, começaria a ter importância crescente a imigração destinada ao setor rural. Essa migração foi precedida pela entrada de alguns milhares de portugueses para as colônias de parcerias promovidas por, entre outros, o Senador Vergueiro entre 1852 e 1857¹⁷⁴. Mas tal migração não obteve sucesso, mantendo-se os escravos como principal fonte de mão-de-obra para a lavoura até o início dos anos 1880.

Principalmente a partir do momento em que a imigração para o Brasil passou a ser subsidiada, foi possível atrair um número muito maior de camponeses pobres da Europa para as plantações brasileiras. Assim, entre 1884 e 1893, entraram no Brasil 883,7 mil imigrantes, sendo 170,6 mil (ou 19,3%) de Portugal. Na década seguinte, entre 1894 e 1903, outros 157,5 mil portugueses representaram 18,3% do total de 862,1 mil imigrantes. Entre 1904 e 1913, a participação portuguesa aumentou consideravelmente, atingindo 38,2% de uma imigração total de 1.006,6 mil. Uma parte importante dos 712.385 portugueses que entraram no país entre 1884 e 1913 foi, num primeiro momento, empregada pela lavoura cafeeira ou em outras atividades rurais¹⁷⁵. Mas muitos portugueses

¹⁷¹ Relatórios do Ministério da Fazenda, 1873, quadros 55 e 57, 1877, quadro 68, 1878, quadro 65, 1888, quadro 43.

¹⁷² Hahner, 1986, pp. 47, 140.

¹⁷³ *Idem*, p. 148.

¹⁷⁴ Furtado, 2003, p. 132.

¹⁷⁵ IBGE, 1940, p. 1307.

(contrariamente aos italianos e depois aos japoneses) “vieram com seus próprios meios ou com o de parentes” e podiam ser encontrados ao longo da costa, do Amazonas ao Rio Grande do Sul¹⁷⁶.

Deve-se mencionar que a estatística acima refere-se à imigração bruta. Uma parte dos imigrantes retornava ao país de origem após alguns anos no Brasil. Como nota um autor, na virada do século XIX para o século XX, para um imigrante que se dirigia com sua família para as regiões cafeeiras de São Paulo era bem mais fácil economizar 300 milréis para o retorno da família para a Europa do que 6.000 milréis (6 contos) para adquirir uma modesta propriedade rural¹⁷⁷. De fato, como a terra era relativamente cara no Brasil, e como reconhecia em 1893 o próprio Ministro da Agricultura, a aquisição de uma propriedade requeria muitos anos de poupança de um imigrante, especialmente porque a imigração em massa não permitia um aumento significativo do salário real dos imigrantes¹⁷⁸.

Pouco depois da proclamação da república, a Lei de Grande Naturalização garantiu a cidadania brasileira a todos os estrangeiros residentes no Brasil em 15/11/1889, a não ser àqueles que a recusassem publicamente. Muitos portugueses aceitaram a nova cidadania e inclusive ocuparam postos na administração pública. A partir da Lei, ficou mais difícil a distinção estatística entre estrangeiros e brasileiros¹⁷⁹. Godinho estima um total de 150 a 200 mil portugueses não naturalizados em 1890¹⁸⁰.

Estima-se que no início do século XX, entre 30% e 40% dos imigrantes do Norte de Portugal retornaram ao seu país de origem¹⁸¹. Estimativas brasileiras, por sua vez, sugerem que 20% do total de imigrantes entrados entre 1872 e 1900 e 35% dos que entraram entre 1901 e 1920 retornaram aos seus países de origem¹⁸².

Além do seu impacto sobre o mercado de trabalho em Portugal e no Brasil, a emigração portuguesa tinha um forte impacto sobre os balanços de pagamento dos dois países. Pouco se sabe sobre as remessas de imigrantes no período imperial. Sebastião Ferreira Soares, responsável pela estatística comercial do Império, estimava em cerca de 17.000 réis *per capita* (cerca de 2 libras esterlinas) as remessas de imigrantes portugueses

¹⁷⁶ Hahner, 1986, p. 48.

¹⁷⁷ Mörner, 1992, p. 233.

¹⁷⁸ Lago, 1988, p. 362.

¹⁷⁹ Hahner, 1986, pp. 144-145.

¹⁸⁰ Godinho, 1992, p. 28.

¹⁸¹ Baines, 1991, p. 39.

¹⁸² IBGE, O Brasil em Números, 1960, p. 60.

do Brasil para Portugal no início dos anos 1860, ainda que exagerando consideravelmente o total de 10.000 contos por ano, baseado na falsa premissa da existência de 600.000 portugueses no Brasil. Na realidade, o censo de 1872 somente registrou 380 mil estrangeiros no Brasil, cerca de 4% da população total, dos quais muitos eram de outras nacionalidades¹⁸³. No Rio de Janeiro, de um total de 83.279 estrangeiros, 55.993 eram portugueses, respondendo por 20,3% da população total. Em contraste, em São Paulo havia apenas 999 portugueses (3,2% da população)¹⁸⁴. As informações baseadas em fontes portuguesas na sua moeda nacional são mais numerosas e foram resumidas por Godinho. “Por volta de 1873, as remessas dos portugueses instalados no Brasil foram estimadas por Alexandre Herculano em 3.000 contos por ano. Entre 1868 e 1872, as importações superavam as exportações, em média, em cerca de 3.500 contos. Logo, as transferências monetárias resultantes da emigração cobriam mais de 85% do déficit comercial. A instituição financeira portuguesa no Brasil avaliou as transferências em pelo menos 10.000 contos em 1900. Já Silva Cordeiro estimou um total maior ou igual a 15.000 em 1896.

Oliveira Martins, em 1891, destacou três tipos de transferências: primeiro, as poupanças de trabalhadores e ganhos acumulados por mercadores e pequenos comerciantes, segundo, a renda anual de investidores (estimada em 3.000 a 4.000 contos), e as remessas de pagamentos mensais, pensões, presentes, etc, enviados por imigrantes a familiares e amigos em Portugal (estimadas em 2.000 a 3.000 contos). No total, tais transferências atingiam de 12.000 a 15.000 contos por ano. Ainda devem ser adicionados a isto os retornos do comércio entre Portugal e Brasil, de cerca de 6.500 contos, gerando um lucro de 600 a 700 contos”¹⁸⁵.

Foi também identificada uma conexão entre as regiões metropolitanas de emigração para o Brasil e a localização dos bancos que se estabeleceram em Portugal entre 1873 e 1875. Em menos de 20 anos, as remessas dos imigrantes no Brasil aumentaram cerca de quatro vezes. Na última década do século XIX, as remessas brasileiras cobriram mais ou menos todo o déficit da balança comercial portuguesa.

“Ao passo que o número de imigrantes aumentava, o mesmo acontecia com as remessas; as remessas dos que chegavam mais que compensavam os que paravam de

¹⁸³ Lago, 1982, p. 501.

¹⁸⁴ Hahner, 1986, p. 47.

¹⁸⁵ Godinho, 1992, pp.41-42.

enviar. Entre 1910 e 1917, as remessas são estimadas em cerca de 18.000 contos. Eventualmente, este valor chegou a 24.000 contos, ou 4,5 milhões de libras esterlinas”¹⁸⁶.

Com relação ao capital estrangeiro, incluindo empréstimos externos e investimentos diretos, os dados disponíveis para a primeira década do século não mostram uma participação significativa de Portugal no total, recordando-se as grandes dificuldades de Portugal com o seu endividamento externo nos anos 1890 e na virada do século, que também limitavam a capacidade de Portugal investir em suas colônias. A Grã-Bretanha, França, Alemanha e, em menor escala, a Bélgica e os Estados Unidos, respondiam por grande parte do total. Existiam, no entanto, alguns exemplos de empreendimentos portugueses, notadamente na indústria têxtil, e a presença de portugueses no comércio atacadista e de varejo continuava muito importante. Das 450 companhias estrangeiras autorizadas a operar no Brasil entre 1861 e 1905, somente 22 tinham sede em Portugal, enquanto 257 tinham sede na Grã-Bretanha, 43 na Alemanha e 36 na França¹⁸⁷.

Em resumo, considerando-se o período de 1822 a 1914, ressalta a importância da emigração portuguesa para o Brasil, tanto como uma válvula de escape para as pressões de emprego em Portugal como pela sua contribuição para uma oferta mais elástica de mão-de-obra no Brasil, especialmente a partir dos anos 1880. Por outro lado, para a economia portuguesa, as remessas de emigrantes tornaram-se um fator de longo prazo crucial para um maior equilíbrio das contas externas do país.

Em todo o período destaca-se a presença portuguesa nas atividades comerciais no Brasil. No entanto, após ser totalmente predominante no período colonial, o comércio exterior entre Brasil e Portugal tornou-se relativamente pouco importante para o Brasil, excetuando-se certas importações de alimentos e bebidas. Para Portugal, o Brasil continuava sendo um mercado relevante para seus produtos agrícolas e de pesca. Uma média relativa ao período 1910-1929 indica que o Brasil respondia por 12% das exportações de Portugal. No início do período, provavelmente não era superior a 15%¹⁸⁸.

Comparando-se a trajetória econômica do Brasil e de Portugal entre cerca de 1820 e 1913, nota-se inicialmente o forte aumento da população brasileira, que passa de um múltiplo de menos de 1,5 por volta de 1820 para quase 4 em 1913. Apesar da precariedade

¹⁸⁶ Godinho, 1992, pp. 41-42.

¹⁸⁷ Graham, 1972, p. 305.

¹⁸⁸ Mateus, 1998, p. 26.

dos dados, estima-se que a população portuguesa em 1820 era de 3,3 milhões habitantes e a do Brasil, por volta de 4 milhões. Em 1870, a população brasileira passara para quase 10 milhões e a portuguesa para cerca de 4,3 milhões, estimando-se as duas populações em, respectivamente, 23,7 milhões e 6 milhões em 1913.

Estimativas de PIB e de PIB *per capita* para o início do período são extremamente precárias, mas projeções utilizando taxas de crescimento hipotéticas para parte do século XIX sugerem que em 1820 o PIB *per capita* brasileiro não passava de 2/3 do português, não alcançando talvez 50%. Para 1913, dados um pouco mais confiáveis mostram uma proporção de cerca de 2/3. Nesse ano, o PIB *per capita* português corresponderia a cerca de 36% do PIB *per capita* médio de 16 países da Europa Ocidental, e a cerca de 1/4 do PIB *per capita* da Grã-Bretanha¹⁸⁹.

Ambos os países, em âmbito regional, apresentavam-se entre o grupo dos mais pobres e atrasados, destacando-se o elevado nível de analfabetismo, que em Portugal atingia cerca de 70% a 75% por volta de 1910¹⁹⁰, enquanto no Brasil, ainda em 1920, 71,1% dos homens e 81,1% das mulheres eram analfabetos¹⁹¹. Tanto no Brasil como em Portugal a agropecuária absorvia mais de 60% da força de trabalho, revelando o limitado grau de mudanças estruturais em ambas as economias.

¹⁸⁹ Maddison, 2001, pp. 183-185, 193-195.

¹⁹⁰ Mateus, 1998, p. 26.

¹⁹¹ Hahner, 1986, p. 88.

CAPÍTULO III

DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL À ENTRADA DE PORTUGAL NA COMUNIDADE EUROPÉIA

3.1 – O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PORTUGUÊS, 1914-1985: DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ÀS VÉSPERAS DA ENTRADA PARA A COMUNIDADE

A época das guerras foi também uma época de crises. Durante a Primeira Guerra Mundial, Portugal foi inicialmente neutro, durante o primeiro ano e meio, passando a ter uma participação durante os dois últimos anos, em resposta à declaração de guerra alemã. Os portugueses foram derrotados ao norte de Moçambique, assim como na batalha das trincheiras em Flandres. As perdas na guerra e as deteriorações sanitárias resultaram no primeiro saldo demográfico negativo. Durante a fase de neutralidade, Portugal enfrentou um período de escassez e inflação. A escassez deveu-se à diminuição do abastecimento de bens (como trigo e carvão) vindos do exterior e dos quais o país era dependente, levando a uma queda da renda *per capita*. Entre 1914 e 1918, o produto *per capita* reduziu-se continuamente até alcançar um nível equivalente a 63% daquele do início da Guerra, enquanto as saídas líquidas de emigrantes totalizaram 93 mil pessoas¹⁹². A inflação foi o resultado da escassez de bens e do excesso de emissão de moeda, com o objetivo de financiar o esforço de guerra. Estima-se que tanto a oferta de moeda quanto o nível de preços tenham aumentado cerca de 50% em comparação ao período anterior. Durante o período beligerante, houve um agravamento dos problemas que surgiram com o início da guerra. A escassez agravou-se devido aos ataques contra navios portugueses e, mesmo tendo recurso a empréstimos britânicos para atenuar os pagamentos externos e financiar as despesas com o envio das tropas para Flandres, o saldo negativo das contas públicas e a inflação aumentaram¹⁹³.

¹⁹² Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, pp. 249-251, 255.

¹⁹³ Mata e Valério, 2003, pp. 181-183.

Os problemas econômicos resultantes da guerra levaram ao aumento da intervenção do Estado na economia, através da tentativa de controlar os mercados de câmbio e do racionamento. No geral, tal intervenção foi ineficiente, favorecendo o surgimento do mercado negro. A partir de 1919, o produto interno bruto por habitante voltou a crescer, alcançando pela primeira vez, em 1928, um nível superior ao do pré-guerra, recuperando-se a uma taxa de crescimento cumulativa da ordem de 6,5% ao ano entre 1919 e 1929. No mesmo período, Portugal teve um saldo migratório líquido negativo, considerando saídas e entradas de imigrantes, da ordem de 172 mil habitantes, e a população total alcançou 6,7 milhões às vésperas da crise mundial¹⁹⁴.

O período entre 1918 e o início da Segunda Guerra Mundial foi marcado por problemas políticos, econômicos e financeiros. Inicialmente, embora a escassez tivesse diminuído, a inflação permaneceu, como consequência dos problemas com os pagamentos externos e da crise de confiança quanto ao valor da moeda portuguesa, resultante da necessidade de financiamento do saldo negativo das contas públicas e da grande emissão de moeda. Em 1922, uma reforma fiscal incluiu um novo imposto sobre o rendimento familiar total. “Em 1924, a oferta de moeda era quinze vezes maior do que em 1914 e os preços tinham atingido um nível mais de vinte vezes maior do que em 1914”¹⁹⁵, no mais sério episódio inflacionário do século XX no país.

Os saldos negativos no balanço de pagamentos foram provavelmente resultado da fuga de capitais não equilibrada pelo aumento das remessas, que estagnaram no pós-guerra. Embora o saldo líquido das reparações de guerra tenha sido favorável para Portugal, o pessimismo em torno do cumprimento das obrigações de pagamentos à Inglaterra resultou na depreciação do escudo que, em 1924, atingiu 1 libra = 157 escudos contra 1 libra = 8 escudos durante a guerra. No que diz respeito às contas públicas, embora as despesas tivessem diminuído, nenhuma medida para o aumento das receitas obteve sucesso.

Enquanto a maioria das indústrias portuguesas visava somente a auto-suficiência do país e das colônias, o comércio externo dependia basicamente da exportação de produtos de origem agrícola. As exportações de vinho, cortiça, conservas de peixe, têxteis baratos e frutas (das quais a Grã-Bretanha absorvia cerca de 70%) não eram suficientes para cobrir o

¹⁹⁴ Mata e Valério, 2003, p. 255.

¹⁹⁵ *Idem*, pp. 184-186.

valor das importações (principalmente de trigo, máquinas, algodão, carvão, açúcar, aço e ferro). Como resultado, a balança comercial apresentava um déficit constante¹⁹⁶. Entre 1913 e 1926, os níveis médios de proteção nominal tinham-se reduzido de 22,8% para 10,2%. “As exportações de têxteis correspondiam a cerca de 45% do total das exportações de produtos manufaturados, que por sua vez, eram apenas 13% do total das exportações, no período de 1910 a 1929. Por destinos, as exportações [portuguesas] dirigiam-se para o Reino Unido (21% do total em média no período 1910 a 1930), colônias (14%), Brasil (12%), França (10%) e Alemanha (7%)”¹⁹⁷.

Com a ditadura militar em 1926, a estabilização econômica e financeira passou a ser a principal preocupação: foi adotado o padrão ouro-divisas; a taxa de câmbio se estabilizou em 1 libra= 108,25 escudos; houve aumento das taxas dos impostos, assim como a criação de novos impostos (em 1929 criou-se um novo imposto profissional sobre os rendimentos do trabalho); e um aumento nas taxas aduaneiras¹⁹⁸. No ano de 1929, as contas públicas apresentaram um superávit equivalente a 1,5% do PIB, o primeiro desde os anos anteriores à Primeira Guerra e que se repetiria nos anos seguintes. O aumento dos direitos aduaneiros “fez subir as receitas, como proporção das importações, de cerca de 11,8%, em 1928, para 28%, em 1931”¹⁹⁹.

De uma média de 5,7‰ entre 1901 e 1910, e cifras ainda mais elevadas entre 1911 e 1913, a emigração portuguesa em relação à população total reduziu-se para 3,2‰ entre 1921 e 1930, em parte em função de crescentes limitações à imigração para os Estados Unidos²⁰⁰. Nos anos 1920, a participação do Brasil na emigração portuguesa reduziu-se de 93% entre 1901 e 1911 para 67% entre 1921 e 1930²⁰¹, quando tornou a crescer a participação da Argentina²⁰². A emigração para a África mantinha-se muito modesta, tendo sido de 1.153, 329, 189 e 372 emigrantes em, respectivamente, 1920, 1925, 1928 e 1930. Dos cerca de 3 milhões de habitantes estimados para Angola em 1929-1930, talvez

¹⁹⁶ Oliveira Marques, 1996, p. 598; Zamagni, 2001, p. 127.

¹⁹⁷ Mateus, 1998, p. 26.

¹⁹⁸ Mata e Valério, 2003, p. 189.

¹⁹⁹ Mateus, 1998, p. 43.

²⁰⁰ Baines, 1991, p. 11.

²⁰¹ Mörner, 1992, p. 228.

²⁰² Godinho, 1992, p. 28.

somente 50 mil eram de origem europeia ou “mestiços”. Em Moçambique, de um total de cerca de 3,5 milhões, talvez 18 mil eram de origem europeia e 8,5 mil, indiana²⁰³.

Embora a Grande Depressão tenha trazido para Portugal problemas na área dos pagamentos externos por causa da diminuição das exportações e das remessas, o impacto foi suavizado pelo baixo nível de industrialização, por ser ele mais dependente dos países europeus do que dos Estados Unidos, então em profunda crise, e pela capacidade de as atividades rurais absorverem o desemprego. As linhas gerais da política econômica na década de 30 priorizavam o equilíbrio de longo prazo através de medidas de controle da economia pelo Estado, do estímulo à produção e ao investimento: o governo organizou um programa para aumentar auto-suficiência do país no que diz respeito à produção de cereais, proibiu a criação de novas empresas públicas e criou o Ministério do Comércio e da Indústria, além de criar Comissões Reguladoras, que condicionavam as importações, e Institutos, para a supervisionar e garantir a qualidade dos produtos exportados²⁰⁴. A taxa de proteção efetiva nominal, medida pela relação entre os “direitos aduaneiros e [o valor das] importações atinge o máximo [do] século em 1935, com 33,6%”²⁰⁵. O grau de abertura da economia portuguesa passou de 7%, em 1928, para 5,6%, em 1938.

O aumento dos impostos e a contenção de gastos públicos permitiram a manutenção dos saldos positivos das contas públicas e a organização de programas de investimentos públicos nas áreas de construção rodoviária e portuária. “A taxa de investimento subiu de 8,9% do PIB para 12,5% do PIB entre 1928 e 1939. Entre 1930 e 1939, a dívida pública em relação ao PIB caiu de 50,5%, em 1930, para 34,5%, em 1939, devido ao acúmulo de superávits orçamentários”²⁰⁶. A política monetária da época pretendia estimular o investimento e evitar a inflação, através da redução gradual da taxa de juros, fazendo com que a oferta monetária se expandisse de acordo com os saldos positivos do balanço de pagamentos e a expansão moderada do crédito interno.

No período da Grande Depressão, Portugal teve um desempenho econômico medíocre. O produto por habitante não se reduziu de 1929 para 1930, mas, em seguida, praticamente estagnou entre 1933 e 1937, para recuperar-se em 1938 e 1939. Nesse último

²⁰³ Duffy, 1968, pp. 265-266.

²⁰⁴ Oliveira Marques, 1996, pp. 648-649, 659.

²⁰⁵ Mateus, 1998, p. 57.

²⁰⁶ *Idem*, p. 58.

ano, era 19,8% mais elevado do que 1929, tendo crescido à taxa anual de 1,8% no período. Segundo uma estimativa de Tortella, a renda *per capita* de Portugal, que em 1920 correspondia a 28% da média da renda *per capita* da Grã-Bretanha e França, em 1940 respondia por 26% da mesma média, mostrando uma perda relativa²⁰⁷. Na década de 1930, os retornos de imigrantes excederam as saídas, com saldo migratório positivo da ordem de 100 mil pessoas, enquanto o crescimento vegetativo da população era da ordem de 1% ao ano²⁰⁸.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal permaneceu neutro, à exceção de pequenas intervenções para tentar defender suas colônias. Mais uma vez, a escassez foi uma das conseqüências da guerra, embora tenha sido menos prejudicial aos portugueses devido à prosperidade da exportação de minério de volfrâmio, cuja demanda por parte dos países beligerantes cresceu (e cujo preço multiplicou-se por 30 entre 1938 e 1942), e à entrada significativa de capitais e remessas, conseqüência da ida de refugiados para Portugal, que levaram consigo ativos líquidos. Como resultado, obtiveram-se saldos positivos tanto na balança comercial quanto do balanço de pagamentos que, por sua vez, levou a um processo inflacionário que duplicou o nível de preços no período e que, assim como durante a Primeira Guerra Mundial, deu origem a um mercado negro. No entanto, não houve depreciação da moeda, que permaneceu estável frente à libra e ao dólar (1 dólar americano = 25 escudos portugueses), e houve uma diminuição da taxa de juros, resultante da abundância de capitais em busca de aplicação no mercado financeiro²⁰⁹.

As contas públicas apresentaram saldos negativos, principalmente devido aos aumentos nas despesas com armamentos para reforçar a defesa das colônias e da fronteira e devido ao aumento das despesas correntes em virtude da inflação. As alterações fiscais (criação de novos impostos) efetuadas não foram capazes de impedi-los. Durante a Guerra Mundial, houve queda do produto por habitante, da ordem de 9%, entre 1939 e 1945, com recessões em 1940 e 1942, voltando a economia a recuperar-se a partir de 1946. Durante o conflito, houve, ainda, um pequeno saldo migratório negativo, da ordem de 6 mil pessoas, de 1940 a 1945. “Com o fim da guerra, e o recomeço de condições normais de comércio

²⁰⁷ Tortella, 1994, p. 2.

²⁰⁸ Apêndice Estatístico, in Mata e Valério, 2003, p. 250.

²⁰⁹ Mata e Valério, 2003, pp. 194-195.

internacional, o grau de abertura da economia aumentou de 5,5% para cerca de 9% do PIB”²¹⁰.

Os efeitos das épocas de guerras e crises foram o aumento da população para cerca de 8 milhões de habitantes em meados da década de 1940, resultado da diminuição da emigração por causa das políticas de portas fechadas por parte dos países de destino potencial dos emigrantes e do declínio da taxa de mortalidade (da ordem de 14‰ em 1945). Houve também algum crescimento urbano: cerca de 20% da população vivia nas cidades no período imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial. Em consequência disto, registrou-se um aumento da população ativa nos setores industrial e de serviços, mas a transformação estrutural da economia ainda era limitada. Em 1940, 53% da força de trabalho masculina encontrava-se empregada na agricultura. Por outro lado, entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização aumentara para 48% do total da população, bem inferior aos 77% da Espanha e aos 83% da Itália, ou aos 94% da Bélgica e da França²¹¹.

Ou seja, como resume Mateus, no período de cerca de 1926 a 1950, “depois da estabilização econômica houve, a partir de 1930, duas décadas de crescimento lento, mas que acabariam por criar as pré-condições para o crescimento sustentado do País. A posição de Portugal como país [neutro] durante a II Guerra Mundial permitiu ao País ter um substancial choque positivo nas suas razões de troca e acumular reservas de ouro e divisas. O número médio de anos de escolarização da população cresceu de cerca de 1 para 1,4 o que continuava, porém, a revelar um nível extremamente baixo de acumulação de capital humano. A taxa de analfabetismo da população ativa reduziu-se apenas de 65% para cerca de 50%. (...) A taxa de escolarização global cresceu de 56% para 64% entre 1930 e 1940 e atingiu 70% em 1950 (...). Já a taxa de investimento cresceu de cerca de 8% para níveis acima de 20% no início da década de 1950. Quanto aos fatores de crescimento, predominou a acumulação de capital físico e foi baixa a subida da produtividade total. Tanto a estrutura do PIB como a da população ativa tiveram pequenas transformações”²¹².

Entre o fim da década de 1940 e o início dos anos 1970, Portugal viveu anos de crescimento acelerado sem interrupções, encurtando assim a distância que o separava dos países mais desenvolvidos. Entre 1945 e 1950, o PIB por habitante aumentou 21,9%. A

²¹⁰ Mateus, 1998, p. 62.

²¹¹ Tortella, 1994, pp. 6, 11.

²¹² Mateus, 1998, pp. 16, 57.

partir deste ano, Portugal entrou numa fase de crescimento econômico, com uma taxa de crescimento do PIB *per capita* de 5,7% entre 1950 e 1973, superior às da França, Alemanha e Itália (respectivamente 4%, 5% e 5%), países nos quais se considera que ocorreu um “milagre econômico” no mesmo período, e comparável à da Espanha (5,8%)²¹³. Estima-se que o PIB per capita português, baseado em paridade do poder de compra, correspondia, em 1950, a 41% da média de 12 países europeus da Europa Ocidental e Escandinávia. Em 1973, a cifra correspondente aumentou para 60%²¹⁴.

Nos finais da década de 1940, as importações eram, novamente, superiores às exportações, mas as remessas dos emigrantes e os movimentos de capitais compensavam, em média, os saldos comerciais negativos. Além disso, as receitas provenientes do turismo passaram a ser um ponto importante no balanço de transações correntes. Com isso, Portugal foi capaz de não acompanhar a desvalorização da libra britânica em 1949, preferindo fazer apenas uma desvalorização em relação ao dólar. Por razões geopolíticas, Portugal recebeu uma pequena fração dos recursos do Plano Marshall, cerca de 50 milhões de dólares entre 1948 e 1951²¹⁵. “Em 1950, e apesar de ter ganho cerca de 7 pontos percentuais no processo de convergência [para a média europeia] desde 1913, Portugal era um dos países mais atrasados da Europa. Só a Grécia tinha um nível *per capita* inferior”²¹⁶.

Os problemas coloniais caminhavam no sentido da descolonização e Portugal encontrava-se sob pressão. A reforma constitucional de 1951 transformou Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor em províncias ultramarinas, com regimes administrativos e legais especiais. No entanto, na África, a década de 1950 foi marcada por movimentos independentistas e, no Índico e no Extremo Oriente, os territórios foram reclamados pelos países vizinhos. Revoltas eclodiram em Angola, na Guiné e em Moçambique, sem que Portugal conseguisse qualquer apoio para confrontá-las.

Os saldos positivos nas contas do governo da década de 1950 foram direcionados para os programas de investimentos (os Planos de Fomento), que visavam principalmente as obras públicas. O setor de transportes foi o mais beneficiado, com a construção de

²¹³ Zamagni, 2001, p. 242.

²¹⁴ Maddison, 2001, p. 264.

²¹⁵ Zamagni, 2001, pp. 222-223.

²¹⁶ Mateus, 1998, p. 79.

aeroportos e pontes e com o melhoramento das redes rodoviária e ferroviária, mas também foram construídas barragens e hidrelétricas. A construção civil e a saúde também foram abrangidos²¹⁷. Foram também formadas novas empresas em parceria com capitais privados (as mais importantes foram a companhia de transportes aéreos Transportes Aéreos Portugueses - TAP, a Siderurgia Nacional, o Metropolitano de Lisboa e a Rádio-Televisão Portuguesa) e foi ampliada a infraestrutura hoteleira privada, notadamente no Algarve.

Durante as décadas de 1960 e 1970, embora tenha havido um aumento das exportações, resultante da política de obras públicas, o saldo negativo da balança comercial manteve-se e foi compensado pelos fluxos líquidos positivos de capital, as remessas dos imigrantes sendo o ponto mais importante destes fluxos, seguidas pela entrada de capitais (da ordem de cerca de 900 milhões de dólares entre 1962 e 1974, dos quais a maior parte era de capitais privados) e os crescentes gastos dos turistas. Em consequência dos saldos positivos do balanço de pagamentos, observou-se um aumento das reservas de ouro do Banco de Portugal, que chegaram a atingir cerca de 1.000 toneladas do início da década de 1970²¹⁸.

Quanto à migração, os números oficiais indicaram cerca de 21.000 emigrantes no ano de 1950, uma média anual de 35.000 entre 1950 e 1959, de 80 mil entre 1960 e 1969 (chegando a 155,6 mil nesse último ano) e de 85 mil entre 1970 e 1979 (com uma média anual de cerca de 147 mil nos anos de 1970 a 1973). No entanto, houve uma mudança profunda nos padrões tradicionais. A emigração para o Brasil recuperou alguma importância na década de 1950, mas a partir de década de 1960 perdeu relevância em favor de alguns países europeus mais desenvolvidos, como a França, que passaram a receber enormes fluxos de emigrantes. A emigração baixou depois um pouco, sendo de pouco mais de 25 mil no ano de 1980. Nos anos 1950, o Brasil recebeu em média 24 mil portugueses por ano, correspondendo a cerca de 68% da emigração portuguesa. Nos anos 1960, esse número passou para quase 6 mil por ano e decaiu ainda mais, para 913 por ano na década de 1970 (aproximadamente apenas 1,1% do total da emigração portuguesa). De 1950 a 1959, a França recebeu cerca de 2 mil portugueses por ano. No entanto, de 1960 a 1969, a França era o destino de 58% dos emigrantes, porcentagem que se manteve em torno dos

²¹⁷ Oliveira Marques, 1996, pp. 661, 663.

²¹⁸ Mata e Valério, 2003, p. 208.

57% na década de 1970²¹⁹. Em 1973, estima-se que o número de trabalhadores portugueses residentes na França alcançava 553 mil pessoas, na Alemanha 68 mil, nos Estados Unidos 81 mil e no Canadá 57 mil, então os principais destinos dos emigrantes portugueses²²⁰. Quanto às colônias, estima-se a população europeia em Angola em 110 mil em 1955 e em 60 mil em Moçambique em 1960, tendo havido uma moderada atração de emigrantes para projetos oficiais de colonização agrícola²²¹.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o aumento da emigração provocou uma diminuição do crescimento populacional. Em 1973 estima-se que a população portuguesa alcançava cerca de 8,7 milhões de habitantes. Em meados da década de 1970, a proporção da população urbana atingiu cerca de 25% da população total e Lisboa contava aproximadamente 1,2 milhões de habitantes. No que diz respeito ao analfabetismo, as insuficiências da política educacional resultavam em uma taxa elevada, cerca de 40% em 1950. Com a introdução de campanhas de educação, a taxa de analfabetismo baixou, mas continuava uma das mais altas da Europa (cerca de 29% em 1970)²²².

Como entre 1947 e 1974 o produto interno bruto cresceu a uma taxa anual média acumulada de 5,4%, o padrão médio de vida no começo dos anos 1970 era cerca de quatro vezes superior ao do fim dos anos 1940. O nível de preços permaneceu estável durante o fim da década de 1940 e a década de 1950, e mais do que duplicou nas duas décadas seguintes. O processo inflacionário foi resultado do saldo negativo das contas públicas nas décadas de 1960 e 1970, sendo o déficit parcialmente financiado pela emissão de dívida pública no mercado. Ao mesmo tempo, a utilização de depósitos bancários como meio de pagamento tornou-se uma prática generalizada para a maioria da população.

Durante este período de crescimento, entre 1947 e 1974, a indústria e o setor de serviços apresentaram taxas médias anuais acumuladas de crescimento de cerca de 6%, enquanto o setor agrícola apresentou uma taxa inferior a 3,5%. Na indústria, os setores mais dinâmicos foram o químico, de produção de máquinas e de material elétrico e o de construção e obras públicas, tendo as indústrias de cortiça, conservas de peixe e têxtil estagnado. No setor agrícola, a concorrência dos cereais estrangeiros não desapareceu e, no

²¹⁹ Engerman e Neves, 1997, p. 500.

²²⁰ Mateus, 1998, pp. 96-97.

²²¹ Duffy, 1968, p. 336.

²²² Tortella, 1994, p. 11.

setor das frutas, verduras e produtos animais o impulso veio da procura dos mercados europeus e da melhoria das condições de vida da população portuguesa²²³.

O vinho, junto com a cortiça e as conservas de peixe, continuavam sendo os principais produtos portugueses nos mercados europeus, embora tenha ocorrido alguma inversão na ordem de importância, e a pauta de importações continuava contendo produtos manufaturados, máquinas, carvão, entre outros. No entanto, houve uma mudança nos mercados externos com os quais Portugal comercializava. Após a segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha deixou de ser o principal destino das exportações portuguesas. No final da década de 1960, as relações comerciais com as colônias perderam peso (passaram de cerca de 20% em 1968 para cerca de 12% em 1973) e a Europa Ocidental como um todo passou a ser o principal parceiro comercial. Em 1974, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos ocupavam os primeiros lugares no que diz respeito tanto às exportações quanto às importações²²⁴. Portugal tinha estado afastado do mercado financeiro internacional desde 1902, como devedor soberano. Somente em 1962 é colocado junto a um sindicato de bancos americanos um primeiro empréstimo, e a primeira emissão de “euro-obrigações” ocorre em 1964. A relação dívida externa sobre exportações de bens e serviços subiu de 13,3% em 1961 para 37% em 1966, mas voltou para 21,6% em 1973. O grau de abertura, “medido pelo peso médio das exportações e importações de bens e serviços” subiu de 14% para 25% entre 1959 e 1973, com o aumento da integração internacional iniciada nos anos 1950²²⁵. Houve liberalização do comércio exterior, e as taxas aduaneiras sobre as importações se reduziram de 12% do total em 1959 para 7,3%. Porém, entre 1964 e 1970 a taxa de proteção efetiva teria aumentado de 25% para 28%, reduzindo-se para 12% em 1974²²⁶.

Politicamente, a estabilidade que se observava nos finais da década de 1940 durou até 1974. Portugal sofreu um boicote por parte dos países árabes que protestaram contra a utilização das bases militares portuguesas pelos Estados Unidos durante a Guerra do Yom Kippur em 1973. Com o abastecimento de petróleo prejudicado, uma onda de descontentamento abriu caminho para tentativas de golpes militares. O primeiro, que

²²³ Mata e Valério, 2003, pp. 214-215.

²²⁴ Oliveira Marques, 1996, pp. 662-663.

²²⁵ Mateus, 1998, pp. 83, 91.

²²⁶ *Idem*, pp. 94, 96.

ocorreu em março de 1974, fracassou, mas o segundo, em 25 de abril de 1974, obteve sucesso e pôs fim ao regime autoritário de direita mais longo da Europa do século XX.

Após a revolução de 1974, foram iniciadas as negociações com os movimentos independentistas para a concessão da independência das colônias africanas. A Guiné-Bissau tornou-se independente em 1974 e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola em 1975. Macau tornou-se região autônoma da China em 1999 e Timor teria sua independência apenas em 2002, após um período de ocupação pela Indonésia. A descolonização teve duas conseqüências econômicas principais: primeiro, quase meio milhão de refugiados abandonou as províncias ultramarinas e foi para Portugal, provocando, no curto prazo, problemas econômicos e sociais, e, segundo, o comércio e as relações econômicas entre Portugal e suas antigas colônias tornaram-se muito pequenos. Entre 1950 e 1974, a população de Moçambique aumentara de 6,3 milhões para 10,4 milhões de habitantes, e a de Angola de 4,1 milhões para 6 milhões. Estimativas de caráter meramente aproximativo, baseadas em paridade do poder de compra, situam o PIB *per capita* de Angola e Moçambique em cerca de 51% e 55%, respectivamente, do PIB *per capita* português em 1950, tendo tal relação se reduzido para, respectivamente, 24% e 23% em 1974²²⁷. Com as guerras civis e as dificuldades enfrentadas pelos dois novos países (e com a conseqüente queda da renda *per capita*), tal relação se reduziu drasticamente para 5% e 9%, em 1998, configurando dois casos de descolonização particularmente mal sucedidos.

A Constituição de 1976 definiu o regime semipresidencial e semiparlamentar, onde o Presidente e a Assembléia da República, ambos eleitos por sufrágio direto e universal, governariam em conjunto. Além de determinar os arquipélagos da Madeira e dos Açores como regiões autônomas, a Constituição incluiu regras sobre a vida econômica: confirmou a reforma agrária nas regiões do Alentejo e Ribatejo, nacionalizou grandes empresas e os principais setores da economia, organizou um esquema de planos anuais e quadrienais e instituiu uma lista de direitos econômicos e sociais (tais como liberdade sindical e provisão governamental de educação e saúde). Em 1980, a taxa de analfabetismo reduzira-se para 22%, e somente 26% da força de trabalho estava empregada na agricultura, contra 43% em

²²⁷ Maddison, 2001, pp. 278, 310, 312, 316, 318.

1960²²⁸. A distância com relação aos principais países da Europa em termos de indicadores sociais estava claramente diminuindo.

Nos anos de 1974 a 1976, a situação econômica deteriorou-se. Primeiro, a combinação do primeiro choque petrolífero com a subida dos salários nominais gerou a primeira recessão séria desde a Segunda Guerra Mundial e um aumento da inflação. “Entre 1974 e 1977, a deterioração do índice das [relações] de troca de cerca de 18% causou uma redução do PIB que foi de 2,6% em 1974, e atingiu 4,7% em 1977”²²⁹. Segundo, a diminuição do intenso fluxo de emigração para países europeus e a chegada de refugiados das antigas colônias provocaram, junto com a recessão, um aumento significativo do desemprego. Finalmente, a diminuição das remessas dos emigrantes (a emigração diminuiu nos anos 1980: cerca de 17 mil emigrantes saíram de Portugal por ano entre 1980 e 1988) e do fluxo de entrada de turistas agravou a situação do balanço de pagamentos, que já tinha sido atingida negativamente pelo primeiro choque do petróleo no que diz respeito às importações e pela conjuntura internacional desfavorável no que diz respeito às exportações.

Em 1976, a política econômica priorizou a estabilidade social, buscando integrar os retornados das colônias africanas através da absorção de grande parte deles nos setores públicos e administrativos e da criação de empregos, subsídios e outros estímulos.

Como decorrência da Revolução de 1974, ocorreram diversas nacionalizações e ocupações de estabelecimentos econômicos. Assim, “o setor público expandiu-se enormemente (...). Em 1976, o setor empresarial do Estado representava cerca de 8% do PIB, cerca de 22% de formação bruta de capital fixo total, 25% do crédito (1978) e 6,7% do emprego não-agrícola. As nacionalizações diretas representaram cerca de 9% do produto industrial”. Só gradualmente, após meados dos anos 1980, seria invertido o controle do setor público sobre certas atividades e se iniciaria um processo de privatização das empresas nacionalizadas. “O máximo de participação do setor empresarial do Estado (empresas públicas) em termos do PIB foi alcançado em 1984 com 13,6%”²³⁰.

A partir de 1977, foi dada prioridade para a resolução dos problemas existentes nos pagamentos externos, criados pela crise. Uma desvalorização do escudo português ocorreu

²²⁸ Tortella, 1994, pp. 6, 11.

²²⁹ Mateus, 1998, p. 108.

²³⁰ *Idem*, pp. 121-122, 124.

em fevereiro de 1977 e, pela primeira vez, Portugal pediu assistência ao FMI, concedida em 1978. Foram tomadas medidas anti-inflacionárias e, com a redução do saldo negativo das contas públicas e uma desvalorização gradual do escudo português, o problema dos pagamentos externos foi ultrapassado no final dos anos 1970. Em seguida, a aprovação de projetos para uma política econômica expansionista do governo eleito em 1979 teve resultados bastante desastrosos: os gastos públicos aumentaram e o escudo português teve que ser revalorizado para frear a inflação. Por outro lado, a produção agrícola e hidrelétrica foram prejudicadas por um ano de seca, e a revalorização do dólar e o aumento das taxas de juros nos mercados monetários internacionais nos primeiros anos da década de 1980 pioraram a situação dos pagamentos externos. A atividade econômica estagnou, e os anos entre 1980 e 1983 foram marcados por saldos negativos elevados no balanço de pagamentos e por uma inflação elevada. Em 1983, o déficit de transações correntes (agravado por um aumento do preço do petróleo de mais de 50% entre 1978 e aquele ano) atingiu “valor sem precedentes” equivalente a 11,6% do PIB, e o déficit público alcançara 8,5% do PIB em 1982²³¹. Um segundo acordo com o FMI foi feito e outro programa de estabilização foi posto em prática entre 1983 e 1985: os problemas com os pagamentos externos foram resolvidos em 1984, no contexto de uma desvalorização do escudo, de uma melhoria das relações de troca e de uma redução do déficit público, e o crescimento econômico foi retomado em 1985, embora a taxa de inflação permanecesse elevada, enquanto o país preparava-se para entrar na Comunidade Econômica Européia. Entre 1974 e 1985, o PIB *per capita* português aumentou à taxa de 1,8% ao ano, mostrando grande desaceleração com relação aos 5,7% anuais observados entre 1950 e 1973²³². Entre 1975 e 1984, “o fosso face à União Européia alarga-se em cerca de 5 pontos percentuais”, tendência que se reverteria com a integração de Portugal na Comunidade Econômica Européia e com o rápido incremento da abertura da economia ao exterior a partir de 1986²³³.

²³¹ Mateus, 1998, pp. 117-118.

²³² Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, p. 227-228, 256-257.

²³³ Mateus, 1998, p. 101.

3.2 – INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL À CRISE DOS ANOS 1980

A deterioração da posição externa do Brasil em 1913, com a queda do preço do café e agravada por repatriações de capital para a Europa onde a guerra parecia iminente, levou a “uma rápida queda dos depósitos da Caixa de Conversão [que] ocasionou severo arrocho monetário que lançou a economia (...) em recessão (...) antes do início das hostilidades na Europa”. O início da guerra, em 1914, “afetou o fluxo de pagamentos externos, a receita tributária e a indústria do café. A primeira reação do governo foi fechar a Caixa de Conversão e tentar ganhar tempo”, inclusive autorizando uma grande emissão de notas inconvertíveis. Com a precária situação orçamentária do governo e pressões para a depreciação do câmbio, foi assinado em outubro um *funding loan* de 15 milhões de libras, para fazer frente aos juros até 1917 e suspendendo-se as amortizações até 1927. Em 1915 o governo também ampliou a base de produtos sujeitos ao imposto de consumo²³⁴.

A Primeira Guerra Mundial acabou por favorecer o nível de produção industrial brasileira, mas prejudicou a importação de bens de capital que fora particularmente significativa na década anterior. Como resultado da queda das importações de produtos industrializados estrangeiros e do conseqüente aumento dos seus preços, o setor industrial ampliou a produção para manter o suprimento do mercado interno e de mercados externos que se revelaram temporários. O censo de 1920 mostraria mais de 13.000 estabelecimentos industriais, que empregavam cerca de 275.000 trabalhadores. A indústria têxtil era o destino de 40% do capital investido no setor industrial, e as indústrias alimentícia, e de vestuário, sabonete e velas recebiam outros 45%²³⁵.

No entanto, durante o conflito mundial, houve uma forte elevação dos preços resultante de, primeiro, uma alta emissão de moeda e, segundo, do aumento das exportações de alimentos para os aliados. De fato, o Brasil declarou guerra à Alemanha e seus aliados após quatro navios brasileiros terem sido afundados por submarinos alemães. A Marinha brasileira participou no policiamento do Atlântico e colaborou no fornecimento de alimentos e matérias-primas aos aliados.

²³⁴ Fritsch, *in* Abreu, 1989, pp. 41-42.

²³⁵ Dean, *in* Bethell, 1989, p. 250.

Na ausência de financiamentos externos para auxiliar a indústria cafeeira, “em 1917-1918 (...), a valorização do café foi levada a cabo com recursos domésticos, deixando então de ser acompanhada de esforços de estabilização cambial”. Assim, no Brasil, “durante a Primeira Guerra Mundial, contrariamente à experiência de outros países primário-exportadores, a taxa de câmbio depreciou-se 25%, em virtude da forte redução das entradas de capital no Brasil, só em parte contrabalançada por uma pequena melhora da balança comercial: de uma média anual de £ 13,1 milhões em 1909-1913 para uma média de £ 15,3 milhões em 1914-1918”²³⁶. A inflação entre 1915 e 1918 foi da ordem de 44%, e não foi acompanhada pelos salários nominais, dando origem, em 1917, a manifestações operárias²³⁷. Entre 1914 e 1919, o nível de atividade cresceu a uma taxa real de 2,5%, de acordo com o índice de Haddad²³⁸.

Os objetivos e instrumentos da política econômica brasileira na década de 1920 permaneceram os mesmos que prevaleceram antes de 1914. Devido à grande influência da oligarquia cafeeira, a política econômica tinha como objetivo manter estáveis e elevados os preços do café. “A desvalorização do mil-réis tendia a fazer crescer a renda dos cafeicultores em moeda nacional, mesmo que se leve em conta seu possível efeito de reduzir as receitas de exportação em moeda estrangeira no curto prazo, dadas a posição dominante do Brasil no mercado internacional de café e a baixa elasticidade-preço da demanda pelo produto”. No entanto, a desvalorização cambial não constituía uma solução permanente para a sustentação da renda dos cafeicultores, dado que “pressionava as finanças públicas (ao elevar os custos em moeda nacional das divisas necessárias ao serviço da dívida pública externa) e o custo de vida dos assalariados urbanos (por tornar mais caras as importações)”²³⁹.

A conjunção das políticas de valorização do café e estabilização cambial atingia os objetivos de preços elevados e estáveis, sem as conseqüências negativas da desvalorização. “A valorização do café deu-se pela limitação da oferta, com formação de estoques, de modo a manter elevadas as cotações internacionais do produto, o que, dada a baixa elasticidade-preço de sua demanda, era um meio eficaz de maximizar as receitas de

²³⁶ Abreu, 1999, p. 48.

²³⁷ Silva, 2000, p. 228.

²³⁸ IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1977, p. 94.

²³⁹ Abreu, 1999, p. 45.

exportação. A estabilização do câmbio, por outro lado, evitou que, em virtude desse aumento de receitas cambiais, ocorresse uma apreciação do mil-réis que terminasse reduzindo a renda dos cafeicultores em moeda nacional. O sucesso dessa combinação de políticas dependia, é lógico, de se limitar eficazmente a expansão da capacidade de produção²⁴⁰, como se tentara a partir do Acordo de Taubaté e novamente nos anos 1920.

Embora a situação econômica estivesse relativamente próspera por causa do crescimento econômico e dos negócios devido à guerra, o governo de Epitácio Pessoa procurou restringir o protecionismo alfandegário e os subsídios à lavoura cafeeira. O resultado foi o embate entre a burguesia industrial e os poderosos grupos ligados às exportações de café. A partir de 1920, o valor das exportações começou a cair, gerando altos déficits orçamentários e pânico no meio cafeeiro como resultado da tendência de queda do preço do café.

Assim, “após 1921, a valorização tornou-se uma política permanente, sendo sua administração transferida, em meados da década de vinte, do governo federal para o Estado de São Paulo. Entre 1920 e 1923, a taxa de câmbio depreciou-se muito intensamente (cerca de 170%, definida em mil-réis por libra), em parte porque a expansão das importações do pós-guerra prosseguiu mesmo depois que a recessão de 1920 reduziu as exportações e os preços do café, e em parte graças à política monetária, tendo dobrado, no período, a oferta de moeda. Uma política monetária muito mais contida após 1924 e maiores receitas de exportação – estas proporcionadas pelos preços mais altos obtidos coma valorização do café – possibilitaram uma apreciação da taxa de câmbio, que seria fixada no final de 1926, com a instituição da Caixa de Estabilização, um órgão muito similar à Caixa de Conversão do pré-guerra²⁴¹.

Para complicar a situação, na primeira metade dos anos 1920, revoltas militares acarretaram despesas imprevistas e a interrupção das transações bancárias, contribuindo para o aumento das emissões e maiores pressões inflacionárias. Como resultado geral, a economia passou por uma recessão, com queda do crescimento e do investimento industrial em 1924-1925.

²⁴⁰ Abreu, 1999, p. 48.

²⁴¹ *Idem*, pp. 50-51.

A solução encontrada pelo Presidente Washington Luís em 1926 foi uma reforma monetária e cambial que retomava certa modalidade de padrão-ouro, abandonado desde os primeiros anos da Guerra, e a criação da Caixa de Estabilização, feita nos moldes da Caixa de Conversão, como mencionado acima. Ao mesmo tempo, a situação externa melhorou, em decorrência da valorização dos preços do café e do aumento dos investimentos e financiamentos externos, e a política de câmbio estável favoreceu cafeicultores e industriais. Num primeiro momento, a política financeira manteve o equilíbrio orçamentário e permitiu um certo crescimento até 1929.

Entre 1919 e 1929, o nível real de atividade mostrou uma taxa anual de crescimento de 6%. Estimativas de Villela e Suzigan e de Fishlow para o período 1921 a 1929 indicam taxas anuais de crescimento de, respectivamente, 3,9% e 3,8%. Verifica-se em todos os índices uma recessão, ou estagnação, em 1924-1925 e uma ligeira queda do produto de 1928 para 1929²⁴².

Quanto ao comércio internacional, as políticas de estabilização resultaram, após 1925, em um surto de importações e em uma abundância de financiamento internacional, permitindo a manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos. No final da década de 1920, 90% da pauta de exportações ainda era composta por produtos primários: café (cerca de 70%, em média, na década), açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, borracha e couros. “Excluindo-se do cômputo das exportações totais as exportações de borracha, tendo em vista seu rápido colapso após 1913 (...), a valorização não foi suficiente para fazer com que crescesse a participação do café nas exportações”²⁴³. No que diz respeito às importações, a pauta era composta por 24% de bens duráveis (cerca de 60% de bens de capital), 10% de bens não-duráveis, 12% de combustíveis e lubrificantes e 54% de matérias primas. A maior mudança com relação aos anos pré-guerra foi a perda da importância dos bens de consumo não-duráveis, resultado da expansão da produção doméstica. “O período compreendido entre a Primeira Guerra Mundial e a depressão marcou uma mudança decisiva na importância relativa dos Estados Unidos e do Reino Unido no mercado brasileiro. Nos primeiros anos do século, as exportações britânicas para o Brasil já haviam enfrentado severa concorrência da parte da Alemanha. As condições impostas pela guerra permitiram a

²⁴² IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1987, p. 94.

²⁴³ Abreu, 1999, pp. 52-53.

rápida expansão (de cerca de 15% antes da guerra para 30% no final da década de vinte) da participação norte-americana no mercado brasileiro, a expensas de fornecedores europeus. Enquanto a Alemanha foi capaz de recuperar sua posição anterior durante os anos vinte (uma participação de cerca de 12%), a contração das exportações britânicas seria permanente, tendo sua participação nas importações brasileiras declinado de 28% no pré-guerra para 20% em 1926-1930. A participação da França no mercado brasileiro caiu mais ainda, em termos relativos²⁴⁴. No final da década de vinte houve dificuldade em colocar a safra recorde de 1927-1928, mas um financiamento externo adicional e a pequena safra do ano seguinte mantiveram o sucesso da valorização do café, que à altura “parecia ser a política ideal para garantir que prosseguisse essa prosperidade”²⁴⁵.

No entanto, a partir de 1929, em decorrência da Grande Depressão, os preços das exportações caíram (sem aumento da quantidade exportada) e interrompeu-se a entrada de capital estrangeiro, causando uma forte deterioração do câmbio e a queda das reservas. Para um país agro-exportador como o Brasil, os efeitos foram brutais. As vendas do café caíram (as exportações foram reduzidas à metade), assim como as de algodão, açúcar, borracha e cacau, e os preços desabaram nos mercados internacionais (o preço da saca de café passou de 4,7 libras em 1929 para 1,8 libra em 1932-1934). Conseqüentemente, a capacidade de importação de produtos industrializados foi severamente atingida pela queda da receita cambial. O balanço de pagamento encontrava-se numa situação crítica. O padrão-ouro foi novamente abandonado. O Brasil foi obrigado a suspender os pagamentos relacionados à dívida externa, que foi objeto de diversas renegociações e de um *funding loan* parcial em 1931, resultado de uma decisão unilateral das autoridades brasileiras²⁴⁶.

Uma nova política de valorização do café foi posta em prática, e na década de 30 foram compradas e destruídas cerca de 80 milhões de sacas, evitando assim uma queda acentuada do nível do setor cafeeiro. A intervenção estatal ampliou-se com a criação de alguns institutos, como o Instituto do Cacau da Bahia e o Instituto do Açúcar e do Alcool²⁴⁷.

²⁴⁴ Abreu, 1999, p. 53.

²⁴⁵ *Idem*, p. 56.

²⁴⁶ Abreu, *in* Abreu, 1989, pp. 74-76.

²⁴⁷ Silva, 2000, pp. 250-251.

Na década de 1930, Vargas direcionou sua política para a industrialização. A produção nacional, que havia caído 9% entre 1928 e 1930, permaneceu estagnada em 1931-1932 e cresceu a uma média de 10% ao ano entre 1932 e 1939. Observou-se também o aumento do número de estabelecimentos fabris. O crescimento industrial deveu-se principalmente à desvalorização cambial e ao esgotamento das reservas monetárias, que reduziram as importações e permitiram o aumento da procura por bens industrializados nacionais, à capacidade ociosa da indústria, a investimentos privados e investimentos estatais, a uma política protecionista e nacionalista e, por fim, à disponibilidade de mão-de-obra. No entanto, a industrialização manteve-se voltada para a produção de bens de consumo para atender o mercado interno, isto é, para a substituição de importações (a participação das importações na oferta total caiu de 45% em 1928 para 25% em 1931, e para 20% em 1939)²⁴⁸.

Vargas buscou também explorar as riquezas minerais a fim de solucionar os problemas relacionados à extração de minérios e à siderurgia. O primeiro poço de petróleo foi aberto em 1939, e em 1941 foi iniciada a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, com investimentos americanos e nacionais, e em 1942 foi criada a Companhia do Vale do Rio Doce. No entanto, o Brasil não tinha autonomia tecnológica, o que o forçava a importar tecnologia americana, acentuando pouco a pouco a dependência em relação aos Estados Unidos e ao dólar.

Com relação ao comércio exterior, através de um acordo comercial com os EUA (1935), no qual o Brasil concedia reduções tarifárias para produtos americanos (especificamente bens duráveis de consumo), os EUA mantiveram as principais exportações brasileiras livres de tributos (o que não causou muito impacto sobre a indústria nacional) e assinaram o Acordo Interamericano do Café, garantindo a compra de parte da produção. O Brasil também aproximou-se da Alemanha através do comércio de compensação: houve um aumento das exportações de café e algodão e o deslocamento de importações tradicionalmente britânicas tais como carvão, material elétrico, entre outros, para a Alemanha. As estatísticas brasileiras, ao computarem faturas em reichsmark, e não em marcos de compensação, superestimam a participação alemã nas exportações brasileiras no final dos anos 1930. Na verdade, a participação alemã elevou-se de cerca de 11,6% em

²⁴⁸ Abreu, *in* Abreu, 1989, p. 82; Silva, 2000, pp. 251-252.

1933-1934 para 17,7% em 1938-1939, contra 18,5% e 10,3% do Reino Unido, respectivamente, mas a participação americana manteve-se em torno de 23% e 25%, alcançando 34,8% em 1939. O café, com uma queda de participação de 71% do total, em 1928, para 45%, em 1938, continuou sendo o principal produto de exportação, mas houve um forte aumento da participação de algodão, de 4% para 18% no mesmo período²⁴⁹. Em 1934, através do Esquema Aranha, o Brasil fechou com os países credores um acordo para retomar o pagamento do serviço dos empréstimos externos, que envolveu ganhos para o Brasil através da redução de juros contratuais e do adiamento do pagamento de amortizações. No final de 1937, logo após o golpe de Estado, foi decidido suspender o pagamento do serviço da dívida, com o pretexto de que não seria possível mantê-lo e “pagar as importações necessárias ao reequipamento do sistema de transportes e das forças armadas”²⁵⁰.

Entre 1929 e 1939, o índice real de atividade, calculado por Haddad, após uma queda inicial entre 1929 e 1932, superou os níveis de 1928-1929 em 1933, crescendo a uma taxa anual de 6,3% entre 1933 e 1939. Fishlow e Villela e Suzigan estimam uma taxa de 5,7% para o mesmo período²⁵¹.

A Segunda Guerra Mundial trouxe a diminuição das exportações brasileiras para a Europa e, embora as exportações para os Estados Unidos aumentassem e as importações tivessem caído, o impacto no balanço de pagamentos foi negativo. Em 1941 a situação reverteu-se, com a recuperação e ampliação das exportações destinadas a suprir as economias em guerra e com a estagnação das importações, expandindo os saldos da balança comercial. O ano de 1942 representou um ponto de inflexão na economia brasileira: com um crescimento industrial acelerado, o país passa a acumular reservas cambiais (reduzidas desde os anos 20), aumenta a entrada de capital americano e são postas em prática políticas expansionistas fiscal, monetária e de crédito, resultando em uma inflação que se acelerou a partir de 1941, mantendo-se aproximadamente entre 15 e 20% ao ano. As pressões inflacionárias foram estimuladas pelos saldos positivos na balança comercial associado às restrições ao acesso a importações.

²⁴⁹ Abreu, 1999, pp. 190-193.

²⁵⁰ Abreu, *in* Abreu, 1989, pp. 84, 99.

²⁵¹ IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1987, p. 94.

Entre 1936 e 1942, o PIB *per capita* não mostrou progresso, situação agravada por más colheitas em 1939 e 1940. Mas a partir de 1943, o PIB passou a crescer a taxas elevadas, com grande aumento *per capita* de quase 14% entre 1943 e 1945. Por outro lado, com relação à dívida pública externa, em 1940 houve um acordo para a retomada de pagamentos correspondendo a cerca de metade dos fixados no acordo de 1934. “Em 1943, foi negociado um acordo definitivo no qual se fixou uma escala de pagamentos mais compatível com as possibilidades de pagamento do país (...). Estima-se que os ganhos brasileiros (...) [tenham] sido da ordem de 110 milhões de libras, reduzindo à metade a dívida total de 220 milhões”²⁵².

O cenário econômico internacional no período pós-guerra (1946-1951) foi marcado pela assinatura do tratado de Bretton Woods, que previa a implementação de mudanças substanciais na organização da economia mundial. Destacavam-se propostas visando o restabelecimento do padrão ouro-divisas nos mercados cambiais, constituindo o dólar a moeda internacional de reserva, a transição para a livre conversibilidade das moedas e a criação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) com o propósito de reduzir as barreiras ao livre comércio entre os países. O FMI – Fundo Monetário Internacional, criado com o objetivo de zelar pelos acordos de Bretton Woods e efetuar empréstimos aos países com dificuldades no balanço de pagamentos e o BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial) também datam dessa época. Os acordos internacionais do período apresentavam, portanto, um caráter eminentemente liberal.

O governo de 1946-1951 adotou primeiramente uma política de liberalismo econômico, liberando o câmbio e abrindo o país às importações de bens manufaturados. O resultado foi desastroso, e as reservas internacionais acumuladas no período anterior foram em boa parte consumidas na importação de bens tais como automóveis e geladeiras. Em 1947 foi introduzido o controle cambial, que permitiu nova intensificação do processo industrial e que o governo selecionasse os produtos a serem importados e facilitasse a importação de máquinas, combustíveis e equipamentos necessários para o crescimento industrial²⁵³.

²⁵² Abreu, *in* Abreu, 1989, pp. 100-101.

²⁵³ Silva, 2000, pp. 267-268.

O controle seletivo das importações permitiu a intensificação do processo de industrialização do país: foi reduzida a importação de bens de consumo manufaturados em benefício do aumento da importação de bens de capital e de matérias-primas. O setor foi então beneficiado por uma redução da concorrência externa e por preços relativamente mais baixos de matérias-primas e equipamentos. As importações de equipamentos aumentaram 338% entre 1945 e 1951, enquanto o total das importações aumentou apenas 83%, e as importações de manufaturas de consumo decaíram de 13% em 1947 para 7% em 1950²⁵⁴.

No segundo governo Vargas, manteve-se a dependência do país em relação ao capital estrangeiro, especialmente norte-americano, que parecia necessário para o desenvolvimento do Brasil. Em 1951 foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, cuja finalidade era criar condições para que os obstáculos aos fluxos de investimentos, tanto privados quanto públicos, tanto nacionais quanto estrangeiros, fossem eliminados. Com base em empréstimos do *Eximbank* (dos Estados Unidos) e do Banco Mundial, o governo iniciou um programa de investimentos em infraestrutura e em indústrias de base. Em 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) com o objetivo de suprimir as deficiências que impediam o desenvolvimento da economia brasileira, através de financiamentos de longo prazo.

Em 1953, a Lei do Mercado Livre (Lei 1807) tinha como objetivo aumentar as exportações sem prejudicar a receita proveniente do café e do cacau e reduzir a propensão a importar. O objetivo não foi alcançado. Pelo contrário, as exportações tiveram seu valor reduzido em 11% no primeiro semestre de 1953. A instrução 70 da SUMOC, reforma também implementada em 1953, restabeleceu o monopólio cambial do Banco do Brasil e substituiu o controle quantitativo das importações pelo sistema de leilões de câmbio. Com relação às exportações, as taxas foram substituídas por bonificações distintas para o café e para as demais exportações. Os primeiros resultados da instrução 70 foram positivos, houve superávit entre as exportações (FOB) e importações (CIF) e o governo aumentou significativamente suas receitas com a cobrança de ágio sobre as importações. O café

²⁵⁴ Furtado, 2003, pp. 225-228.

continuava representando 60,5% das exportações totais entre 1949 e 1951, mantendo participação similar nos anos seguintes²⁵⁵.

O fim do governo foi marcado por uma crise, desencadeada por um déficit público resultante dos gastos do governo na seca do Nordeste, pelo aumento das despesas nas obras públicas, assim como pelas respostas negativas no que diz respeito aos pedidos de empréstimos ao Banco Mundial e pelas as tensões populares resultantes do elevado custo de vida, consequência das emissões geradas, entre outras razões, para atender ao crédito à indústria, e pelo aumento de 100% do salário mínimo no início de 1954. Ademais, o boicote norte-americano ao café brasileiro, motivado por uma política deliberada do governo brasileiro de valorização do preço do café no mercado internacional, diminuiu a entrada de dólares no país e agravou o problema econômico²⁵⁶. Entre 1945 e 1955, a média da taxa de inflação anual medida pelo índice de custo de vida do Rio de Janeiro foi da ordem de 14,7%. O PIB total cresceu à taxa de 7,1%, e o PIB *per capita* a cerca de 4,9% ao ano²⁵⁷.

Entre os anos de 1956 e 1961, sob o Presidente Kubitschek, o país assistiu a uma acelerada expansão industrial. O Plano de Metas consistia em metas agrupadas em cinco setores: transporte, indústria, energia, educação e alimentação, cujos grupos de execução pretendiam obter recursos privados para as indústrias básicas. O Estado também foi responsável por investimentos nos setores básicos e de infra-estrutura, apoiando-se no capital proveniente de emissões e empréstimos externos. O crescimento industrial foi marcado pela mudança de ênfases nas indústrias produtoras de bens de consumo para outras indústrias de substituição de importações (principalmente as de produção de bens de capital e de serviços industriais de utilidade pública – siderurgia, petroquímica, hidrelétrica, entre outras) e de bens duráveis de consumo (eletrodomésticos, automóveis e outros). Segundo a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), a produção da indústria de materiais de transporte aumentou 700% entre 1956 e 1961, a da indústria de máquina e ferramentas aumentou 125%, a da indústria química aumentou 106% e a da metalúrgica aumentou 75%. A política de industrialização e o grande afluxo de investimentos estrangeiros (estimulados pela instrução 113 da SUMOC, que permitia a importação de

²⁵⁵ Maddison, 2001, p. 72.

²⁵⁶ Vianna, *in* Abreu, 1989, pp. 124-141.

²⁵⁷ Gordon, 2002, p. 46.

equipamentos sem cobertura cambial) destinados tanto para o setor manufatureiro quanto para os de bens de produção e infra-estrutura resultaram em certo descaso das áreas rurais, ocorrendo aumento do desemprego e problemas de habitação, transporte e saneamento das cidades²⁵⁸. O crescimento acelerado entre 1956 e 1961, à taxa média anual de 8,2% (cerca de 5,2% *per capita*), resultou num acirramento das pressões inflacionárias e do desequilíbrio do balanço de pagamentos. A taxa de inflação aumentou de 21,1% em 1956 para 33,2% em 1961, mantendo uma média de 25,6% no período. Jânio Quadros tentou uma política de estabilização com maior liberdade cambial e reformas administrativas, mas sua renúncia levou a uma crise institucional e novamente ao agravamento da inflação, que alcançou 49,6% em 1962. A posse de João Goulart e a adoção do Parlamentarismo resultaram numa política econômica hesitante, com uma sucessão de ministros da Fazenda.

O ano de 1963 foi um ano recessivo, resultado de cortes nos gastos públicos, limites à expansão do crédito privado, desvalorização cambial de cerca de 30% e aumento do depósito compulsório: o crescimento do PIB caiu para cerca de 0,6%, com queda do PIB *per capita* de 2,4%, o pior desempenho desde a Segunda Guerra Mundial, e a inflação atingiu níveis próximos de 100%²⁵⁹. Em 1964, Goulart foi deposto por um movimento militar.

A partir de meados de 1964, as dificuldades econômicas herdadas do governo anterior, um alto índice inflacionário e um déficit na balança de pagamentos com uma dívida externa de cerca de 3,8 bilhões de dólares forçaram uma série de medidas anti-inflacionárias, reformas cambiais, monetárias, fiscais e institucionais (como a criação do Banco Central). Num primeiro tempo, o resultado foi positivo: a inflação reduziu-se gradualmente de 91,7% em 1964 para 65,7% em 1965, 41,3% em 1966 e 30,4% em 1967, e o balanço de pagamentos beneficiou-se da recuperação das exportações e da renegociação da dívida externa²⁶⁰. O PIB mostrou oscilações, crescendo 3,2% em 1964, 2,9% em 1965, 6,7% em 1966 e 4,2% em 1967, ocorrendo pequena queda *per capita* novamente em 1965, e com crescimento médio anual do PIB *per capita* de 1964 a 1967 da ordem de 1,2%²⁶¹.

²⁵⁸ Neto, *in* Abreu, 1989, p. 154; Silva, 2000, pp. 277-281.

²⁵⁹ Abreu, *in* Abreu, 1989, p. 208; Resende, *in* Abreu, 1989, p. 213.

²⁶⁰ Resende, *in* Abreu, 1989, p. 213.

²⁶¹ Abreu e Verner, 1997, p. 27.

No final da década de 1960, a inflação continuava identificada como um problema básico da economia brasileira, mas a partir de 1968, o estímulo à retomada do crescimento econômico foi uma prioridade do governo militar. As diretrizes da política econômica eram, basicamente, o crescimento econômico e a contenção da inflação, através do estímulo à demanda e maior ênfase no controle direto de preços através do CIP (Comissão Interministerial de Preços): políticas fiscais, monetárias e de crédito mais flexíveis, políticas de incentivo às exportações e à entrada de investimentos diretos estrangeiros, além de incentivos e subsídios para promover regiões e setores. O PIB cresceu à taxa média anual de cerca de 11% entre 1968 e 1973: a indústria cresceu cerca de 14%, a agricultura cerca de 4,5% e o setor terciário a uma taxa de cerca de 11%. A agricultura contava com créditos a taxas subsidiadas e passava por um acelerado processo de mecanização. A indústria beneficiou-se inicialmente de capacidade ociosa existente para o crescimento, aumento de investimentos públicos e privados, assim como aquecimento da demanda interna, inclusive através da extensão do crédito ao consumidor, o que permitiu o aumento da produção de bens de consumo. Entre 1968 e 1973, a indústria de transformação cresceu cerca de 13% ao ano (com um máximo de cerca de 16,6% em 1973) e a indústria de construção cerca de 15% ao ano no mesmo período. Ao mesmo tempo, os investimentos do governo no setor de infra-estrutura contribuíram para a consolidação do setor de bens de capital (os investimentos estatais cresceram cerca de 20% ao ano entre 1967 e 1973).

No que diz respeito ao setor externo, as medidas econômicas (políticas cambial e de incentivo às exportações) levaram a importantes mudanças. Entre 1967 e 1973, observou-se o aumento das exportações e a diversificação da pauta com o crescimento dos bens manufaturados, assim como o aumento da importação de bens de capital e matérias primas industriais (7% a 9% ao ano), e uma maior variedade de parceiros comerciais, resultados dos incentivos tributários e de crédito que barateavam os produtos brasileiros nos mercados internacionais. Neste período, as exportações (FOB) cresceram cerca de 24,5% ao ano. Houve, também, uma política para atrair investimentos diretos estrangeiros com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva. A balança comercial apresentou saldos positivos entre 1967 e 1970 e negativos em 1971 e 1972, voltando ao equilíbrio em 1973. Nota-se o surgimento da soja como produto de crescente importância na pauta de exportações, e o declínio do café tanto no setor agrícola como no total das exportações.

Os investimentos estrangeiros, que aumentaram de aproximadamente 54 milhões de dólares entre 64 e 66 para em média cerca de 267 milhões de dólares entre 1967 e 1973, foram direcionados principalmente para o setor industrial: 77% dos investimentos foram aplicados na indústria de transformação, 4,2% no setor de serviços, e o restante no setor mineral, em bancos e companhias de investimento e na agropecuária²⁶².

No início dos anos 1970, a economia mundial vinha apresentando altas taxas de crescimento (cerca de 7% ao ano) resultantes de pressões de uma demanda superaquecida desde o aumento dos gastos norte-americanos com a Guerra do Vietnã. Havia grande disponibilidade de divisas para empréstimos, principalmente devido ao aumento dos mecanismos financeiros e à formação do *Euromarket*, o que possibilitou o aprofundamento dos fluxos comerciais. As economias emergentes, mais integradas no comércio internacional, apresentavam taxas de crescimento elevadas tanto do produto, quanto da indústria. O Brasil crescia a taxas duas vezes maiores do que a sua média histórica.

Com a crise internacional, resultante da primeira crise do petróleo, a economia brasileira sofreu uma forte desaceleração em 1974. O choque do petróleo levou a uma desvalorização relativa das exportações brasileiras frente às importações, ou seja, era preciso exportar mais para importar a mesma quantidade de produtos, especialmente petróleo. A alternativa escolhida pelo governo consistiu no ajuste gradual dos preços relativos, utilizando a abundância de recursos externos para financiar os déficits. Com isso, a escolha de não optar pela recessão significava incorrer em taxas de inflação mais elevadas, mantendo-se uma taxa de crescimento do PIB satisfatória, que foi de 6,7% ao ano, com um crescimento anual *per capita* de 4,2%²⁶³.

Enquanto isso, a dívida externa crescia cada vez mais, passando de cerca de 4,4 bilhões de dólares em 1969 para aproximadamente 17 bilhões em 1974. Entre 1974 e 1979 a dívida externa aumentou em 20 bilhões de dólares. “No início do Governo Geisel, o país pagava anualmente US\$ 500 milhões de juros e em 1978 a conta de juros líquido subira para US\$ 2,7 bilhões que a alta das taxas de juros internacionais elevaria para US\$ 4,2 bilhões no primeiro ano do Governo Figueiredo”²⁶⁴.

²⁶² Lago, *in* Abreu, 1989, pp. 233-262, 272-283.

²⁶³ Abreu e Verner, 1997, p. 27.

²⁶⁴ Carneiro, *in* Abreu, 1989, p. 310.

Em vez de basear-se numa política cambial, o governo preferiu adotar uma política comercial para conter as importações. Através da substituição de importações de bens de capital e insumos básicos para a indústria, incentivados por subsídios, créditos de IPI (imposto sobre o produto industrializado) e política de preços, as importações como proporção do PIB passaram de 12% em 1974 para 7,25% em 1978 e a participação das importações de bens de capital no total das despesas com máquinas e equipamentos passou de 25,6% em 1972 para 9% em 1982. Ao mesmo tempo, o governo manteve uma política de promoção de exportações, que pesava sobre as contas públicas.

No final do período, como o governo optou por intervir diretamente na economia através de incentivos fiscais e de crédito, houve uma deterioração das contas do governo, sem a contrapartida do aumento da arrecadação. Paralelamente, a dívida externa foi sendo estatizada e a participação de 45% do setor privado em 1974 passou para cerca de 22% em 1980, resultando num agravamento das pressões sobre o financiamento do setor público.

A duplicação dos preços do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais no início dos anos 1980, assim como a escassez de financiamento externo, tornaram mais difícil cobrir o déficit da balança de pagamentos e, junto com a inflação, esses fatores acabaram por culminar na recessão brasileira de 1981²⁶⁵.

De fato, o ano de 1980 representou um ponto de inflexão no crescimento econômico do país, abrindo uma nova fase de estagnação e de diminuição do PIB *per capita*, que só chegaria ao fim em 1994 que seguiu-se a um período de desempenho excepcional, iniciado na virada do século²⁶⁶. Em 1980, diante da aceleração da inflação e do agravamento da situação do balanço de pagamentos, houve uma tentativa malsucedida de pré-fixação de correção monetária e de correção cambial, bem como a adoção de controles quantitativos de crédito.

Em 1981, a economia entrou em profunda recessão, que se prolongou até 1983, agravada pela crise da dívida externa do México, que afetou todos os países com endividamento elevado, como o Brasil. Entre 1981 e 1983, o PIB *per capita* caiu 12%, uma recessão mais pronunciada que a da crise de 1929 (resultado do que um autor chamou de “ortodoxia feita em casa”)²⁶⁷.

²⁶⁵ Carneiro, *in* Abreu, 1989, pp. 295-314; Carneiro e Modiano, *in* Abreu, 1989, pp. 323-324.

²⁶⁶ Abreu e Verner, 1997, p. 22.

²⁶⁷ Carneiro, *in* Lamounier, Carneiro e Abreu, 1994, pp. 225-227.

No entanto, a partir de 1984, as contas externas começaram a melhorar, refletindo com defasagem os esforços de substituição de importações da segunda metade dos anos 1970, notadamente na área de produção do petróleo, cujo preço internacional também recuou. O saldo da balança comercial alcançou US\$ 13,1 bilhões e US\$ 12,5 bilhões em 1984 e 1985, respectivamente, e, no ano da volta do Brasil à democracia, o PIB cresceu 7,8%, enquanto a taxa de inflação alcançou um nível recorde de 227% (IPC-RJ). Entre 1980 e 1985, como reflexo do ajuste externo, as importações se reduziram em 40%²⁶⁸.

Em 1984, o coeficiente de importação se reduzira para 6,3% do PIB e o coeficiente de exportação aumentara para 12,3% do PIB, reflexo da maturação de projetos de ajuste estrutural de longo prazo²⁶⁹. Por outro lado, entre 1983 e o início de 1985, o Brasil procurou adaptar-se às recomendações do FMI, “com a dificuldade que pode ser ilustrada pelas sete cartas de intenções apresentadas” ao órgão. A política econômica ficou condicionada às metas internas e externas de desempenho e o governo tentou adaptar a legislação ao cumprimento das mesmas. Apesar de cumprir as metas externas, em 1985 o Brasil não obteve a aprovação do FMI para o novo programa de estabilização proposto na sétima carta de intenções, devido ao não cumprimento das metas relativas ao déficit do governo. O enfrentamento do problema da estabilização ficaria adiado, deixando-o o último Presidente militar para o novo governo civil²⁷⁰.

Entre 1913 e 1950, o Brasil teve a muito satisfatória taxa de crescimento do PIB *per capita* de 1,9% (superior à dos Estados Unidos, de 1,6%), e reduziu o seu atraso relativo com relação a diversos países desenvolvidos. Entre 1950 e 1980, o PIB total cresceu à taxa anual de 7,4%, e o PIB *per capita* a 4,4% ao ano. Em 1980, o PIB *per capita* brasileiro, baseado em paridade do poder de compra, alcançou 28% do nível americano²⁷¹, contra 16% em 1913²⁷².

De 1981 a 1985, o PIB *per capita* recuou cerca de 4,3% em termos reais, diante das fortes quedas de 6,3% e 5% em 1981 e 1983, respectivamente²⁷³. Interrompia-se, assim, um

²⁶⁸ Anexo Estatístico, *in* Abreu, 1989, p. 408.

²⁶⁹ Carneiro e Modiano, *in* Abreu, 1989, p. 341.

²⁷⁰ Carneiro, *in* Lamounier, Carneiro e Abreu, 1994, pp. 233-234.

²⁷¹ Maddison, 2001, pp. 279, 284.

²⁷² Maddison, 1995, pp. 208, 214.

²⁷³ Banco Central do Brasil, Relatório Anual, 2003, p. 18.

longo período de crescimento a taxas elevadas, e o Brasil entraria, nos últimos quinze anos do século XX, num período de crescimento lento e marcado por avanços e recuos do PIB.

3.3 – DOIS CRESCIMENTOS COMPARADOS E OS MOVIMENTOS COMERCIAIS, DE MÃO-DE-OBRA E DE CAPITAL ENTRE PORTUGAL E BRASIL, 1914 A 1985

A Primeira Guerra Mundial teve efeitos diferenciados sobre as economias do Brasil e de Portugal. No Brasil, apesar das dificuldades iniciais do balanço de pagamentos, que resultaram no *funding loan* de 1914, observou-se uma taxa de crescimento positiva do produto real, em torno de 2,5%, entre 1914 e 1918, com crescimento *per capita* da ordem de 0,4%. Em contraste, em Portugal, a guerra ocasionou uma recessão, havendo uma “quebra (...) de cerca de 12% entre 1913 e 1918 [do PIB *per capita*]”²⁷⁴. Ambos os países, no início do conflito, tiveram uma posição de neutralidade. Mais tarde, o ônus da entrada na guerra de ambos foi maior em Portugal, que mandaria 75 mil homens para combater ao lado das forças britânicas. O esforço de guerra resultou num grande déficit público, financiado pela acumulação de dívida pública e emissão de moeda, resultando em elevadas taxas de inflação²⁷⁵.

No Brasil, a capacidade industrial instalada antes da Guerra permitiu um forte aumento do volume de produção, tanto para atender o consumo interno, como, temporariamente, mercados externos. Mas, tanto no Brasil como em Portugal houve escassez de diversos produtos, e a indústria brasileira teve que reduzir substancialmente a importação de insumos e de bens de capital. No Brasil, a taxa de câmbio depreciou-se cerca de 25%, como resultado da falta de entrada de capitais não compensada pela pequena melhoria do saldo comercial²⁷⁶.

Após uma inflação nula em 1914, o índice de preços ao consumidor do Rio de Janeiro aumentou 44% entre 1915 e 1918, e a taxa anual retornou a 3,4% em 1919²⁷⁷. Em Portugal, entre 1914 e 1918, a inflação foi da ordem de 193%, e a taxa de inflação de 1919 foi de

²⁷⁴ Mateus, 1998, p. 30.

²⁷⁵ *Idem*, pp. 30-31.

²⁷⁶ Abreu, 1999, p. 48.

²⁷⁷ Anexo Estatístico, *in* Abreu, 1989, p. 396.

14,3%, mostrando uma pressão da Guerra sobre os preços portugueses muito mais acentuada do que no Brasil. A taxa de câmbio passou de 5,24 escudos por libra, em 1913, para 7,90 escudos, em 1918, com desvalorização equivalente a cerca do dobro da observada no Brasil²⁷⁸.

No imediato pós-guerra e nos anos 1920, tanto Portugal como o Brasil enfrentaram problemas de estabilização com elevadas taxas de inflação, até 1925 no Brasil (com uma inflação acumulada de 76%, medida pelos preços ao consumidor no Rio de Janeiro entre 1919 e 1925), enquanto em Portugal verificou-se uma inflação explosiva, com os preços multiplicados por quase 7 entre 1919 e 1925. Em 1929, o índice de preços de Portugal mostrava um aumento de apenas 2,4% com relação a 1925, em função de um programa de estabilização bem sucedido, enquanto no Brasil os preços cresceram em 1926 e 1927 e recuaram em 1928 e 1929, uma taxa positiva de apenas 3,1% no período 1926-1929. Nos dois países, entre 1919 e 1929, as taxas de crescimento econômico foram positivas, mostrando oscilações.

Entre 1919 e 1929, no Brasil, a taxa média de crescimento do PIB total foi da ordem de 6% (com extremos de 0% e 11,5%), e a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* de cerca de 3,9% (mas esta com valores negativos em 1921, 1924, 1925 e 1929)²⁷⁹. Em Portugal, entre 1919 e 1929, o PIB real por habitante aumentou à taxa anual de 5,9% ao ano, mas o nível de 1929 era apenas 11,6% mais elevado que o de 1913²⁸⁰.

Em ambos os países, a taxa nominal de proteção, medida pelos direitos de importação sobre o valor das importações, diminuiu ao longo dos anos 1920. Em Portugal, essa taxa reduziu-se para menos de 5% entre 1919 e 1924, aumentando gradualmente até atingir 10% em 1928 e 15% em 1929. A baixa se deveu ao fato de os impostos de importação serem, em grande parte, direitos específicos, com valor fixo, e não taxas *ad valorem*. No Brasil, a tarifa aduaneira também era baseada em direitos específicos. Apesar de a proporção da tarifa computada em ouro ter aumentado em 1923, a razão entre os direitos de importação e o valor da importação oscilou entre 20% e 25% entre 1920 e 1929, contra 40% entre 1905 e 1913. Assim, sujeitas a um peso tributário menor, estima-se que as importações industriais

²⁷⁸ Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, pp. 270, 279.

²⁷⁹ Anexo Estatístico, *in* Abreu, 1989, p. 393.

²⁸⁰ Mata e Valério, 2003, p. 225.

totais como fração da oferta agregada de produtos industriais cresceram de 36% para 45% (a preços de 1939) entre 1921 e 1928 no Brasil²⁸¹.

A evolução geral das duas economias e da economia mundial, as crescentes restrições à imigração, notadamente nos Estados Unidos, e os esforços de estabilização nos países desenvolvidos inevitavelmente afetaram os fluxos comerciais e de pessoas entre Portugal e Brasil, entre 1914 e 1930.

De fato, a Primeira Guerra Mundial representou uma forte queda da imigração para o Brasil. As entradas totalizaram cerca de 148 mil, de 1915 a 1919, em comparação com 668 mil entre 1910 e 1914. A imigração para São Paulo entre 1915 e 1919 totalizou 83,7 mil, dos quais 25,3% eram portugueses²⁸². Considerando-se, no entanto, o período de 1914 a 1923, 39,9 % dos 504 mil imigrantes que entraram no Brasil eram portugueses, e, entre 1924 e 1933, 31,7% dos 737,2 mil imigrantes eram oriundos de Portugal. Em 1920, a população portuguesa do Rio de Janeiro alcançava 172 mil habitantes, ou seja, 14,9% do total. Na cidade de São Paulo havia 65 mil portugueses, correspondendo a 11,2% da população total²⁸³. No país como um todo, segundo o censo demográfico, existiam, em 1920, 1.566 mil estrangeiros, dos quais 28% eram portugueses. Em levantamentos das propriedades de árvores de café em São Paulo, de 1923 a 1932, verificou-se que, respectivamente, 69,5% e 60% pertenciam a brasileiros e apenas 3,7% e 4,6% pertenciam a portugueses, enquanto a participação de italianos era 18,3% e 22%²⁸⁴, reflexo do destino preferencial dos portugueses para áreas urbanas. De fato, o censo de 1920 relacionou os estabelecimentos industriais segundo as nacionalidades dos responsáveis pelos estabelecimentos (não pela origem dos capitais), revelando que portugueses respondiam por 9,7% dos estabelecimentos arrolados e, conseqüentemente, por 12,7% do capital empregado, por 15,2% da força motriz instalada e por 13,3% dos operários empregados nas 9.199 firmas individuais industriais listadas segundo a nacionalidade do responsável²⁸⁵.

Entre 1914 e 1920, as exportações do Brasil para Portugal representaram apenas 0,9% do total das exportações brasileiras, proporção que se manteve em 1% entre 1921 e 1930. A participação portuguesa nas importações brasileiras, que alcançara 3,8% entre 1914 e 1920,

²⁸¹ Cálculos de R. Bonelli, *in* Abreu, 1999, pp. 56-57.

²⁸² IBGE, 1940, p. 1307; IBGE, 1960, p. 12.

²⁸³ Hahner, 1986, p. 47.

²⁸⁴ Graham e Merrick, 1979, p. 113.

²⁸⁵ Mont'alegre, 1972, p. 373.

reduziu-se para 1,9% entre 1921 e 1930. Tanto nos anos 1920 quanto nos anos 1930 a contribuição de Portugal para o Brasil em termos de capital estrangeiro não teria qualquer importância. No entanto, para Portugal, entre 1910 e 1929, o Brasil não foi um mercado negligenciável já que absorveu, em média, 12% das exportações portuguesas²⁸⁶.

Tanto Portugal como o Brasil passaram pelo período da Grande Depressão com regimes autoritários ou de exceção (excluindo-se, no Brasil, o período 1934-1937), e em ambos a recessão foi menos severa do que nos países desenvolvidos. Para o Brasil, a Grande Depressão foi apenas uma recessão suave, se comparada com as crises dos anos 1890 e dos anos 1920. O PIB recuou cerca de 5% com relação ao nível de 1928, recuperando-se em 1932, e o PIB *per capita*, que havia recuado 8% até 1931, voltou, em 1933, a um nível superior ao de 1928. Juntamente com as políticas de sustentação da renda do café, as medidas de reestruturação das despesas em benefício da produção industrial doméstica, adotadas para remediar uma crise do balanço de pagamentos, favoreceram uma retomada rápida após 1932. Até 1936, o PIB cresceu a uma taxa anual de 8,2%, refletindo o desempenho excepcional do setor industrial: a produção do setor aumentou 13% ao ano, enquanto a agricultura cresceu 6,2% ao ano. Depois de 1936, o crescimento diminuiu, resultado dos choques comerciais e financeiros decorrentes da degradação do clima político e do início da Segunda Guerra, que se somaram ao impacto da recessão americana de 1937, e foram agravados por más safras em 1939-1942. Entre 1936 e 1942, o PIB aumentou paralelamente à população, enquanto a produção agrícola praticamente estagnou, crescendo pouco mais de 0,1% ao ano²⁸⁷.

Ao longo dos anos 1930, a diminuição da capacidade de importar, que levou à reestruturação da dívida externa em 1934, com reduções e postergamentos de pagamentos, foi um fator de proteção que tornava a influência das tarifas de importação sobre o comércio exterior, também aumentadas no período, menos relevantes do que em outros períodos. A partir de 1937, o estado seleciona claramente o destino das divisas estrangeiras disponíveis. Diminui, portanto, o grau de abertura, caindo a relação de importações sobre o PIB de 10,5% para 9% em 1939, e a relação do comércio exterior com o PIB de 23,6% para

²⁸⁶ Mateus, 1998, p. 26.

²⁸⁷ Abreu e Verner, 1997, p. 23.

20,8%. A participação do café nas exportações reduziu-se para 32% em 1940, quando a dos produtos manufaturados temporariamente alcançou 13,5%²⁸⁸.

A Grande Depressão teve efeitos moderados em Portugal, principalmente considerando-se o contexto europeu. O índice de preços por atacado, em 1931, alcançava 83% do nível de 1929. O PIB recuou de 8% até 1932, mas em 1939 já estava 14% acima do nível de 1929. No período de 1928 a 1937, as exportações cresceram, em média, cerca de 3,4% em volume e 6,3% em valor. A taxa de desemprego registrou 1,5% em 1930, com 60.000 desempregados, mas o seu número se reduziu para apenas 38.000 em 1937. O aspecto estrutural de um baixo grau de abertura ao exterior (que se reduz de 7% em 1928 para 5,6% em 1938) pode ter contribuído para um efeito moderado da depressão, mas diversos autores atribuem-no também a políticas macroeconômicas mais apropriadas adotadas em Portugal, evitando erros cometidos por outros governos. A dívida pública em relação ao PIB caiu de 50,5% em 1930 para 34,5% em 1939, com a geração de superávits orçamentários.

Em 1932, Salazar tornou-se Primeiro Ministro e deu início a uma “nova ordem econômica” designada por Estado Novo, um estado corporativo. A política aduaneira foi claramente protecionista, e em 1932 foi introduzida uma sobretaxa de importação de 20%. Em 1935, a razão dos direitos aduaneiros sobre o valor das importações alcançou 33,6%. Criou-se uma política social, visando o aumento da escolaridade. Uma Lei de Reconstituição Econômica de 1935 foi um primeiro esforço coordenado de favorecer o desenvolvimento da infraestrutura do país, e a taxa de investimento aumentou de 8,9% do PIB, em 1928, para 12,5% em 1939.

No final da década, a agricultura representava 33% do PIB, e a indústria 26% em Portugal, enquanto no Brasil, em 1940, tais proporções alcançavam, respectivamente, 25% e 20,8%, em ambos os países havendo algum progresso relativo da indústria com relação à agricultura²⁸⁹. Os dois países mostraram, portanto, alguma mudança estrutural e, em ambos, se observa um grau de dirigismo bem maior da economia a partir dos anos 1930, especialmente em Portugal.

²⁸⁸ Abreu e Verner, 1997, pp. 29, 69.

²⁸⁹ *Idem*, p. 28.

Com a crise de 1929, houve uma redução da imigração total para o Brasil, que se acentuou, com uma série de medidas restritivas à imigração adotadas a partir da Constituição de 1934. Entre 1934 e 1939, entraram 56,7 mil portugueses no Brasil, respondendo por 34,3% do total. No período 1914 a 1939 como um todo, a imigração portuguesa para o Brasil somou 491,6 mil pessoas, ou seja, 35% do total de 1.406 mil imigrantes, mostrando-se sempre a mais relevante em termos relativos²⁹⁰, com base nos dados do departamento Nacional de Imigração).

Quanto ao comércio exterior, entre 1931 e 1939, as exportações do Brasil representaram apenas 0,6% do total e as importações de Portugal apenas 0,7% do total correspondente, mantendo-se insignificante o aporte líquido de capitais portugueses ao longo dos anos 1930, a não ser os recursos trazidos por imigrantes²⁹¹.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal e Brasil mostraram novamente tendências algo divergentes. Após uma quase estagnação entre 1935 e 1947, com uma queda do PIB *per capita* da ordem de 3,9% em 1940 e de 5,7% em 1942, o Brasil retomou elevadas taxas de crescimento *per capita* em 1943 e 1944 (7,8% e 5,6%, respectivamente) com um ganho mais modesto em 1945 (0,5%), iniciando-se um período de crescimento do produto *per capita* ininterrupto até 1963. Em Portugal, o produto *per capita* cresceu de 1939 a 1941, recuou a partir de 1942 e situou-se, em 1945, em cerca de 9% abaixo do seu nível em 1939. Entre 1939 e 1945, a taxa anual de inflação do Brasil foi de 12,3%, contra 4,6% nos Estados Unidos, seu principal parceiro comercial, enquanto em Portugal, no mesmo período, os preços cresceram a uma taxa média anual de 8%²⁹².

O comércio exterior de Portugal, país neutro, beneficiou-se da possibilidade de abastecer alimentos e matérias primas aos beligerantes, e houve aumento de preço de exportação de conservas, têxteis, calçados e especialmente volfrâmio (cujo preço subiu cerca de 30 vezes entre 1938 e 1942) até 1942. A partir de 1943, reverteram-se as relações de troca, com a subida mais rápida dos preços de importação. As dificuldades de importação levaram ao controle de preços, diante de uma inflação de 27% em 1943. Entre 1941 e 1943, Portugal registrou, pela primeira vez, saldos positivos na balança comercial, e ocorreu certa entrada de capitais no país, trazidos pelos refugiados, com acréscimo de

²⁹⁰ IBGE, Anuário Estatístico 1939-1940, p. 1307.

²⁹¹ Lago, *in* Coffey e Lago, 1988, p. 27.

²⁹² Abreu e Verner, 1997, pp. 23, 123; Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, p. 270.

reservas internacionais. No Brasil, o país beneficiou-se de exportações temporárias para países vizinhos e para países beligerantes, mas também houve escassez de diversos produtos importados. O coeficiente de importações sobre o PIB reduziu-se de 7,8% em 1940-1941, para 5,4% em 1944-1945, e o coeficiente de transações externas (exportações + importações) reduziu-se de 19,3% para 15,2% nesses anos. O Brasil, contrariamente a Portugal, participou da Segunda Guerra Mundial, e enviou um corpo expedicionário de 25.000 homens para a campanha da Itália²⁹³.

No período da Segunda Guerra Mundial, Portugal foi dos poucos países que ainda forneceriam imigrantes para o Brasil. Entre 1940 e 1945, entraram 20.870 portugueses, respondendo por 56% da imigração total. No mesmo período, aumentou a participação de Portugal nas importações do Brasil para 2% do total, mas a participação portuguesa nas exportações brasileiras manteve-se em torno de 0,6%²⁹⁴.

Tanto para Portugal como para o Brasil, o período de 1946 a 1973 foi um período de forte crescimento econômico e de mudança estrutural. Portugal enfrentou alguns anos de dificuldades após a Revolução de 1974, mas o Brasil continuou crescendo, notadamente com um crescente endividamento externo, até 1980. O período de 1980 a 1985 foi de recessão e ajuste externo para o Brasil, e Portugal gradualmente retomou taxas satisfatórias de crescimento econômico às vésperas de sua entrada para a União Européia. Entre 1946 e 1973, o crescimento anual do PIB *per capita* em Portugal foi da ordem de 5,2%, reduzindo-se para 1,8% de 1974 a 1985, resultando numa taxa de 4,3% no período entre 1946 e 1985. No Brasil, o crescimento do PIB *per capita* de 1946 a 1980 se deu a uma taxa de 4,6% ao ano, e entre 1981 e 1985 observou-se uma taxa de crescimento negativa de 0,6% ao ano. No período de 1947 a 1985, a taxa anual acumulada reduziu-se para 3,9% ao ano, não muito inferior ao desempenho da economia portuguesa. Aumentou, no entanto, a defasagem da renda *per capita* do Brasil com relação à de Portugal. Com base em cifras utilizando paridade do poder de compra, em 1950 o PIB *per capita* equivalia a 81% do português e, em 1985, a 60%)²⁹⁵. O melhor desempenho de Portugal pode ter sido reflexo de uma acumulação de capital mais acelerada. Entre 1946-1947 e 1984-1985, a taxa de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo/PIB) aumentou de 20% para 25,5%,

²⁹³ Abreu e Verner, 1997, pp. 69, 79.

²⁹⁴ Lago, *in* Coffey e Lago, 1988, p. 27.

²⁹⁵ Maddison, 2001, pp. 278, 288.

enquanto no Brasil a Formação Bruta de Capital Fixo, que respondia por 14,9% do PIB em 1947, passou a corresponder a 17,3%, em média, em 1984-1985²⁹⁶.

Quanto aos fluxos de mão-de-obra, com o final da Segunda Guerra, voltou a aumentar a imigração total para o Brasil e em particular a portuguesa, que respondeu por 31,5% do total entre 1946 e 1950, 43,7% entre 1951 e 1955 e 38% do total entre 1956 e 1960, sendo que no período 1946-1960 entraram no Brasil 285,4 mil portugueses num total de 704,4 mil imigrantes. Na década de 1960, diminuiu consideravelmente a imigração para o Brasil, que totalizou apenas 164 mil entradas, das quais 62,8 mil, ou 38,3%, eram portugueses: a imigração para o Brasil passou de 11.281 em 1963 para 4.929 em 1964 e 3.051 em 1965. Entre 1971 e 1975, período em que a atração da Europa e dos Estados Unidos era muito forte, apenas 3.878 portugueses foram registrados como imigrantes, correspondendo a 9,8% do total. Entre 1976 e 1980, o influxo de portugueses no Brasil aumentou e 23 mil pessoas, incluindo um certo número de profissionais liberais e empresários, deixaram Portugal em consequência da Revolução de 1974. De 1981 a 1984, o número reduziu-se de novo para 3.438 pessoas, representando 28,7% da imigração total.

Como o Brasil tinha 119 milhões de habitantes em 1980, fica evidente que no período a imigração deixou de ter qualquer importância econômica, excetuando-se o lado qualitativo de alguns dos imigrantes. De qualquer forma, entre 1946 e 1984, com quase 378 mil pessoas, Portugal foi de longe o país que mais aportou imigrantes para o Brasil (39,4% do total)²⁹⁷. Em forte contraste, a emigração do Brasil para Portugal até 1986 teve uma importância muito reduzida já que, neste ano, apenas 7.404 brasileiros tinham residência legal em Portugal²⁹⁸.

Entre 1946 e 1950 Portugal voltou a representar 1,3% das importações brasileiras, média que entre 1951 e 1960 situou-se em apenas 0,3%. Quanto às exportações para Portugal, entre 1946 e 1950, estas representaram 0,6% do total, e entre 1951 e 1960 apenas 0,3%. Nas duas décadas seguintes, o comércio exterior do Brasil com Portugal continuou não representando uma parcela importante das importações e exportações brasileiras. Entre 1961 e 1970, a participação relativa de Portugal nas importações e exportações foi de,

²⁹⁶ Mateus, 1998, pp. 216, 218; IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1987, pp. 95, 98.

²⁹⁷ IBGE, Anuário Estatístico, vários anos; IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1977.

²⁹⁸ Anexo Estatístico, in Ramos Silva, 2002, p. 278.

respectivamente, 0,3% e 0,4%, e entre 1971 e 1986 tais médias se situavam respectivamente em cerca de 0,2% e 0,7%²⁹⁹.

Quanto ao investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil, uma estatística oficial de 1951 indicava uma participação de Portugal de apenas 0,67% do total. Um levantamento anterior, de 1946, listando empresas estrangeiras autorizadas a operar no país, contava apenas 14 empresas portuguesas, ou 1,6%, num total de 895 empresas, sendo 317 britânicas, 252 norte-americanas e 78 francesas³⁰⁰. Em 1971, tal participação se reduziu para 0,17%, aumentando um pouco para 4,0% em 1976 em função da emigração que se seguiu à Revolução de 1974 em Portugal, mas voltando a representar apenas 0,24% do estoque total em 1981 e 0,22% do mesmo total em 1986, quando alcançava apenas 59 milhões de dólares num total de 27,7 bilhões de dólares.

Em resumo, nas quatro décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, a emigração portuguesa ainda teve, nos primeiros 20 anos, uma certa relevância. Por outro lado, reduziu-se ainda mais a importância relativa para o Brasil do comércio exterior com Portugal, permanecendo também negligenciável a participação portuguesa no estoque de IDE.

Do ponto de vista de Portugal, entre 1921 e 1930, o Brasil continuava sendo o principal destino dos emigrantes portugueses, absorvendo 66,9% do total, cifra que inclusive ampliou-se para 76,1% entre 1931 e 1946. No pós-Guerra, de 1947 a 1960, tal participação permaneceu em torno de 76% a 78%. Entre 1961 e 1963, tal proporção reduziu-se para 29,9%, e a partir de 1964 a participação do Brasil na emigração portuguesa reduziu-se para 6,5% nesse primeiro ano e para menos de 3%, em média, no restante da década. Entre 1971 e 1980, mal alcançou 1% em determinados anos, com exceção de 1975, quando voltou a 3%. Entre 1980 e 1986, novamente oscilou em torno de 1% do total. Na realidade, a partir de 1964 a França tornou-se o principal destino dos emigrantes portugueses, até 1976.

Portanto, também do ponto de vista de Portugal assistiu-se, nas quatro décadas de imediato pós-Guerra, uma mudança significativa da importância relativa da emigração para

²⁹⁹ Lago, *in* Coffey e Lago, 1988, pp. 39-41, 49-51.

³⁰⁰ Mont'alegre, 1972, p. 421.

o Brasil. Ainda muito importante no início dos anos 1960, tornou-se quase irrelevante, em termos relativos, a partir de 1970.

No período do pós-Guerra, as remessas de imigrantes, em que avultavam inicialmente as do Brasil, voltaram a ter grande importância para o balanço de pagamentos de Portugal. Como ilustração, no período de 1965 a 1969, o déficit comercial de Portugal foi da ordem de 10 a 12,8 milhões de contos. Em alguns anos, as remessas alcançavam 1/3 do total, subindo até 92%. Nos anos 1970 a 1973, as remessas de imigrantes corresponderam a 87,7% do déficit comercial português³⁰¹. Gradualmente, na medida em que foi se reduzindo a importância da emigração portuguesa para o Brasil, também se reduziu a importância relativa das remessas de portugueses residentes no Brasil. Em 1980, estas respondiam por apenas 1,6% do total, e em 1985 a 1,5%.

Nos dois países, entre o final da segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1980, ocorreram significativas mudanças estruturais. Entre 1950 e 1980, a população brasileira aumentou à taxa anual de 2,8% ao ano, de 51,9 milhões para 115 milhões, de acordo com dados censitários. Em Portugal, o aumento foi muito mais lento, de 8,5 milhões para 9,8 milhões, com uma taxa de crescimento anual de 0,5%. Tanto em Portugal como no Brasil a urbanização progrediu muito. Entre 1950 e 1980, a população urbana brasileira passou de 31,2% para 67,6% do total. Em Portugal, tal proporção passou de 20% para mais do dobro nesse período³⁰². No Brasil, em 1980, a agricultura respondeu por apenas 10,1% do PIB e por 30,2% da população economicamente ativa (PEA), contra 24,3% do PIB e 59,9% da PEA em 1950, enquanto a indústria aumentou sua participação, no mesmo período, de 24,1% para 40,9%. Por outro lado, em 1980, da população de 10 anos ou mais, 25,5% ainda não sabiam ler e escrever. A esperança de vida ao nascer aumentou de 45,9 anos para 62 anos entre 1950 e 1980³⁰³.

Em Portugal, a agricultura, a pesca e a indústria extrativa respondiam por 49,9% da PEA em 1950, mas por apenas 19,6% em 1981, enquanto a participação do setor primário no PIB caiu de 32% em 1950 para 12% já em 1973³⁰⁴. O índice de analfabetismo reduziu-

³⁰¹ Godinho, 1992, pp. 42-43.

³⁰² Mata e Valério, 2003, pp. 214, 252.

³⁰³ Abreu e Verner, 1997, p. 28.

³⁰⁴ Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, p. 253; Mateus, 1998, p. 85.

se de 44% em 1950 para 22% em 1980³⁰⁵. O coeficiente de Gini de distribuição pessoal do rendimento era 0,32 no início dos anos 1980, enquanto no Brasil alcançava 0,59 em 1980³⁰⁶.

Quanto ao comércio exterior, em meados da década, em 1985, as exportações brasileiras correspondiam a 13,6% do PIB, e as importações a 7,6%, e o Brasil respondia por 0,96% das exportações mundiais³⁰⁷. A participação do café nas exportações reduziu-se de 63,9% em 1950 para 12,3% em 1980, enquanto a de produtos manufaturados aumentou de 1,1% para 44,8%.

No mesmo ano, as exportações portuguesas correspondiam a 26,7% do PIB, e as importações a 31,3%, confirmando uma muito maior abertura de Portugal para o exterior, mesmo antes da sua entrada para a União Européia³⁰⁸.

Em 1958, Portugal era o país pertencente à AELC (Associação Européia de Livre Comércio), com direitos médios *ad valorem* mais elevados, chegando a 74%, 42% e 69%, respectivamente para têxteis, vestuário e calçados. Gradualmente, os impostos de exportação foram sendo reduzidos. “No período de 1970 a 1974, a taxa de proteção efetiva média na economia reduziu-se de 28% para 22% (...) enquanto a proteção nominal baixou de 13% para 4%”³⁰⁹. Tal evolução contrasta com a observada no Brasil. “As taxas de proteção efetiva para a indústria de transformação, que alcançavam nada menos do que 76% em 1967, só foram reduzidas moderadamente para situarem-se em volta de 45% no início dos anos 1970, nível no qual permaneceram até meados de 1980”³¹⁰.

A partir de 1985, enquanto Portugal entraria numa nova fase de crescimento do produto *per capita* a taxas elevadas, o Brasil entraria num período turbulento, com uma sucessão de planos de estabilização e com crescimento médio *per capita* medíocre até a virada do século.

³⁰⁵ Tortella, 1994, p. 11.

³⁰⁶ Mateus, 1998, p. 25; Abreu e Verner, 1997, p. 113.

³⁰⁷ Gordon, 2002, pp. 162-165.

³⁰⁸ Mateus, 1998, p. 218; Apêndice Estatístico, in Mata e Valério, 2003, pp. 256, 278.

³⁰⁹ Mateus, 1998, p. 96.

³¹⁰ Abreu e Verner, 1997, p. 71.

CAPÍTULO IV

BRASIL E PORTUGAL NO FIM DO SÉCULO XX

4.1 – A INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA NA COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA E TENDÊNCIAS RECENTES

No que diz respeito às ligações com a Europa e com o resto do mundo, Portugal esteve inicialmente ausente das conferências mundiais mais importantes do pós-guerra sobre a organização da nova ordem: não participou da Conferência de Bretton Woods em 1944, que organizou o novo sistema monetário internacional baseado no regime do padrão ouro-divisas e criou o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, do qual o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) faz parte; da Conferência de Havana em 1947; e das negociações de Genebra em 1947, que conduziram ao surgimento do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT).

De qualquer modo, Portugal, como foi visto anteriormente, beneficiou-se do Plano Marshall (os montantes dos empréstimos foram pequenos e foram gastos, na sua maior parte, em investimentos em Portugal, e em Moçambique) e foi um dos membros fundadores da Organização Européia para a Cooperação Econômica (OECE) em 1948.

Em finais de 1950, a OECE dividiu-se em dois blocos comerciais: o da Comunidade Européia e a Associação Européia de Livre Comércio (AELC ou EFTA). Portugal optou por juntar-se à AECL por três motivos. Primeiro, porque as regras da zona de livre comércio da AECL permitiam o esquema da preferência imperial e a formação de outras zonas de comércio que incluía Portugal e suas províncias ultramarinas, tornando as colônias interessantes novamente, enquanto as regras aduaneiras da Comunidade impediam tal situação. Segundo, porque temia-se um possível choque econômico resultante da adesão a uma união aduaneira como a da Comunidade, que incluía as economias européias mais desenvolvidas. E, finalmente, temia-se também os efeitos dos objetivos não-econômicos da Comunidade Européia, isto é, os objetivos políticos e as mudanças que eles implicariam³¹¹.

³¹¹ Mata e Valério, 2003, pp. 204-205.

Em 1961, a OECE foi transformada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e passou a incluir membros não-europeus. Portugal continuou a ser membro da OCDE e optou por ligar-se às principais organizações econômicas mundiais: tornou-se membro do FMI e do Banco Mundial em 1961, assim como do GATT (em 1962)³¹².

Com a saída da Grã-Bretanha e da Dinamarca da AECL em 1972 para integrar a Comunidade Européia, Portugal assinou um tratado de livre comércio com a Comunidade para preservar os laços comerciais com seus ex-parceiros da AECL. O tratado de 1972 com a Comunidade Européia foi transformado em tratado de associação em 1973. Portugal apresentou sua candidatura à adesão em 1977 e após um período de transição acordado quanto aos aspectos da integração da economia portuguesa, em 1986, Portugal abandonou a AELC para tornar-se membro da Comunidade Européia³¹³.

Em 1986, estima-se que o PIB *per capita* português, baseado em paridade do poder de compra, alcançou 44% do PIB *per capita* norte-americano e 58% da média dos PIBs *per capita* da Grã-Bretanha e França, enquanto em 1950 as frações correspondentes eram 22% e 35%, ilustrando a recuperação relativa de Portugal nas quatro décadas do pós-guerra e no momento de sua entrada na União Européia³¹⁴.

A entrada de Portugal na Comunidade Econômica Européia permitiu um aumento da abertura da economia ao exterior, assim como um aumento da qualidade do capital humano (o nível de escolarização da população passou de, em média, 2,2 anos, em 1970, para 7 anos em meados dos anos 1990) e uma maior convergência para os níveis de renda europeus. As medidas tomadas para a estabilização econômica e para a entrada do país na União Monetária permitiram a correção dos desequilíbrios macroeconômicos observados nas duas décadas anteriores e o fim do “surto inflacionário do pós-25 de abril”. Entre 1984 e 1997, Portugal ganhou cerca de 22 pontos percentuais no grau de convergência na distância que o separava da Europa, tendo o PIB *per capita* sido de 12.319 ECU em 1996, ou 68% da média européia segundo dados da Comissão Européia, ou 12.670 dólares segundo o Banco Mundial (em 1995)³¹⁵.

³¹² Mata e Valério, 2003, pp. 205-206.

³¹³ Ramos Silva, 2002, p. 41.

³¹⁴ Maddison, 1995, pp. 209, 211.

³¹⁵ Mateus, 1998, pp. 17, 104.

Entre 1986 e 1992, ocorreu uma forte recuperação da economia, com um aumento do PIB real per capita à taxa anual de 5,6%. Com a recessão instalada na Europa a partir de 1992, Portugal acabou por registrar uma desaceleração da taxa de crescimento para 2,6% entre 1992 e 1997, mas esta volta para 3,3% entre 1998 e 2000. Já no início da década de 1990, Portugal alcançou o nível de renda *per capita* “normalmente considerado para países desenvolvidos”³¹⁶ e, em 1998, o PIB *per capita* de Portugal, medido com base em paridade de poder de compra, correspondia a 47% do americano (contra 44% em 1973), e a um múltiplo de cerca de 2,3 do PIB *per capita* médio mundial. Com relação à Europa Ocidental, as proporções correspondentes eram 64%, em 1973, e 72%, em 1998³¹⁷.

Após atingir um máximo em 1984, com 13,6% do PIB, a participação do setor empresarial do Estado, ampliada na seqüência da Revolução de 1974, reduziu-se para 9% em 1989 e, finalmente, com as privatizações, para 7,7% em 1995. Em 1988, o estado detinha, direta e indiretamente, cerca de 20% do PIB e 6,5% do emprego, e estima-se que tais participações reduziram-se para 10,4% e 3%, respectivamente, em 1995. “Entre 1989 e 1995, realizaram-se cerca de 130 operações de alienação de participações públicas no capital social de mais de 100 empresas. A dimensão deste processo e as características de que se revestiu, acompanhadas por uma política de liberalização e reforço da concorrência, introduziram uma nova dinâmica na vida empresarial portuguesa e contribuíram para o reforço da eficiência da economia”³¹⁸. As privatizações também permitiram o desenvolvimento do mercado de capitais, aumentando a capitalização e a diversidade de títulos cotados na Bolsa (em 1995, 17 das 83 empresas cotadas na Bolsa eram privatizadas, com 35% da capitalização total). Juntamente com a Nova Zelândia e o Reino Unido, Portugal foi um dos países que mais gerou receitas com as privatizações (10,4% do PIB, entre 1989 e 1995, contra 17,8% da Nova Zelândia, entre 1988 e 1994, e 12,6% do Reino Unido, entre 1979 e 1994)³¹⁹.

Quanto às mudanças no comércio exterior, “houve lugar a significativas transformações e à modernização da estrutura (...). Verificou-se uma profunda alteração no grau de abertura da economia portuguesa, a um ritmo jamais verificado na história [do]

³¹⁶ Mateus, 1998, p. 105; Apêndice Estatístico, in Mata e Valério, 2003, pp. 256-257.

³¹⁷ Maddison, 2001, p. 264.

³¹⁸ Mateus, 1998, pp. 125-126.

³¹⁹ *Idem*, p. 126.

século. De fato, a taxa de abertura (soma das exportações e das importações sobre o PIB) mais do que duplicou (...) passando de 21,5%, em 1977, para 57% em 1997”, enfatizando “o importante papel que o comércio exterior desempenha na elevação do nível de bem estar”³²⁰.

Quanto à estrutura das exportações, a partir de meados dos anos 1990, aumentaram significativamente as exportações de automóveis e componentes, componentes eletrônicos e máquinas. “A parte das exportações que incorpora um maior conteúdo tecnológico aumenta, assim, de 18% para cerca de 30% entre 1980 e 1997 e não deixa de corresponder a uma significativa alteração e modernização da estrutura produtiva”³²¹. A estrutura regional do comércio externo também foi alterada. Em 1985, 58% das exportações eram destinadas aos países da Comunidade. Esta proporção passou para cerca de 81% em 1995 e para 83,2% em 1999. Em 2000, essa proporção reduziu-se para cerca de 80%. No que diz respeito às exportações intra-U.E., a participação da Alemanha, por exemplo, aumentou de 14% em 1985 para 24,4% em 1995, decaindo para 20,7% em 2000, enquanto a do Reino Unido manteve-se em torno de 13,8% em 1995 e 13,5% em 2000. A participação da Espanha passou de 18,6%, em 1995, para cerca de 24%, em 2000, e as da Bélgica e Luxemburgo passaram de 3,6% para cerca de 11% nesses mesmos anos. As importações intra-U.E. passaram de 61,8% do total em 1986 para 78,1% em 1999, decaindo para 75,1% em 2000. A Espanha aumentou sua participação de cerca de 26% em 1995 para cerca de 29% em 2000, os outros países mantendo-se em torno dos mesmos níveis entre 1995 e 2000. Já os Estados Unidos tiveram sua participação diminuída de cerca de 20% em 1985 para cerca de 13% em 1995, e finalmente cerca de 11% em 2000³²².

Em 1995, a pauta de importações era basicamente composta por sete produtos, responsáveis por 75% das importações: “máquinas e aparelhos” (20,5%), “veículos e outros materiais de transporte” (13,3%), produtos agrícolas (10%), químicos (8,2%), combustíveis minerais (8,2%), metais comuns (7,6%) e matérias têxteis (7,3%). Em 1999, os mesmos produtos respondiam por 75,5% das importações, havendo um aumento na categoria de “máquinas e aparelhos” (respondendo por 22,2% das importações) e “veículos e outros materiais de transporte” (17,3%) e uma queda mais significativa da importação de produtos

³²⁰ Mateus, 1998, p. 165 e nota 2.

³²¹ *Idem*, pp. 165-166.

³²² Site do Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Séries Cronológicas.

agrícolas, para 8,4%, e de matérias têxteis, para 5,7%. Em 2000 houve uma inversão na composição das importações. Embora “máquinas e aparelhos” e “veículos e outros materiais de transporte” ainda correspondessem à maior parte das importações portuguesas, com 21,6% e 16,1%, respectivamente, os combustíveis minerais passaram a ser os terceiros produtos de importação de Portugal, com 10,3%, seguidos dos produtos agrícolas (7,6%), químicos (7,5%), metais comuns (7,4%) e matérias têxteis (5,4%)³²³. Em 2001, de acordo com um relatório da OMC, Portugal era o 43º país no ranking de exportação e o 31º no de importação de bens. Quanto aos serviços, Portugal encontrava-se em 34º no que diz respeito às exportações e 39º para as importações. De uma maneira geral, Portugal, em 2001, tinha uma participação de cerca de 0,43% das exportações mundiais de bens e serviços e de 0,56% das importações³²⁴.

A partir de meados dos anos 1980, observou-se um aumento do fluxo de investimento direto em Portugal. “É, porém, a partir de 1988 que se dá uma explosão do IDE, a acompanhar o ciclo internacional”. O máximo foi atingido em 1990 e 1991, com 2,2 bilhões de dólares, cerca de 3,8% do PIB e 14% da Formação Bruta de Capital Fixo, decaindo em 1992 para aproximadamente 1,5% do PIB em consequência da recessão na U.E.. Entre 1990 e 1994, o aumento do IDE permitiu financiar o balanço de pagamentos, cobrindo 22% do déficit da balança de mercadorias³²⁵.

No período entre 1986 e 2002, a União Européia foi a que mais contribuiu para o investimento direto do exterior em Portugal. Entre 1986 e 1995, ela respondia por 71% do total, em média. O principal país foi o Reino Unido, com 22,8%, seguido da França, com 13,9%, Espanha, com 12,1%, Alemanha, com 7,5%, Suíça, com 7,3% e Estados Unidos, responsáveis por 6,8% dos investimentos. Quanto aos setores de destino dos investimentos estrangeiros, o setor bancário foi o que recebeu a maioria do influxo, com 32,2%, em média, seguido das operações sobre imóveis, que receberam 21,2% do total, da indústria de material de transporte e máquinas, com 6,3%, comércio por atacado (5,7%), indústria química (4,8%) e construção (4,1%)³²⁶.

³²³ Site do Instituto Nacional de Estatísticas – Portugal, Séries Cronológicas.

³²⁴ Site da OMC.

³²⁵ Mateus, 1998, p. 156.

³²⁶ *Idem*, p. 157.

No período seguinte, entre 1996 e 2002, o investimento direto estrangeiro em Portugal atingiu, em média, 16 bilhões de euros (com um máximo de 26,9 bilhões em 2000). Dos dez primeiros países investidores, apenas os Estados Unidos eram de origem não-européia. O Reino Unido continuou respondendo pela maior parte do influxo de capitais, com cerca de 17,6%, seguido da Alemanha, com aproximadamente 14%, França, com 13,4%, Países Baixos, com 12,4% e Espanha, com aproximadamente 10,3%. Os Estados Unidos somente aparecem em 8º lugar, correspondendo a cerca de 3,4% do total. No período, o principal setor de destino dos investimentos foi a indústria de transformação, com 42,2%, seguida das “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas” (14,7%), “comércio (atacado e varejo), reparações, alojamento e restauração” (14%), “transportes e comunicações” (7%) e “intermediação financeira” (5%)³²⁷.

Quanto aos investimentos diretos de Portugal no exterior, estes foram praticamente insignificantes até os anos 1990. Em 1986, o IDE português no exterior não ultrapassava 0,07% do PIB alcançando 0,2% do PIB em 1989 e 0,7% em 1991, somente ultrapassando 1% como proporção do PIB em meados da década de 1990³²⁸. Até 1990, o investimento era canalizado, principalmente, para o Reino Unido, Espanha, Estados Unidos e França. Entre 1991 e 1995, a Espanha tornou-se o principal destino do investimento português no exterior, representando mais de 40% do total em 1995. A partir de 1996, observou-se uma maior diversificação nos destinos dos IDEs de Portugal. Os investimentos destinados a países da União Européia decaiu de 80%, em 1995, para 46%, em 2000, quando, no final do século, o Brasil tornou-se o principal destino dos investimentos portugueses, representando cerca de 40% do total em 1998. Tal tendência se reverteu em 2001, quando os países europeus voltaram a representar aproximadamente 81% do total dos investimentos portugueses no exterior. Entre 1996 e 2002, o investimento direto português no exterior totalizou cerca de 60,1 bilhões de euros, ou 8,6 bilhões ao ano. No período, o Brasil foi o primeiro país de destino, com cerca de 25,8% do total, seguido pelos Países Baixos, com 23%, pela Espanha, com 19%. Os setores de atividade mais privilegiados foram as “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas”, correspondendo a cerca de 57% do total, “intermediação financeira”, com 17%,

³²⁷ Site do ICEP – Portugal.

³²⁸ Ramos Silva, 2002, p. 136.

“transportes, armazenagem e comunicações”, com 15%. Os setores de “comércio por atacado e a varejo, reparações, alojamento e restauração” corresponderam a cerca de 6%, enquanto a indústria de transformação recebeu apenas 3% do total dos investimentos externos portugueses³²⁹.

No que diz respeito ao montante de remessas de emigrantes, desde 1985 praticamente não se observaram mudanças quanto aos principais países de origem das remessas. Em 1990, a França respondia por 38% do total das remessas dos emigrantes portugueses, seguida pela Suíça, com 19,8%, pelos Estados Unidos, com 13,6%, pela Alemanha, com 7,7%, e pelo Reino Unido, com 3,9%. Em 1995 e 2001, os mesmo países ocupavam as mesmas posições, embora praticamente todos tivessem aumentado suas participações no total das remessas. A França aumentou sua participação para 40,8% em 1995 e manteve-se com 40,7% em 2001, a Suíça aumentou para 21,7% em 1995, decaindo para 19,3% em 2001, os Estados Unidos diminuíram para 11,6% e para 10,6%, a Alemanha aumentou para 9,8% e decaiu para 8,7% em 2001, e o Reino Unido diminuiu para 3%, aumentando sua participação para 6,2% do total em 2001³³⁰.

No que diz respeito à infraestrutura, registraram-se progressos. Previa-se em 1998 que o número de linhas telefônicas aumentaria de 16 por 100 habitantes, em 1987, para 47, em 1999 (contra 56 na Grécia e 38 na Espanha), e que a proporção da população portuguesa ligada a um sistema de água potável passaria de 61%, em 1989, para 95% em 1999. O processo de privatização implementado no início dos anos 1990 não prejudicou a taxa de investimento. Entre 1986-1987 e 1996-1997, a relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB (a preços de 1977) aumentou de cerca de 27,5% para 31%³³¹.

No emprego, observou-se uma mudança estrutural. O setor agrícola, que concentrava mais de 30% dos empregos em 1977, passou a responder por 19,8% do total na economia em 1986 e por 11% em 1995. No setor secundário, a proporção manteve-se em 30%, enquanto o setor de serviços assistiu a um aumento nos serviços privados de cerca de 13,5%, em 1977, para cerca de 30% em 1995, ao mesmo tempo em que no comércio o emprego aumentou cerca de 2,5 pontos percentuais e na administração pública cerca de 3

³²⁹ Site do ICEP – Portugal.

³³⁰ Anexo Estatístico, *in* Ramos Silva, 2002, p. 259.

³³¹ Mateus, 1998, pp. 162, 218.

pontos percentuais³³². Em 2001, a agricultura empregava cerca de 12,8% da população, contra cerca de 33,8% da “indústria, construção, energia e água” e cerca de 53,4% do setor de serviços³³³. Quanto à movimentação internacional de mão-de-obra portuguesa, persistiu uma saída líquida de trabalhadores portugueses para o exterior entre 1986 e 1991, que alcançou cumulativamente 235 mil pessoas. No entanto, a partir de 1992, houve retorno líquido de trabalhadores, com um saldo migratório positivo de 299 mil pessoas, contribuindo para que a população total alcançasse 10,2 milhões de habitantes no ano 2000³³⁴. Portugal deixara, portanto, claramente de ser um país de emigração.

Entretanto, constatou-se o baixo nível médio de qualificação dos empresários/gestores portugueses, o que contribuiu para certo atraso tecnológico do país: “dois terços têm apenas formação primária ou secundária, assim como dos recursos humanos disponíveis: em 1995, a proporção de pessoal com formação universitária ou média era apenas de 7,4%. Menos de metade tinha pessoal técnico especializado”. Por outro lado, as despesas com pesquisa e desenvolvimento aumentaram de 0,5% para 0,8% do PIB entre 1989 e 1997, nível ainda baixo com relação ao dos principais países desenvolvidos, e até com relação aos 1,2% da Espanha em 1997³³⁵. Mas apesar de deficiências em certas áreas, tanto do ponto de vista do desenvolvimento político como econômico e social, no final do século XX Portugal tinha alcançado o *status* de país desenvolvido.

4.2 – A ECONOMIA BRASILEIRA NO RETORNO À DEMOCRACIA: DO PLANO CRUZADO A 2002

O início do governo Sarney, em 1985, primeiro período democrático desde 1964, foi “marcado pela frustração de uma estratégia gradualista baseada em uma política monetária titubeante e em uma política de controle de preços claramente prolongada além do limite de suas possibilidades” implementadas por uma equipe escolhida por Tancredo Neves, provocando uma mudança da equipe econômica em setembro. A partir de então, “teve início o preparo do que seria o primeiro de uma série de choques de estabilização baseados

³³² Mateus, 1998, p. 162.

³³³ Site do Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Séries Cronológicas.

³³⁴ Apêndice Estatístico, in Mata e Valério, 2003, p. 251.

³³⁵ Mateus, 1998, pp. 162-163.

no diagnóstico da importância da inércia como elemento do processo inflacionário brasileiro”³³⁶. No início de 1986, diante do fracasso do “gradualismo” no combate à inflação, tentou-se o primeiro “choque heterodoxo”, o Plano Cruzado. Baseado no congelamento de preços e na desindexação da economia, acoplados a uma taxa de câmbio inicialmente fixa, o Plano praticamente eliminou a inflação nos seus primeiros meses. No entanto, o conseqüente forte aumento de poder aquisitivo e de monetização da economia resultou numa demanda superaquecida, que não foi acompanhada por uma política fiscal rígida e, já no segundo semestre do ano, a inflação voltou a elevar-se de forma sustentada. Em dezembro, a taxa mensal de inflação oficial voltou ao nível de 7,3%. No ano de 1986, o PIB cresceu 7,5%, com um aumento de 5,4% *per capita*. No entanto, na área externa, os problemas se agravavam, com o aumento do déficit em conta corrente de US\$ 241,5 milhões em 1985 para US\$ 5,3 bilhões em 1986, o que acabaria sendo um dos fatores de decisão unilateral de suspender os pagamentos da dívida externa em fevereiro do ano seguinte³³⁷.

O agravamento da inflação e a evolução das contas externas, que resultaram na suspensão dos pagamentos da dívida externa no início de 1987, e uma taxa de inflação acima de 20% em abril desse ano levou a uma mudança na equipe econômica e a um novo plano heterodoxo, o Plano Bresser, implementado em junho. Menos ambicioso que o Plano Cruzado, e não visando uma taxa de inflação zero, o plano envolveu um congelamento temporário de preços (90 dias) e uma regra especial de reajustes salariais, mas sem o câmbio congelado, e com o anúncio de uma especial ênfase no ajuste fiscal. Este plano, mais uma vez, esbarrou na ausência de uma política fiscal austera e nas liberalidades de ajustes salariais no Banco do Brasil e em empresas do governo. Novamente, houve um aumento gradual de inflação e em dezembro de 1987 a inflação mensal oficial chegou a 14,1%, levando à renúncia do Ministro e de sua equipe. Em 1987, o PIB cresceu 3,5%, com crescimento *per capita* da ordem de 1,6%.

Em 1988, quando o PIB recuou 0,1%, tentou-se mais uma vez não permitir uma aceleração acentuada da inflação, com alguma contenção de gastos do governo, a constante reafirmação de que não haveria novo choque, inclusive através de uma inédita tentativa de

³³⁶ Carneiro, *in* Lamounier, Carneiro e Abreu, 1994, p. 238.

³³⁷ Modiano, *in* Abreu, 1989, pp. 357-365.

acordos intersetoriais para moderar os reajustes de preços e salários. Mas, em setembro 1988, o FMI recusou-se a apoiar um arranjo com os credores externos e “a Constituição de 1988 aumentou as dificuldades de definir uma política fiscal coerente ao aumentar o poder do Congresso sem dotá-lo da responsabilidade executiva”³³⁸.

Assim, em janeiro de 1989, um novo programa de estabilização, o Plano Verão, envolvendo congelamento de preços por prazo indeterminado e câmbio fixo, foi implementado, adotando-se uma paridade de NCZ (novo cruzado) 1 para 1 dólar americano, após uma desvalorização do cruzado de 18% e um forte reajuste de preços públicos e administrados. Foi proposto, em paralelo, um ajuste fiscal com redução de despesas em várias frentes e limitações à emissão de títulos da dívida pública, em conjunto com um forte aumento dos juros. Diversas incertezas com relação a reajustes de salários, bem como a atitude dos agentes econômicos, já céticos e desconfiados em consequência dos planos anteriores, rapidamente levaram ao insucesso do plano, com uma inflação mensal de 6,1% no segundo mês de sua implementação. “O PIB cresceu 3,2% no ano, mas a aceleração da inflação (...) de cerca de 40% em outubro de 1989 para 80% em março de 1990 era o resultado do fracasso do Plano Verão (...) e do clima de festa promovido pelo governo que apeava do poder promovendo uma elevação irresponsável das despesas públicas”³³⁹. De fato, o consumo do governo aumentaria de 5,8% para 8,2% do PIB entre 1989 e 1990, em decorrência dos aumentos de salários do final do governo Sarney³⁴⁰.

Entre 1988 e 1990, o PIB *per capita* acabou caindo 0,5%, e a inflação mensal atingiu sucessivos níveis recordes, até atingir 71,68% em fevereiro e 81,32% em março de 1990³⁴¹.

O novo governo anunciou o Plano Collor, certamente o mais ousado “plano heterodoxo” de estabilização até então, por envolver, além de elementos dos planos anteriores, o “congelamento” de boa parte dos ativos financeiros privados por um período de até 18 meses. Mas o desempenho desfavorável das contas públicas, as pressões da área externa e as políticas de *stop and go* resultaram em cada vez maiores e explosivas taxas de inflação, mesmo depois de mudanças na equipe econômica, com a substituição do Presidente da República, após um processo de *impeachment*.

³³⁸ Carneiro, *in* Lamounier, Carneiro e Abreu, 1994, p. 240.

³³⁹ *Idem*, p. 241.

³⁴⁰ *Idem*, p. 242.

³⁴¹ Medida pelo IGP-DI.

Entre 1990 e 1993, as taxas de variação do PIB total foram, respectivamente, -4,3%, 1%, -0,5% e 4,9%, refletindo as oscilações na política econômica, enquanto a taxa de inflação anual (IGP-DI, medido no fim do ano) foi de, respectivamente, 1.477%, 480%, 1.158% e 2.708%.

O programa de Collor fora extremamente intervencionista, mas permitiu a introdução de medidas de liberalização, em particular nos campos da privatização e das trocas externas. “O objetivo era diminuir a presença maciça do Estado na produção de bens e serviços e abrir o mercado brasileiro às importações. Mas, desde o começo, o governo de Fernando Collor viu-se envolvido em numerosos casos de corrupção e, como ao Presidente faltava apoio político, este foi destituído pelo Congresso em 1993. Sob o Vice-Presidente Itamar Franco, até o fim do restante mandato, o Senador social-democrata Fernando Henrique Cardoso dirigiu com sucesso, enquanto Ministro da Economia, o lançamento de um programa ambicioso de estabilização. Em seguida, Fernando Henrique Cardoso candidatou-se à Presidência, ganhando facilmente o primeiro turno das eleições em 1994”³⁴².

O Plano Real foi finalmente um bem conduzido plano de estabilização em 1994, com uma reforma monetária pré-anunciada, combinada com desindexação e associada a altas taxas de juros e uma taxa de câmbio inicialmente flutuante mas logo mantida num nível sobrevalorizado, que alcançou uma mais significativa estabilidade de preços, numa base durável. O índice oficial de preços ao consumidor, que aumentara de 2.477% em 1993 e 916% em 1994, aumentou somente 22% em 1995, 9,6% em 1996, 5,2% em 1997 e 1,7% em 1998. Após um satisfatório aumento anual do PIB de 3,6% entre 1995 e 1997, a nova moeda sobrevalorizada, combinada com as crises asiática e russa em, respectivamente, 1997 e 1998, fizeram grande pressão sobre o balanço de pagamentos, levando à evasão de capitais de curto-prazo e perda de reservas, resultando na crise brasileira de 1998. Em paralelo, tinha ocorrido uma deterioração das contas públicas, com o superávit primário do governo reduzindo-se de 5,2% do PIB, em 1994, para zero, em 1998.

A partir de então houve uma mudança significativa na política econômica no início de 1999, quando o real foi desvalorizado e, desde então, a política macroeconômica continuou a basear-se em três pilares, já adotados por diversos países, que evitaram o *pass through* da

³⁴² Abreu e Verner, 1997, pp. 20-22.

inflação: a) disciplina fiscal e metas fiscais, b) regime de taxa de câmbio flexível e c) um sistema de metas de inflação, direcionando a política monetária para a estabilização dos preços, minimizando a volatilidade do PIB³⁴³.

Com uma gradual recuperação da credibilidade e taxas de juros muito elevadas, o repasse da desvalorização cambial para a taxa de juros foi limitado, e apesar de uma política econômica restritiva, o PIB cresceu 0,8% em 1999 e 4,4% em 2000. Entre 2001 e 2002, a taxa de crescimento voltou a reduzir-se, para 1,3% e 1,9%, respectivamente, na medida em que se tentou, com algum sucesso, controlar o déficit público, com um superávit primário de setor público de 3,5% em 2000, 3,6% em 2001 e 3,9% em 2002. Entre 1996 e 2002, por outro lado, as despesas do governo com juros alcançaram, em média, 6,9% do PIB, e a relação entre dívida líquida do setor público e PIB aumentou de 42% em 1998 para 55,5% do PIB em dezembro de 2002. Entre 1999 e 2002, o PIB cresceu 2% ao ano, contra 2,1% dos países da OCDE e 0,7% da América Latina³⁴⁴.

A taxa de inflação (medida pelo IPCA do IBGE) foi de 8,9% em 1999, 6% em 2000, 7,7% em 2001 e 12,5% em 2002 (refletindo expectativas negativas em função da eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República que, na área econômica, se revelariam infundadas).

Tomando-se o período 1987 a 2002 com um todo, a taxa média de crescimento do PIB *per capita* foi de apenas 0,3% ao ano, mas essa evolução algo decepcionante não deve desviar as atenções dos importantes desenvolvimentos nos campos institucional e social nos anos 1990: 1) estabilização dos preços, 2) fim dos monopólios do Estado nos setores de petróleo e telecomunicações, 3) tratamento mais favorável ao capital estrangeiro, 4) um extenso programa de privatizações, 5) saneamento do sistema financeiro e a eliminação dos bancos estaduais, 6) reforma inicial da Previdência Social, 7) renegociação das dívidas estaduais, acompanhada de expressiva melhoria dos resultados fiscais dos Estados, 8) a Lei de Responsabilidade Fiscal, 9) abertura da economia, através da redução de impostos e barreiras, com importantes ganhos de produtividade nos setores expostos à competição

³⁴³ Reis e Urani, *in* Giambiagi, Reis e Urani, 2004, pp. 5-6.

³⁴⁴ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2003, pp. 18, 96-97; Reis e Urani, *in* Giambiagi, Reis e Urani, 2004, p.7.

externa, resultando em menor custo de investimento (as tarifas nominais situaram-se em 13%, em média, em 2000-2001), e 10) o ajuste fiscal implementado a partir de 1999³⁴⁵.

Um progresso significativo também ocorreu na área da educação, com mais de 98% de crianças de 7 a 14 anos atualmente nas escolas e com o aumento do número de matrículas no segundo grau e universidades. No início dos anos 2000, o Brasil gastava 4,2% do PIB em educação. No entanto, a qualidade do ensino permanecia insatisfatória, com um número médio de anos de escolarização da força de trabalho de 5,9 (população com 25 anos e mais), em comparação com 10 anos e mais em países mais desenvolvidos. A taxa de analfabetismo de pessoas de mais de 10 anos era de 12,9% em 2000 (20,1% em 1991), mas de apenas 4% na população de 10 a 19 anos. Entre 1986 e o início dos anos 2000, o Brasil mostrou progressos apreciáveis também quanto à esperança de vida da população e indicadores de saúde, tendo uma significativa diminuição da mortalidade infantil de 48‰ em 1990 para 28,6‰ em 2001, nível elevado, se comparado com os 6,7‰ dos Estados Unidos e os 6,1‰ de Portugal.

No que diz respeito à distribuição de renda, em 2001 o Brasil continuava a ter um dos piores desempenhos do mundo: os 10% mais ricos recebiam 47,5% dos rendimentos do trabalho (47% em 1986), enquanto os 10% mais pobres recebiam apenas 0,7%. O coeficiente de Gini mostrou uma pequena diminuição da concentração de renda, passando de 0,6 em 1993 para 0,56 em 2002. Além disso, no início dos anos 2000, o salário médio das mulheres equivalia a 70% do salário médio dos homens, embora o nível de educação das mulheres que trabalhavam já ultrapassasse o dos homens no setor formal, e cerca de 56% dos universitários serem mulheres. Estimava-se, também, que na virada do século, 34% da população vivia em situação de pobreza e 15% em situação de extrema pobreza, com um valor de linha de pobreza bastante modesto³⁴⁶.

Uma melhoria nos indicadores sociais e uma aceleração do crescimento possivelmente exigirão um aumento das taxas de investimento e de poupança. A formação bruta de capital fixo, a preços de 1980, foi, em média, de 21,7% do PIB entre 1964 e 1980, 16,9% entre 1981 e 1993 e 15,1% entre 1994 e 2002. Estima-se que uma taxa de 18,5%, a preços de 1980, seria compatível com uma taxa de crescimento *per capita* do PIB de 4%, e

³⁴⁵ Reis e Urani, *in* Giambiagi, Reis e Urani, 2004, pp. XIII, 3-22.

³⁴⁶ Paes de Barros e Carvalho, *in* Giambiagi, Reis e Urani, 2004, pp. 433-455.

a queda da taxa de crescimento no final dos anos 1990 foi influenciada pela redução da taxa de investimento. O IDE diminuiu de 28 a 30 bilhões de dólares anuais, nos anos das privatizações, para 16,6 bilhões em 2002. No entanto, a vulnerabilidade externa do país diminuiu, já que o múltiplo da dívida externa total sobre as exportações diminuiu de 3,6 em 1999 para 2,7 em 2002. A dívida externa bruta era de cerca de 210 bilhões de dólares em 2002, e a relação entre pagamentos de juros sobre as exportações declinou de 36,8% em 1999 para 25,3% em 2002.

Quanto ao comércio exterior, este passou, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, por mudanças estruturais, com um aumento do volume das exportações relacionadas ao agro-negócio, mas também de certos produtos manufaturados. As exportações de bens aumentaram cerca de 5,5% ao ano, entre 1990 e 1995, e cerca de 4,1% ao ano, entre 1996 e 2001³⁴⁷. Em 2001, os produtos manufaturados foram os principais nas exportações, correspondendo a cerca de 56,5% das exportações totais de bens, seguidos dos produtos agrícolas, equivalentes a cerca de 26% do total³⁴⁸. No início dos anos 2000, o Brasil era o maior exportador de açúcar, soja, café, suco de laranja concentrado, frango, carne bovina, fumo e álcool, assim como um dos maiores exportadores de produtos de ferro e aço e celulose, enquanto suas exportações mais sofisticadas incluíam aviões, automóveis, caminhões, ônibus, assim como equipamentos tecnológicos e maquinaria industrial. Em 2002, houve um aumento de cerca de 3,7% das exportações totais com relação ao ano anterior, sendo os aumentos mais significativos relativos aos produtos básicos (com um aumento de cerca de 10,5% e correspondendo a cerca de 28% das exportações em 2002) e industrializados semimanufaturados (com um aumento de cerca de 8,7% entre 2001 e 2002, correspondendo a cerca de 15% do total das exportações em 2002)³⁴⁹. Dentre os principais produtos básicos para exportação em 2002 pode-se destacar “minérios de ferro e seus concentrados”, correspondendo a 18% do total da categoria, “soja, mesmo triturada”, correspondendo a 17,9% e “farelo e resíduos da extração de óleo de soja”, com 13%. O “café cru em grãos” correspondia a 7%, enquanto o “algodão em bruto” a apenas 0,6%, sendo o 15º produto básico exportado em termos de participação percentual no total da categoria. Quanto aos produtos manufaturados, os aviões tiveram participação de 7,1%,

³⁴⁷ Anexo Estatístico, *in* Ramos Silva, 2002, p. 245.

³⁴⁸ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2002, p. 133.

³⁴⁹ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2003, p. 143.

“automóveis de passageiros” corresponderam a 6,2%, seguidos pelos “aparelhos transmissores ou receptores e componentes”, correspondendo a 5,4%³⁵⁰.

A Europa continuava sendo, no final dos anos 1990, o principal destino das exportações brasileiras, com cerca de 33% (aproximadamente 34% em 1990), seguida da América Latina, cuja participação aumentou de aproximadamente 10% em 1990 para 28% em 1998, e dos Estados Unidos e Canadá, com cerca de 27% em 1990 e 20% em 1998³⁵¹. Em 2002, a União Européia absorveu 25% das exportações totais do Brasil, pouco menos que os Estados Unidos, com 25,7%, enquanto a ALADI respondeu por 16,3% (dos quais o Mercosul 5,5%) e a Ásia por 14,6%³⁵². Enquanto os Estados Unidos eram o principal país de destino dos manufaturados brasileiros, cerca de 19,5% do total, a União Européia foi a que mais importou produtos básicos, cerca de 12,3% do total das exportações do Brasil³⁵³.

As importações de bens aumentaram 19,2% e 1,9% ao ano, nos períodos 1990-1995 e 1996-2001, respectivamente³⁵⁴. Em 1998, as matérias primas correspondiam a 46,4% do total das importações, seguidas pelos bens de capital, com 27,9%, pelos bens de consumo, com 18,7% e pelos combustíveis e lubrificantes, responsáveis por 7% do total. No entanto, em 2002, houve uma diminuição de cerca de 18% nas importações brasileiras com relação a 1998 e de 15% com relação a 2001. Em 2002, as matérias primas continuaram a ter a maior participação nas importações brasileiras, com 49,7% do total, seguidas pelos bens de capital, com 24,6%, combustíveis e lubrificantes, com 13,2%, e bens de consumo com 12,5% do total³⁵⁵.

Quando às origens das importações, a Europa viu sua participação aumentar de quase 20% em 1980 para 25% em 1990 e cerca de 33% em 1998. Os segundos fornecedores eram, em 1998, Estados Unidos e Canadá, com cerca de 25% (contra cerca de 23% em 1980 e 1990), e o terceiro era a América Latina, com cerca de 22% (contra cerca de 12% em 1980 e cerca de 16% em 1990)³⁵⁶. Em 2002, a União Européia respondia por 27,7% das importações brasileiras (maior fornecedora de bens de capital, responsável por 36,6% do

³⁵⁰ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2002, p. 135.

³⁵¹ Gordon, 2002, p. 293.

³⁵² Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2003, p. 134.

³⁵³ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2002, p. 136.

³⁵⁴ Anexo Estatístico, *in* Ramos Silva, 2002, p. 245.

³⁵⁵ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2002, p. 142.

³⁵⁶ Gordon, 2002, p. 293.

total, e de matérias primas, com 29,3%), seguida pelos Estados Unidos, com 22,1%, pela Ásia, com 16,9%, e pelo Mercosul, com 11,9%³⁵⁷.

No que diz respeito aos serviços, entre 1990 e 1995, as exportações aumentaram, em média, 12,8% ao ano, e, entre 1996 e 2001, cerca de 8,5%, enquanto o crescimento das importações foi de cerca de 18,4%, entre 1990 e 1995, e de cerca de 3,9% no período seguinte³⁵⁸.

O Mercosul foi criado em 1991 com o propósito de criar um mercado comum e uma união aduaneira entre os países participantes. Composto pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em janeiro de 2006 os bens produzidos no Mercosul deverão circular livremente no espaço integrado pelos países constituintes do bloco, que terá uma única Tarifa Externa Comum (TEC) vigorando para o comércio de produtos com o resto do mundo.

O Brasil é, sem dúvida, o país com a maior participação no total do comércio exterior do Mercosul com, em 2002, 69,2% do total (correspondendo a 66,1% das exportações e 73,4% das importações). No intercâmbio comercial com o Mercosul, as principais mercadorias brasileiras exportadas para os países do bloco evoluíram de US\$ 5.921,5 milhões, em 1994, para US\$ 6.777,9 milhões, em 1999, decaindo para US\$ 3.310,8 milhões em 2002. Dentre os principais produtos exportados, destacam-se, em 2002, “veículos, automóveis, tratores, ciclos”, com 11,8% do total, seguidos de “caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos”, com 8,9%, “plásticos e suas obras” (7,2%) e “produtos químicos e orgânicos (6,2%)”. Quanto às importações, os principais produtos importados originários do Mercosul foram, em 2002, os cereais, correspondendo a 16% do total, seguidos de “combustíveis, óleos e ceras minerais, com 15,4%, “veículos, automóveis, ciclos”, com 15,1% e “plásticos e suas obras”, correspondendo a 6,8% do total.

O principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul é a Argentina, com, em 2002, 79,4% do intercâmbio comercial do Brasil com o bloco (contra 82,8% em 1999 e 74,2% em 1994), seguida do Paraguai e do Uruguai, com 10,6% e 10%, respectivamente (contra cifras de 7,4% e 9,6%, respectivamente, em 1999, e 13,4% e 12,4% em 1994)³⁵⁹.

³⁵⁷ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2002, p. 144.

³⁵⁸ Anexo Estatístico, *in* Ramos Silva, 2002, p. 245.

³⁵⁹ Site do Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Em 2001, segundo um relatório da OMC, o Brasil ocupava o 26º lugar no ranking dos exportadores mundiais de bens e o 23º no dos importadores. No que diz respeito aos serviços, o Brasil ocupava a 33ª posição em exportações e 15ª em importações. No mesmo ano, o Brasil respondia por aproximadamente 0,88% das exportações mundiais de bens e serviços e por cerca de 0,94% das importações³⁶⁰.

4.3 – MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE PORTUGAL E BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

No período 1986-2000, em que no Brasil consolida-se a democracia e durante o qual dá-se a inserção de Portugal na Comunidade Européia, os dois países seguem trajetórias distintas de crescimento. Apesar de algumas oscilações anuais, a taxa de crescimento do PIB *per capita* português mantém-se entre as mais elevadas da Comunidade, e a renda *per capita* de Portugal tende a convergir para a média européia. Com um crescimento de cerca de 4,6% do PIB *per capita* de 1952 a 1997, Portugal registrou a maior taxa de crescimento entre os países da União Européia.³⁶¹ Já o Brasil passou por uma série de “planos heterodoxos” e uma inflação explosiva, até finalmente ser implementado um programa de estabilização bem sucedido, o Plano Real, em 1994. O seu desempenho em termos de crescimento de PIB *per capita* foi decepcionante, apesar de importantes mudanças institucionais no campo econômico e político, e progressos de diversos indicadores sociais. Interrompe-se, nas duas décadas finais do século XX, um crescimento que fora quase ímpar no período 1900-1987, quando a taxa de crescimento do PIB *per capita* do Brasil, de 2,4%, esteve entre as maiores do mundo, excedida pela do Japão (3,1%), da Finlândia e Noruega (2,8%) e igual à da Coréia. Entre 1900 e 1973, a taxa de crescimento do Brasil somente foi inferior à do Japão e à da Finlândia³⁶². No entanto, notadamente quanto à distribuição de renda, o país continuava a apresentar sérios desequilíbrios. No contexto dessas duas diferentes trajetórias, ocorreram mudanças na importância relativa e absoluta dos fluxos de comércio, de pessoas e de capital entre Portugal e Brasil.

³⁶⁰ Site da OMC.

³⁶¹ Mateus, 1998, p. 15.

³⁶² Abreu e Verner, 1997, p. 22.

No que diz respeito ao comércio internacional, após a entrada de Portugal na Comunidade Européia, observou-se, nos primeiros anos, uma diminuição dos níveis de comércio com o Brasil, devido ao crescimento acentuado das trocas de Portugal com a região: por volta de 1994, o comércio extra-U.E. de Portugal representava pouco mais de 15% do total. Assim, o nível médio geral do comércio bilateral baixou de 1,4% nos anos 1970 para cerca de 1% nos anos 1980. Embora tenha havido uma diminuição significativa das exportações portuguesas para o Brasil, principalmente entre 1987 e 1992, as importações portuguesas em termos de comércio extra-U.E. passaram, a partir de 1987, a patamares mais elevados, situando-se em geral acima de 5% do total.

Nos anos de 1993 a 1997, observou-se um novo aumento tanto das exportações como das importações. Em 1996, as exportações para o Brasil voltaram a ultrapassar 1%, o que não acontecia desde 1981. Em euros, as exportações atingiram uma soma superior a 100 milhões em 1995, e ultrapassaram a barreira dos 200 milhões dois anos mais tarde. Do ponto de vista brasileiro, houve progresso da participação de Portugal, principalmente no final da década de 1990. As exportações brasileiras para Portugal passaram de 0,69% em 1990 para 0,86% do total em 1998, e o valor médio passou de 254 milhões de dólares nos cinco primeiros anos da década para cerca de 380 milhões entre os anos 1995 e 1999. As importações provenientes de Portugal também aumentaram, de cerca de 0,19% em 1990 para cerca de 0,38% do total em 1998, e o valor médio passou de cerca de 51,2 milhões de dólares para aproximadamente 197 milhões.

Houve também uma progressão do Brasil como parceiro comercial de Portugal na década de 90. No comércio total, o Brasil passou de 23º país de destino das exportações portuguesas em 1990 para 14º em 1998, e de 12º para 11º como fornecedor nos mesmos anos. Levando em conta somente o comércio extra-U.E., o Brasil passa a ocupar o 4º lugar em termos de destino das mercadorias portuguesas e o 3º lugar em termos de origem de mercadorias (no início da década, em 1990, o Brasil ocupava a 5ª e 10ª posições, respectivamente). Ainda, ao nível do comércio extra-U.E. total (soma das exportações e importações), o Brasil ocupa o terceiro lugar, logo a seguir os Estados Unidos e o Japão. Cabe uma observação no que diz respeito ao contraste entre a evolução do Brasil e do Japão: em 1992, o comércio com o Brasil correspondia a cerca de 37% do comércio português com o Japão, passando para 68% em 1998 e para 85% em 2001. Embora tenha-

se assistido a um retrocesso das relações em 1999-2000, devido à desvalorização do real e à baixa cotação das matérias-primas, pode-se dizer que o Brasil tornou-se um parceiro comercial mais importante, principalmente a nível extra-U.E..

Durante a década de 1990, a tendência crescente das trocas luso-brasileiras confirmou-se também no conjunto da União Européia. O mercado português de produtos brasileiros foi, em 1995, 1998 e 2000, o oitavo dentro da U.E., logo após a Alemanha, França, Reino Unido e Espanha. “Em 1998 o mercado português de mercadorias representou para o Brasil, 42% do espanhol, 35% do britânico e 29% do francês”³⁶³.

A desvalorização da moeda brasileira afetou significativamente as relações bilaterais entre os dois países no ano de 1999. As exportações portuguesas para o Brasil foram mais afetadas que as importações: as exportações como parte do total caíram de 0,90% em 1998 para 0,59% em 1999 (de cerca de 200,7 milhões de euros para cerca de 136,4 milhões), e as importações caíram de 1,35% para 0,98% nos mesmos anos (de cerca de 466,4 milhões de euros para aproximadamente 368 milhões). No ano de 2000 os valores se reaproximaram dos níveis de 1998³⁶⁴.

As exportações portuguesas para o Brasil tiveram uma forte aceleração entre os anos 1992 e 1998. No entanto, observou-se uma queda do peso relativo dos produtos tradicionais. Isto é, os quatro produtos (azeite, vinho, livros e jornais e publicações periódicas) que ocupavam as quatro primeiras posições na pauta de exportações portuguesas para o Brasil representavam, em 1990, cerca de 57,4% do total. Em 1998, esses itens não representavam mais do que cerca de 25,8%. No que diz respeito aos dois primeiros, azeite e vinho, embora o vinho tivesse passado de 2º principal produto em 1990 para 3º em 1998 e também em 2000, estes apresentaram uma grande expansão resultante do aumento da procura brasileira embora suas participações tenham caído (o azeite representava 31,2% das exportações para o Brasil em 1990 e 16% em 1998, e o vinho representava 11% em 1990 e 6,7% em 1998). Assim, em 1998, Portugal exportou cerca de 12,1 mil toneladas de azeite, contra 4,9 mil em 1990, e 4,3 mil toneladas de vinho, contra 2,2 mil em 1990³⁶⁵.

³⁶³ Ramos Silva, 2002, p. 104.

³⁶⁴ *Idem*, p. 106.

³⁶⁵ *Idem*, pp. 110-111.

Em paralelo com a queda das exportações de produtos tradicionais, houve um aumento da participação de um conjunto de produtos industriais tais como: fios, cabos e condutores elétricos, caixas de fundição e moldes, máquina e aparelhos mecânicos e partes destinadas a motores. A parcela correspondente a esses produtos passou de 4,5% em 1990 para 18,5% em 1998 e 16,3% em 2001, o que evidencia uma melhoria e uma diversificação na pauta de exportações de Portugal para o Brasil. Nota-se também o aparecimento do minério de cobre na pauta portuguesa, que tornou-se um importante produto da exportação para o Brasil, ocupando o 4º lugar em 1998 e 2001. Também ganharam importância alguns produtos do setor têxtil e de vestuário. Embora não fizessem parte dos doze principais produtos para a exportação para o Brasil, a agregação destes produtos apresentou um salto de 1% do total em 1990 para cerca de 5,3% em 1998 e 2001³⁶⁶.

Do ponto de vista dos produtos que o Brasil exportava para Portugal, a composição da pauta era basicamente de produtos primários. Entre os doze principais produtos exportados para Portugal, a soja (incluindo bagaço de soja), os couros e peles, o açúcar e o café responderam por cerca de 45,9% das exportações brasileiras para Portugal em 1990, cerca de 37,8% em 1998 e cerca de 40,5% em 2001. Podemos observar que, mesmo que em 1998 os produtos industriais tenham sido os mais representativos no conjunto, representando no total 17,3% das exportações, em 2001 o único produto que podia ser considerado industrial (partes destinadas a motores) representou somente cerca de 3,3% das exportações para Portugal³⁶⁷.

Constata-se então, após se analisar a composição da pauta de exportações portuguesa para o Brasil e a presença relativamente forte de produtos primários e semi-transformados na pauta de exportações brasileiras para Portugal, que existe uma certa articulação funcional em termos de vantagens comparativas entre as duas economias. “Em particular, isso nota-se nos seguintes *inputs*: peles e couros, madeiras, sisal e algodão e seus derivados, essenciais para determinadas indústrias em que Portugal se revela competitivo, como o calçado, o agro-florestal, as cordas e sacos e o têxtil e o vestuário”³⁶⁸.

Contrariamente ao que se observa entre países desenvolvidos, aqui o comércio intersetorial prevalece sobre o comércio intra-ramo. O comércio intersetorial, que atingiu

³⁶⁶ Mata e Valério, 2003, pp. 112-113.

³⁶⁷ Ramos Silva, 2002, p. 115.

³⁶⁸ *Idem*, p. 116.

cerca de 88% do total em 1998, seu menor nível na década, realiza-se entre setores diferentes e complementares, muitas vezes baseado nas dotações naturais dos países e em função da especialização internacional: ou seja, azeite e vinho no que diz respeito a Portugal, e soja, açúcar e café no que diz respeito ao Brasil. Ainda assim observou-se um ligeiro aumento do comércio intra-ramo entre 1992 e 1998, no qual livros, jornais, acessórios de automóveis e madeira podem ser inseridos.

Segundo estatísticas brasileiras, a participação de Portugal no total das exportações brasileiras entre 1996 e 2002 foi em média 0,79%, e a participação nas importações, no mesmo período, da ordem de apenas 0,35%. Em 2002, as exportações brasileiras para Portugal alcançaram 628,2 milhões de dólares e as importações apenas 143,5 milhões, com um saldo final favorável ao Brasil de 484,7 milhões. Cabe observar que entre 1996 e 2002, a participação de Portugal nas exportações mundiais foi em média 0,42%, não muito distante de sua participação nas importações brasileiras. No período 1990-1998, o Brasil respondeu por 0,88% e Portugal por 0,56% do comércio mundial³⁶⁹.

Além do comércio de mercadorias, que hoje representa apenas uma parcela das relações bilaterais entre Portugal e Brasil, outros fluxos também constituem uma parte importante das transações entre os dois países. Embora se observe uma insuficiência nas estatísticas no que diz respeito aos serviços, rendimentos de capital e transferências correntes, nota-se, através destes fluxos, um ressurgimento das relações econômicas luso-brasileiras entre 1992 e 2002.

As trocas de serviços apresentaram um sensível aumento quanto à sua importância no comércio total (bens + serviços) entre os dois países. Em 1994-1995, a parcela representativa de trocas de serviços no comércio total era de 22,8%, passando para cerca de 36,3% em 2000-2001. Em primeiro lugar, destaca-se o setor de turismo e viagens. Embora mais favorável para Portugal ao longo dos anos 1993 a 2001, a balança tende a se equilibrar cada vez mais: em 1994-1995 o turismo português no Brasil representava 43,3% do turismo brasileiro em Portugal. Nos anos 2000-2001, esta proporção aumentou para 64,9%. Nota-se que, apesar da desvalorização do real, as receitas portuguesas de viagens e turismo foram superiores às das exportações totais de mercadorias em 1999. Ainda no que diz respeito aos serviços, podemos citar os transportes (na sua maioria aéreos), serviços

³⁶⁹ Anexo Estatístico, *in* Ramos Silva, 2002, p. 243.

prestados às empresas, serviços de comunicação e serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa e direitos de utilização (patentes e marcas). Nota-se um aumento da importância dos serviços prestados às empresas, cujo peso no total da balança passou de cerca de 4,4% em 1996 para cerca de 8,1% em 2001. De uma maneira geral, desde 1996, os transportes geralmente foram superavitários para Portugal (com exceção do ano de 2001), os serviços de comunicação também constituíram um saldo positivo para Portugal, enquanto no que diz respeito aos serviços prestados às empresas (exceto nos anos 1999-2000), serviços de natureza pessoal e os direitos de utilização estes sempre foram largamente favoráveis ao Brasil.

Quanto aos rendimentos de capitais, cujo peso foi praticamente insignificante até a primeira metade da década de 1990, estes representaram, em 2000-2001, cerca de 77% do comércio de serviços entre os países. O saldo global do período 1996 a 2001 foi favorável a Portugal, e apenas na rubrica de investimentos diretos o Brasil obteve saldo positivo.

Quanto às transferências, também se constata um crescimento no mesmo período. No entanto, houve uma mudança clara no sentido das remessas. Enquanto até 1999 as remessas constituíram um saldo positivo para Portugal, a partir de 2000 houve uma inversão e um aumento das remessas de imigrantes brasileiros em Portugal para o Brasil. As remessas de brasileiros em Portugal passaram de cerca de 4,8 milhões de euros em 1996 para cerca de 33,7 milhões em 2000 e 40,2 milhões em 2001. Em contrapartida, as remessas enviadas por portugueses no Brasil para Portugal atingiram cerca de 16,2 milhões de euros em 1996, 17,8 milhões em 2000 e 14,1 milhões em 2001.

Mais do que em qualquer outro fluxo, foram os investimentos, mais especificamente os diretos, que apresentaram maior mudança no quadro das relações luso-brasileiras nos anos 90. A evolução dos fluxos de IDE (Investimentos Diretos Estrangeiros) entre Portugal e Brasil apresentou claramente duas fases. Uma em que o IDE no sentido Brasil-Portugal desempenhou um papel mais importante, até 1995, outra no sentido Portugal-Brasil, a partir daquela data.

No início dos anos 1990, o investimento direto do Brasil em Portugal iniciou a fase moderna das parcerias luso-brasileiras. De 1986 a 1994, o Brasil investiu cerca de 271 milhões de euros em Portugal (em termos líquidos), enquanto o correspondente inverso não

passou de 12,8 milhões no mesmo período. Nos anos 1989 e 1994, o IDE brasileiro em Portugal representou, respectivamente, 4,9% e 6,9% do total entrado em Portugal.

Depois de 1995, o quase nulo IDE português no Brasil no início da década de 90 assistiu a uma rápida ascensão. No período de 1995 a 2001, o investimento direto líquido de Portugal no Brasil atingiu 10.180 milhões de euros, tornando o Brasil o seu maior destino e tornando-se Portugal o quinto investidor em termos de fluxos (atrás dos Estados Unidos, Espanha, Países Baixos e França) entre os anos 1996 e 2001. Nos três anos em que os investimentos foram mais significativos (1998 a 2000), o IDE de Portugal no Brasil representou, numa média anual, cerca de 2,5% do PIB português. Um dos pontos altos do processo foi a compra da Telesp pela Portugal Telecom (PT) em 1998. A compra, da ordem de 4,2 bilhões de dólares, foi a maior operação de internacionalização realizada por uma empresa portuguesa nas últimas décadas e foi em parte responsável pelo elevado índice de IDE em 1998. Além de empresas com capitais públicos (PT, EDP e CIMPOR, por exemplo), grupos econômicos privados (como o SONAE) e algumas pequenas e médias empresas (que representavam um terço das empresas portuguesas instaladas no Brasil em 2002) também contribuíram para o IDE no sentido Portugal-Brasil³⁷⁰.

Segundo estatísticas brasileiras, entre 1996 e 2002 os portugueses investiram cerca de 10,3 bilhões de dólares tanto em pequenos negócios como em grandes projetos de infraestrutura. Existem, pelo menos, 400 empresas portuguesas médias e grandes no Brasil, com cerca de 100 mil funcionários e faturamento de 110 milhões de dólares³⁷¹. Com as privatizações brasileiras nos anos 1990, os portugueses, que primeiro se direcionaram para os setores de telefonia e energia, agora investem em setores como rodovias e turismo. Entre 1991 e 2002, Portugal foi o terceiro país no que diz respeito à participação estrangeira nas privatizações, com 5,9% do total (atrás do Estados Unidos, com 17%, e da Espanha, com 15,4%) destinando ao Brasil, entre 1996 e 2000, 55,5% dos seus investimentos diretos estrangeiros. No período de 1996 a 2001, observa-se que o setor de atividade que mais recebeu investimentos portugueses foi o setor de “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas”, recebendo no período cerca de 8,6 bilhões de euros (84,8% do total), seguido pelos setores de “produção e distribuição de eletricidade, gás e

³⁷⁰ Ramos Silva, 2002, pp. 140-141.

³⁷¹ O Globo, 1 de maio de 2005, p. 37.

água (6,3%), “atividades financeiras” (3,7%), “transporte, armazenagem e comunicações” (1,8%) e “indústrias de transformação” (1,2%), as demais respondendo por menos de 1% do total³⁷².

No âmbito dos países de língua portuguesa, o Brasil é o principal parceiro econômico de Portugal. Em 2001, os fluxos de comércio e investimento entre Portugal e o Brasil representavam 2/3 dos fluxos entre Portugal e os demais países lusófonos enquanto o valor correspondente em 1992 foi de 27%³⁷³. Uma estimativa do grau de abertura (exportações + importações sobre 2 sobre o PIB) do Brasil em 1999 mostra um percentual de apenas 6%, enquanto dados para Portugal indicam, para o mesmo ano, uma cifra de 28%³⁷⁴.

Segundo estatísticas oficiais portuguesas, o saldo migratório negativo foi de 39 mil saídas líquidas por ano entre 1986 e 1991. Entre 1992 e 2000, o saldo migratório tornou-se positivo com entradas líquidas de 33 mil pessoas por ano, deixando Portugal de ser um país de grande emigração. Em 1991, a agricultura absorvia apenas 10,2% da força de trabalho total, confirmando a transformação estrutural de Portugal nos moldes europeus. A pesca e a indústria extrativa respondiam por outros 1%. Os diversos setores da indústria absorviam 37,5% da mão-de-obra e os serviços 51,3% do mesmo total³⁷⁵.

Embora tenha havido um declínio do Brasil como destino da emigração portuguesa a partir da década de 60, cerca de 17% de portugueses e descendentes de dupla nacionalidade com residência fora de Portugal residiam no Brasil em 2002 (sendo o segundo destino dos emigrantes portugueses, atrás do Estados Unidos e antes da França). Logo, em contraste com o padrão observado no final do século XIX, as remessas do Brasil já não têm mais que um valor residual no balanço de pagamentos português: as remessas do Brasil, que representavam 0,8% do total em 1990 (1,6% em 1980), não chegaram sequer a 0,4% em 2001. Do ponto de vista do Brasil, de acordo com um censo da população brasileira no exterior de 1996, Portugal ocupava o quinto lugar com 22.000 brasileiros (ou 1,64% da população brasileira residente no exterior), após os Estados Unidos, com cerca de 610 mil brasileiros, cerca de 45,4%, seguidos do Paraguai (cerca de 24%), Japão (cerca de 12,6%) e

³⁷² Ramos Silva, 2002, pp. 132-145.

³⁷³ *Idem*, pp. 97-159.

³⁷⁴ Gordon, 2002, p. 54; Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, pp. 257, 279.

³⁷⁵ Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, pp. 251, 253.

Alemanha (1,77%). “De acordo com as mais recentes estatísticas oficiais, os brasileiros representavam 11% da população estrangeira residente em Portugal em 2001 (8,5% em 1985), e, se se contabilizarem também as autorizações oficiais de permanência (um regime especial em vigor desde 1999), em março de 2002 o seu número ultrapassava os 50.000, perfazendo cerca de 14% do total da população estrangeira legalizada”³⁷⁶. Conseqüentemente, como foi visto acima, as remessas de Portugal para o Brasil ultrapassaram o movimento contrário a partir do ano de 2000.

Na virada do século, em 2000, Portugal tinha uma população de 10,2 milhões de habitantes, com uma densidade de população de 109 habitantes por km². Os números correspondentes para o Brasil eram 170 milhões e 20 habitantes por km².

O PIB português equivalia a 111,3 bilhões de dólares, ou 11.120 dólares *per capita*, e o brasileiro a 610 bilhões de dólares e 3.580 dólares *per capita*. Utilizando-se cálculos do Banco Mundial de paridade de poder de compra, o PIB *per capita* brasileiro era de 7.300 dólares contra 16.990 dólares para Portugal, ou seja, a renda *per capita* brasileira alcançava cerca de 43% da portuguesa com base em paridade do poder de compra, e 32% a preços correntes³⁷⁷. Entre 1986, ano da entrada na Comunidade Econômica Européia, e 2000, o produto interno bruto por habitante de Portugal cresceu 84,8% em termos reais, a uma taxa anual de 4,2%, resultado de uma taxa de crescimento do PIB real a 4,4% ao ano e de um crescimento demográfico de apenas 0,2% ao ano³⁷⁸. Entre 1986 e 2000, o PIB real brasileiro cresceu apenas 2,4% ao ano, e a população continuou crescendo, em média, a 1,7% no período 1986-2000 como um todo (1,3% entre 1995 e 2000), resultando em um crescimento *per capita* de apenas 0,7% entre 1986 e 2000. Acentuou-se, portanto, no período, o atraso relativo do Brasil com relação a Portugal³⁷⁹.

Em termos de indicadores sociais, as mulheres brasileiras tinham em 2001 uma expectativa de vida de 72,6 anos e os homens, de 64 anos. Em Portugal, de acordo com o censo de 2001, a expectativa de vida ao nascer das mulheres era de 81 anos e dos homens de 74 anos³⁸⁰. A taxa de analfabetismo reduziu-se no Brasil para 12,9% em 2000, e em

³⁷⁶ Ramos Silva, 2002, pp. 152-153.

³⁷⁷ IRBD, World Development Indicators, 2002, pp. 18-19.

³⁷⁸ Apêndice Estatístico, *in* Mata e Valério, 2003, pp. 256-257.

³⁷⁹ Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2003, p. 18.

³⁸⁰ Site do Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Censo 2001.

Portugal alcançou apenas 9% em 2001³⁸¹. Já em termos de distribuição de renda, o contraste continua marcante. Apesar de um declínio do coeficiente de Gini entre 1993 e 2002 no Brasil, de cerca de 0,60 para cerca de 0,56, o perfil de distribuição de renda no Brasil permaneceu um dos piores do mundo, com os 10% mais ricos auferindo cerca de 47% da renda segundo os levantamentos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio)³⁸². Já em Portugal, em 1995, o coeficiente de Gini era de apenas 0,35, refletindo um perfil muito mais igualitário de distribuição de renda. A taxa de pobreza, “com a linha de pobreza definida como 50% do rendimento *per capita* médio do país”, era de 20,5% em 1995³⁸³.

Em resumo, nas duas décadas finais do século XX, a emigração portuguesa para o Brasil perdeu qualquer relevância e Portugal deixou de ser um país de emigração líquida. O comércio entre os dois países revelou-se, em termos relativos, mais importante para Portugal do que para o Brasil, continuando a envolver alguns dos produtos já importantes no século XIX, como o vinho e o azeite, e os fluxos de capital de Portugal para o Brasil, sob a forma de IDE, assumiram uma crescente relevância, especialmente no final dos anos 1990, em função da acumulação de capital resultante do crescimento português no contexto da Comunidade Econômica Européia. O forte crescimento do PIB *per capita* português entre 1950 e 2000, à taxa anual de 4,2%³⁸⁴, contra uma taxa de crescimento também respeitável de 2,4% ao ano no Brasil no mesmo período³⁸⁵, acentuou o fosso entre a renda *per capita* dos dois países, que, como se viu, fora menor em certos momentos do século XX. Durante o século, Portugal completou a transição para uma economia desenvolvida e o Brasil, apesar de grandes progressos em vários campos, manteve-se num nível de renda *per capita* relativamente baixo em termos mundiais e ainda afligido por desequilíbrios e problemas econômicos que claramente o diferenciam, em termos de atraso relativo, com relação à antiga metrópole.

³⁸¹ Site do IBGE, Censo Demográfico 1991-2000; Site do Ministério da Educação – Portugal.

³⁸² Citado em Paes de Barros e Carvalho, in Giambiagi, Reis e Urani, 2004, p. 454.

³⁸³ Mateus, 1998, p. 10.

³⁸⁴ Apêndice Estatístico, in Mata e Valério, 2003, p. 256.

³⁸⁵ Maddison, 1995, p. 215; Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2003, p. 18.

CONCLUSÃO

Ao longo do século XX, Portugal evoluiu de uma economia subdesenvolvida para um país desenvolvido integrado na Europa, embora continue com raízes, sobretudo culturais, nos países onde manteve uma presença secular, e especialmente no Brasil. Que os livros e periódicos permaneçam um dos itens de mais importância nas exportações portuguesas para o Brasil é apenas um índice de um relacionamento cultural que tem duas direções, haja vista a difusão dos programas de televisão, entre eles as “telenovelas”, e dos livros de autores brasileiros em Portugal.

No final dos anos 1990, o PIB *per capita* português, em termos reais, era 10 vezes superior ao de 1910, com uma taxa média de crescimento, no período, de 3,5% ao ano. O Brasil, por outro lado, passou por uma transformação mais incompleta. Apesar de uma taxa de crescimento anual elevada de 2,1% do PIB *per capita* (que se multiplicaria por 8, em termos reais, entre 1900 e 2000)³⁸⁶, persistem no país uma forte desigualdade e importantes bolsões de pobreza, que contrastam com a situação das regiões e pessoas mais ricas, com níveis de consumo próximos dos europeus³⁸⁷.

No entanto, nas duas últimas décadas do século XX, o Brasil consolidou definitivamente o seu regime democrático, que o *impeachment* pacífico de um presidente eleito e a alternância de partidos políticos no poder vieram confirmar, e realizou algumas reformas institucionais de grande importância, além de ter combatido uma inflação galopante com sucesso.

De acordo com as tendências comerciais recentes, é de ser esperar que o século XXI seja um período em que haja uma recuperação do interesse do Brasil para Portugal, a exemplo da propagação dos investimentos portugueses no Brasil. A nova realidade dos blocos econômicos e a possibilidade de realização de novos acordos geram perspectivas positivas entre o Mercosul e a União Europeia, permitindo assim uma maior interação tanto a níveis econômico e comercial como a níveis social e cultural.

³⁸⁶ Abreu e Verner, 1997, p. 22; Banco Central do Brasil, Relatório Anual 2003, p. 18.

³⁸⁷ Paes de Barros e Carvalho, *in* Giambiagi, Reis e Urani, 2004, pp. 435-436.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de P., “Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

ABREU, M. de P., “Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

ABREU, M. de P., *O Brasil e a Economia Mundial, 1930-1945*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

ABREU, M. de P. e LAGO, L. A. C. do, “Property Rights and the Fiscal and Financial Systems in Brazil: Colonial Heritage and the Imperial Period”, in Bordo, M. D. e Cortés-Conde, R., eds., *Transferring Wealth and Power from the Old to the New World*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

ABREU, M. de P. e VERNER, D., *Croissance à Long Terme au Brésil*, Paris, OCDE, 1997.

ALBERT, B., *South America and the World Economy from Independence to 1930*, London, Macmillan, 1983.

ALDEN, D., “Late Colonial Brazil, 1750-1808”, in Bethell, L., ed., *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

BAINES, D., *Emigration from Europe, 1815-1930*, London, Macmillan, 1991.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório Anual 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Relatório Anual 2003.

BEREND, I. T. e RANKI, G., *The European Periphery and Industrialization, 1780-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

BETHELL, L. e CARVALHO, J. M. de, “1822-1850”, in Bethell, L., ed., *Brazil: Empire and Republic, 1822-1930*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

BULMER-THOMAS, V., *La Historia Económica de America Latina desde la Independencia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1998.

CARNEIRO, D. D., in Lamounier, B., Carneiro, D. D. e Abreu, M. de P., *50 Anos de Brasil, 50 Anos de Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1994.

CARNEIRO, D. D., “Crise e Esperança: 1974-1980”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

CARNEIRO, D. D. e MODIANO, E., “Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

COSTA, E. V. de, “1870-1889”, in Bethell, L., ed., *Brazil: Empire and Republic, 1822-1930*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

DEAN, W., “Economy”, in Bethell, L., ed., *Brazil: Empire and Republic, 1822-1930*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

DUNCAN, T. B., *Atlantic Islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, The University of Chicago Press, Chicago/Londres, 1972.

ENGERMAN, S. L. e NEVES, J. C. das, “The Bricks of an Empire 1415-1999: 585 Years of Portuguese Emigration”, in *The Journal of European Economic History*, Vol. 26, nº 3, Winter 1997.

FRANCO, G., *A Década Republicana: O Brasil e a Economia Mundial – 1888/1900*, Rio de Janeiro, IPEA, 1991.

FRANCO, G., “A Primeira Década Republicana”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

FRITSCH, W., “Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003.

GALLOWAY, J. H., *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914*, Cambridge University Press, Cambridge, 1989.

GODINHO, V. M., “Portuguese Emigration from the Fifteenth to the Twentieth Century: Constants and Changes”, in Emmer, P. C. e Mörner, M., eds., *European Expansion and Migration*, Oxford, Berg, 1992.

GORDON, L., *A Segunda Chance do Brasil*, São Paulo, SENAC, 2002.

GRAHAM, D. H. e MERRICK, T. W., *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the Present*, Baltimore, Johns Hopkins Press, 1979.

GRAHAM, R., *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972.

HAHNER, J. E., *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920*, Albuquerque, The University of New Mexico Press, 1986.

HEMMING, J., “Indians and the Frontier”, in Bethell, L., ed., *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

IBGE, *Anuário Estatístico 1939-1940*, Rio de Janeiro, IBGE, 1940.

IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985*, Rio de Janeiro, IBGE, 1987.

IBGE, *O Brasil em Dados*, Rio de Janeiro, IBGE, 1960.

IBRD, *World Development Indicators 2002*, Washington D. C., 2002.

JOHNSON, H. B., “Portuguese Settlement, 1500-1580”, in Bethell, L., ed., *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

KLEIN, H. S., *The Atlantic Slave Trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

LAGO, L. A. C. do, “A Retomada do Crescimento e as Distorções do ‘Milagre’: 1967-1973”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

LAGO, L. A. C. do, “Balança Comercial, Balanço de Pagamentos e Meio Circulante no Brasil no Segundo Império: Uma Nota para uma Revisão”, in *Revista Brasileira de Economia*, 4, 1982.

LAGO, L. A. C. do, “Economic Relations between Brazil and the European Economic Community: A Brazilian Overview”, in Coffey, P. e Lago, L. A. C. do, *The EEC and Brazil: Trade, Capital Investment and the Debt Problem*, London, Pinter Publishers, 1988.

LAGO, L. A. C. do, “O Surgimento da Escravidão e a Transição para o Trabalho Livre no Brasil: Um Modelo Teórico Simples e uma Visão de Longo Prazo”, in *Revista Brasileira de Economia*, 4, 1988.

MADDISON, A., *L'Économie Mondiale 1820-1922: Analyses et Statistiques*, Paris, OCDE, 1995.

MADDISON, A., *The World Economy: A Millennial Perspective*, Paris, OECD, 2001.

MANSUY-DINIZ SILVA, A., “Imperial Re-organisation, 1750-1808”, in Bethell, L., ed., *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

MATA, E. e VALÉRIO, N., *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Presença, 2003.

MATEUS, A., *Economia Portuguesa: Crescimento no Contexto Internacional (1910-1998)*, Lisboa, Verbo, 1998.

MAURO, F., “Political and Economic Structures of Empire, 1580-1750”, in Bethell, L., ed., *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

MODIANO, E., “A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Económica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

MONT’ALEGRE, O., *Capital e Capitalismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972.

MORINEAU, M., *Incroyables Gazettes et Fabuleux Métaux: Les Retours des Trésors Américains d’après les Gazettes Hollandaises (XVI^e-XVIII^e siècles)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

MÖRNER, M., “Immigration into Latin América, Especially Argentina and Chile”, in Emmer, P. C. e Mörner, M., eds., *European Expansion and Migration*, Oxford, Berg, 1992.

NETO, D. M. de P., “O Interregno Café Filho: 1954-1955”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

NOYA PINTO, V., *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-português*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979.

OLIVEIRA MARQUES, A. H., *Breve História de Portugal*, Lisboa, Presença, 1996.

PAES DE BARROS, R. e CARVALHO, M. D., “Desafios para a Política Social Brasileira”, in Giambiagi, F., Reis, J. G. e Urani, A., eds., *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004.

PEDREIRA, J. M. V., *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*, Linda-a-Velha, DIFEL, 1994.

RAMOS SILVA, J., *Portugal/Brasil: Uma década de expansão das relações econômicas, 1992-2002*, Lisboa, Terramar, 2002.

REIS, J., *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.

REIS, J. G. e URANI, A., “Uma Visão Abrangente das Transformações Recentes no Brasil”, in Giambiagi, F., Reis, J. G. e Urani, A., eds., *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004.

RESENDE, A. L., “Estabilização e Reforma: 1964-1967”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Económica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

ROWLAND, R., “Le Portugal de 1800 à 1914: Prélude à la Transition”, in Bardet, J. P. et Dupâquier, J., eds., *Histoire des Populations de l'Europe II: La Révolution Démographique, 1750-1914*, Paris, Fayard, 1998.

SCHWARTZ, S. B., “Plantations and Peripheries”, in Bethell, L., ed., *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

SCHWARTZ, S., “A ‘Babilônia’ Colonial: A Economia Açucareira”, in Bethencourt, F. e Chaudhuri, K., *História da Expansão Portuguesa, Vol. 2, Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, Lisboa, Temas e Debates, 1998.

SILVA, F. de A., *História do Brasil*, São Paulo, Editora Moderna, 2000.

TORTELLA, G., “Patterns of Economic Retardation and Recovery in South-Western Europe in the Nineteenth and Twentieth Centuries”, in *Economic History Review*, XLVII, I, 1994.

VIANNA, S. B., “Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1954”, in Abreu, M. de P., org., *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Económica Republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W., *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, 1889-1945, Rio de Janeiro, IPEA, 1973.

www.europa.eu.int

www.gee.min_economia.pt

www.ibge.gov.br

www.icep.pt

www.ine.pt

www.mercosul.gov.br

www.min-edu.pt

www.wto.org

ZAMAGNI, V., *Historia Económica de la Europa Contemporánea*, Barcelona, Crítica, 2001.